

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

Homero Damo

**Fundamentos para uma metafísica de universais imanentes: esboço de uma
teoria de indivíduos como feixes de qualidades espaçotemporais repetíveis**

Santa Maria, RS

2017

Homero Damo

Fundamentos para uma metafísica de universais imanentes: um esboço de uma teoria de indivíduos como feixes de qualidades espaçotemporais repetíveis

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em filosofia em patrimônio cultural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Filosofia**

Orientador: Prof. Dr. César Schirmer dos Santos

Santa Maria, RS

2017

Damo, Homero

Fundamentos para uma metafísica de universais imanentes: um esboço de uma teoria de indivíduos como feixes de qualidades espaçotemporais repetíveis / Homero Damo.- 2017.

113 f.; 30 cm

Orientador: César Schirmer dos Santos

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, RS, 2017

1. Metafísica 2. Particulares 3. Universais 4. The Bundle Theory I. Schirmer dos Santos, César II. Título.

Homero Damo

Fundamentos para uma metafísica de universais imanentes: um esboço de uma teoria de indivíduos como feixes de qualidades espaçotemporais repetíveis

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em filosofia em patrimônio cultural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Filosofia**

Aprovado em ___ de março de 2017

César Schirmer dos Santos, Dr. (UFSM)

(Orientador)

Jerzy André Brzozowski, Dr. (UFFS)

Frank Thomas Sautter, Dr. (UFSM)

Santa Maria, RS

2017

Dedicatória

Dedico este trabalho a todos aqueles que ainda estudam metafísica. Espero que esse trabalho seja útil de alguma forma para quem o ler. Simples assim.

Agradecimentos

Este feixe de propriedades não poderia ter sido feito sem a ajuda de diversos outros feixes que de certo modo proporcionaram efeitos causais positivos e negativos sobre a constituição dessa entidade espaçotemporal que convencionou-se chamar de dissertação de mestrado. Tais contribuições agiram sobre o feixe de feixes que construiu a dissertação, de modo que ele acredita que o trabalho não teria ficado tão satisfatório caso tivesse sido feito sozinho.

Agradeço à família Damo, que foram meus patronos e que me apoiam sempre mesmo quando acreditam que eu estou completamente errado. Em especial meu pai, minha mãe e minha irmã.

Agradeço também ao meu orientador, principalmente por ele não ser daqueles nominalistas que não se dispõem a estudar correntes de pensamentos contrárias à dele e pelas inúmeras correções.

Um agradecimento especial a todas as árvores de café que me ajudaram neste feito.

Só se pode alcançar um grande êxito quando nos mantemos fiéis a nós mesmos.

(Friedrich Nietzsche)

RESUMO

FUNDAMENTOS PARA UMA METAFÍSICA DE UNIVERSAIS IMANENTES: UM ESBOÇO DE UMA TEORIA DE INDIVÍDUOS COMO FEIXES DE QUALIDADES ESPAÇOTEMPORAIS REPETÍVEIS

AUTOR: Homero Damo

ORIENTADOR: César Schirmer dos Santos

Este trabalho tem dois objetivos: estudar a metafísica dos particulares e como seria possível criar uma metafísica sem o uso deles. Começamos com um estudo da teoria tradicional do substrato em Locke. Em seguida apresentaremos a crítica de Hume a esse modelo e nossa preferência por uma ontologia mais parcimoniosa. Também nessa parte, comentaremos um pouco sobre a natureza e a identidade das propriedades. Em seguida, no segundo capítulo, apresentaremos as assim conhecidas “quatro versões da teoria do feixe”. Como o próprio nome já diz, apresentaremos quatro interpretações da teoria do indivíduo como um feixe de propriedades. Nos apoiaremos nos textos de Van Cleve (1985) e Casullo (1988). Cada versão é nos seus aspectos centrais. A primeira é sobre feixes como conjuntos de propriedades, a segunda sobre coinstanciação de propriedades, a terceira é sobre a ausência de indivíduos acima e além das propriedades e a quarta é sobre feixes de feixes. Logo em seguida, no capítulo terceiro, trataremos basicamente do problema da identidade dos indiscerníveis, e faremos nossa exposição a partir de um famoso artigo de Max Black (1952). Esse problema aparece citado já no capítulo dois, mas nesse capítulo ele é trabalhado com um pouco mais de profundidade. Ainda neste terceiro capítulo, apresentaremos a ideia de universais imanentes nas linhas de Zimmerman (1997) e O’Leary-Hawthorne (1995), e como essa concepção de universais resolveria o problema apresentado por Black. Por fim, na quarta e última parte trabalhamos com Russell. Nesta parte, a mais extensa, tratamos do problema do um-sobremuitos e sua relação com a natureza dos universais, o problema da diversidade numérica, a ontologia dos eventos, o problema da analiticidade e a epistemologia dos feixes.

Palavras-chave: A teoria do feixe. Universais imanentes. Metafísica dos indivíduos.

ABSTRACT

GROUNDWORK OF THE METAPHYSICS OF IMMANENT UNIVERSALS: OUTLINE OF A THEORY OF INDIVIDUALS AS BUNDLES OF REPEATABLE SPATIOTEMPORAL QUALITIES

AUTHOR: Homero Damo

ADVISOR: César Schirmer dos Santos

This work aims to study the metaphysics of individuals and how it would be possible to create a metaphysics without the use of them. In this work we first begin with a study on the traditional substrate theory in Locke. Next, we will present Hume's critique of this model and the idea of our preference for a more parsimonious ontology. Also in this part, we will comment a little bit on the nature and identity of properties. Then, in the second chapter we will present the four versions of the bundle theory. As the name itself says, we will present four interpretations of the bundle metaphor in texts by Van Cleve and Casullo. Each version is presented in its main features. The first version of the bundle theory claims that bundles of properties are sets, the second version claims that an individual emerges from the co-instantiation of properties, the third version claims that there are no individuals and the fourth version proposes that there are bundles of bundles. In the third chapter we will deal basically with the problem of the identity of the indiscernibles. We will comment a famous Max Black's for this purpose. The problem of the identity of the indiscernibles was already mentioned in chapter two, but in this chapter it is worked deeply. In the third chapter we will comment Zimmerman (1997) and O'Leary-Hawthorne (1995) to present the idea of immanent universals. We will try to show how this conception of universals would solve the problem presented by Black. Finally, in the fourth and last part we present Russell' bundle theory. In this part, the most extensive of this work, we deal, firstly, with the problem of one over many and its relationship with the nature of universals, secondly, with the problem of numerical diversity, thirdly, with the ontology of events, fourthly, with the problem of analyticity, and fifthly the epistemology of the bundles.

KEYWORDS: The bundle theory. Immanent universals. Metaphysics of individuals.

Sumário

Sumário	10
Introdução	13
1. Locke e Hume sobre a noção de substrato	21
1.1. Introdução	21
1.2. Locke e a ideia de indivíduo	22
1.3. A negação da substância (tradicional) em Hume	26
1.4. A prototeoria do feixe de Hume	27
1.5. O critério econômico da teoria do feixe	30
1.6. Considerações finais	32
2. Propriedades	35
2.1. Introdução	35
2.2. Identidade de propriedades	36
2.3. A natureza das propriedades	39
2.4. Natureza das propriedades e teoria do feixe	42
2.5. Considerações finais	43
3. As quatro versões da teoria do feixe	45
3.1. Introdução	45
3.2. A primeira versão: feixes como conjuntos	45
3.3. Qualquer conjunto constitui metafisicamente um feixe?	46
3.4. O problema da eternidade	47
3.5. Poderia um feixe mudar?	48
3.6. As propriedades de uma coisa são essenciais para ela?	48
3.7. A segunda versão: copresença	49
3.8. A terceira versão: sem indivíduos	55
3.9. A quarta versão	58

3.10. Considerações Finais	62
4. A teoria do feixe e o problema da identidade dos indiscerníveis	65
4.1. Introdução	65
4.2. Max Black: o problema da identidade dos indiscerníveis	66
4.3. Zimmerman comenta Black	74
4.4. O’Leary-Hawthorne sobre realismo e o problema das esferas	79
4.5. Considerações finais	84
5. A teoria dos particulares de Russell	87
5.1. Introdução	87
5.2. Os particulares e a teoria do feixe	88
5.3. A natureza das propriedades e o problema do um-sobre-muitos	90
5.4. Russell, teoria do feixe, diversidade numérica	92
5.5. Russell e a ontologia dos eventos	95
5.6. O problema da analiticidade	95
5.7. A epistemologia dos feixes	98
5.8. Russell respondendo objeções de Van Cleve	102
5.9. Considerações finais	104
Considerações Finais	107
Referências	111

Introdução

Nesta parte do trabalho, a introdução, mostraremos a você leitor os aspectos resumidos deste trabalho. Isso porque nem todos possuem tempo para ler tanta coisa, então, explicaremos resumidamente cada parte para que você leitor assim possa ter uma visão geral do trabalho, e com essa visão geral, consiga melhor selecionar qual parte você lerá mais a fundo, se assim desejar. O trabalho possui cinco grandes capítulos. O primeiro é uma apresentação e crítica do modelo tradicional da metafísica dos indivíduos, o modelo da substância-atributo. O segundo é uma discussão sobre a natureza e a identidade das propriedades. Já o terceiro capítulo é a parte onde comentamos dois artigos que falam sobre possíveis quatro versões da Teoria do Feixe. No quarto capítulo versaremos sobre o chamado Problema da Identidade dos Indiscerníveis e sobre a relação dele com o Realismo Imanente. Por último, abordaremos a teoria de indivíduos de Russell onde entraremos em alguns problemas filosóficos como o problema da analiticidade, da diversidade numérica, epistemologia dos feixes etc. Vejamos a partir de agora o que diz cada capítulo.

No primeiro capítulo, “Locke e Hume sobre a noção de substrato”, apresentaremos primeiramente, na primeira seção, intitulada “Locke e a ideia do indivíduo”, o modelo de Locke sobre os indivíduos. Locke acreditava que o indivíduo era formado por uma espécie de união de qualidades sensíveis. Entretanto, para Locke, essas qualidades não poderiam existir sozinhas, sem alguma entidade que as sustentasse. Essa entidade que sustenta as propriedades para Locke é o *substrato*. A visão de Locke é o que chamamos de versão tradicional dos indivíduos, versão essa que busca dar conta do discurso sujeito-predicado. Nessa visão, fazer-se-ia necessário um sujeito ao qual os predicados se aderissem, ou então, em termos mais genéricos, “algo” que as “qualidades” se grudam para formarem as “coisas” – é a ideia da necessidade de um “algo” anterior, metafisicamente falando, em relação às “qualidades”. Para Locke esse algo seria o substrato, uma entidade misteriosa e incognoscível.

Hume, por sua vez, na seção intitulada “A negação da substância tradicional em Hume”, apresenta uma crítica à noção metafísica de substrato. Para o filósofo escocês, um

indivíduo não seria formado por substrato e qualidades, mas sim só pelas qualidades. Hume chamava essas qualidades de *impressões* constituintes do *fluxo da consciência*. Hume foi um dos primeiros a aparecer com a ideia de que não há qualquer entidade abstrata/incognoscível que compõe o indivíduo. Essa visão mais tarde, após ser mais bem trabalhada, viria a se tornar conhecida como a teoria do feixe. Diante dessa duas visões sobre o indivíduo, temos que optar por uma ou outra. No nosso trabalho optamos por escolher seguir a estrada de Hume, e a razão disso se deve ao que chamamos de *Princípio da Parcimônia*. O princípio da parcimônia tem origem em Ockham, ele diz que entidades não devem ser multiplicadas além de sua necessidade. Ou seja, através da adesão nossa ao princípio da parcimônia podemos dizer que entre duas teorias que explicam exatamente a mesma coisa é preferível escolher a teoria que possui um menor número de tipos de entidades, ou seja a mais simples. Como a teoria de Hume é mais simples, uma vez que o único tipo de entidade que ela possui são as qualidades, e a teoria de Locke é mais complexa, uma vez que possui duas variedades de entidades, o substrato e as qualidades, então optamos por seguir adiante com a teoria de Hume. Disso, porém, não se segue que provamos que a teoria de Locke está errada, apenas que optamos por Hume diante do critério da parcimônia.

No segundo capítulo deste trabalho, cujo título é “Propriedades”, fizemos um breve estudo sobre a identidade e a natureza das propriedades. Essa parte foi colocada após Hume por bons motivos. Primeiro porque fecha bem com Hume. Explico. Hume acreditava que o indivíduo era formado somente pelas suas propriedades e nada além disso, então o capítulo de Hume nos leva a pergunta “o que são essas propriedades?”, e por isso essa parte ficou bem colocada ali. Em segundo lugar, porque todos os outros capítulos tratam diretamente sobre propriedades e é mais fácil de os ler caso você leitor conheça já um pouco sobre as propriedades, da sua natureza e identidade. Ainda que essa parte seja bastante resumida, uma vez que essa dissertação não é específica sobre propriedades, acreditamos que ela apresenta de forma satisfatória pontos importantes sobre o assunto, como por exemplo: *extensionalidade, intensionalidade, hiperintensionalidade, perfil causal, fundamentação e perfil qualitativo, repetibilidade das propriedades, propriedades concretas vs propriedades abstratas, poderes vs. qualidades*.

Já o terceiro capítulo, intitulado “As quatro versões da teoria do feixe”, é a parte em que trataremos sobre dois artigos referentes à Teoria do Feixe. O primeiro artigo trata da apresentação da metáfora do feixe em três versões. Junto com essas versões aparecem objeções, e tratamos delas nessa parte também. De maneira breve, o que seria a primeira

versão da teoria do feixe: segundo Van Cleve (1985) a primeira versão é o que chamamos da versão conjuntista. Isto é, é versão a qual *um feixe seria interpretado como se fosse um mero conjunto*. As objeções citadas por Van Cleve a essa versão são: se um feixe é conjunto, porque nem todos os conjuntos se apresentam como indivíduos (feixes) que existem no espaço-tempo? Se um feixe é um conjunto ele necessariamente é eterno? Se um feixe é um conjunto, poderia ele mudar seus membros? Se um feixe é um conjunto, cada membro é essencial para o feixe? Podem dois feixes terem exatamente as mesmas propriedades (princípio da identidade dos indiscerníveis)? Todas essas respostas serão respondidas ao longo deste capítulo. Diante desses questionamentos de Van Cleve, ele apresenta o que chamamos de segunda versão da teoria do feixe, a saber, *um feixe é um agrupamento de qualidades unidas através de uma relação*, chamada por Van Cleve, *de copresença*.

Diante dessa segunda versão, Van Cleve percebe que consegue solucionar algumas objeções. Entretanto, algumas das suas objeções não são respondidas por essa segunda versão. Explicaremos ao longo do trabalho porque essa versão responde a uma crítica e a outras não. A título de curiosidade, a versão segunda da teoria do feixe não responde às objeções da mudança, da essencialidade e do princípio da identidade dos indiscerníveis. Para resolver essas três objeções feitas por ele mesmo à teoria do feixe, Van Cleve apresenta a chamada terceira versão da teoria do feixe. A terceira versão aproxima-se muito da teoria de Hume sobre a identidade pessoal, pois na terceira versão *um feixe não forma indivíduos*. Os indivíduos, para Van Cleve, são meras traduções de feixes de propriedades ou seja, não é porque vemos os feixes como indivíduos se segue necessariamente que os indivíduos existem. Com essa terceira versão Van Cleve resolve todas as objeções, entretanto ele admite que essa versão cobra um preço muito alto ao metafísico, que é o não comprometimento com um eu, um *self*.

Depois dessa parte de Van Cleve, mostraremos a quarta versão. Essa quarta versão é a versão que atribuímos a Casullo (1998) que é como se fosse um aprimoramento da segunda versão. A grande novidade apresentada por Casullo é a adição de temporalidade à teoria do feixe, através de uma discussão sobre perdurantismo e endurantismo. No capítulo em si, explicaremos de forma mais detalhada, mas agora de forma breve, podemos entender o perdurantismo como a teoria filosófica na qual um indivíduo é composto da união de todas as suas partes temporais. Já o endurantismo, é a visão pela qual um indivíduo está plenamente presente durante o seu presente, ou seja, que não possui partes temporais no passado ou no futuro. Essa discussão sobre o tempo, para Casullo, leva a uma outra versão da teoria do feixe,

uma versão que diz: um indivíduo seria um feixe de feixes. O que Casullo quer dizer é que um indivíduo é a soma de todos os seus feixes momentâneos e não só do seu feixe presente. Mostraremos que essa versão é interessante porque ela consegue conciliar bem propriedades contrárias no mesmo indivíduo, como por exemplo, estar de pé e sentado, sem que isso acarrete em uma contradição. Também mostraremos que essa versão de Casullo responde bem as objeções de Van Cleve.

No capítulo quarto, intitulado “A teoria do feixe e o problema da identidade dos indiscerníveis”, trataremos de uma questão que foi citada no terceiro capítulo mas que não foi propositalmente bem explicada lá, porque decidimos dedicar um capítulo inteiro sobre isso, que é o problema da *identidade dos indiscerníveis*. O problema da identidade dos indiscerníveis, apresentado no texto de Black (1952), é o problema filosófico do qual ocorre uma discussão tentando explicar: se o que forma o indivíduo são propriedades, como duas coisas que possuem exatamente as mesmas propriedades são duas e não uma só? Mostraremos nessa parte porque isso não é um problema para o teórico do substrato e porque seria um problema para o teórico do feixe. Nessa parte é feita uma discussão sobre se o ser idêntico a si mesmo é uma propriedade, se o ser diferente do outro indivíduo pertence ao indivíduo e assim por diante.

Após apresentar o problema e fazer uma discussão sobre ele, entraremos em uma discussão sobre universais imanes, discussão onde apresentaremos os textos de Zimmerman (1997) e O’Leary Hawthorne (1995) comentando o problema apresentado por Max Black. Mostraremos que o problema da identidade dos indiscerníveis, tal como debatido por Max Black, através do exemplo de duas esferas com exatamente as mesmas propriedades, pode ser interpretado com uma falácia da petição de princípio, uma vez que esse seria um exemplo que pressuporia a falsidade da teoria do feixe. Além disso, através dessa investigação mostraremos que o teórico do feixe que compre as propriedades universais imanes como único *grounding* da realidade pode ser coerente e dizer que, no caso apresentado por Black, é a mesma esfera (o mesmo feixe de propriedades) a uma determinada distância de si mesmo. Esse tema continuará a ser debatido no próximo capítulo.

No quinto e último capítulo, o mais denso, optamos por estudar a teoria dos particulares de Russell. Mostraremos que Russell em uma fase anterior de sua vida adotou, em sua ontologia, a ideia de universais fora do tempo e do espaço. Veremos também que Russell muda de postura em relação ao universais e passa adotar uma ontologia de universais

dentro do tempo e dentro do espaço. Russell, também, muda de postura em relação aos indivíduos saindo uma abordagem mais tradicional para a teoria do feixe. Discutiremos também nesse capítulo o problema platônico do um-sobre-muitos e como ele poderia ser resolvido através dos universais. Mostraremos que o problema do um-sobre-muitos ocorre quando tentamos ver universais como se fossem entidades singulares, e que na verdade não se deve julgar a natureza das coisas universais como se fossem coisas particulares. Para uma ontologia de feixes de universais imanentes o problema do um-sobre-muitos não é um problema, é uma característica.

Apresentaremos também neste capítulo sobre Russell a noção de ontologia de eventos, e como em um momento de sua carreira os eventos foram tratados como entidades muito similares ao substrato. Posteriormente Russell vê os eventos com um olhar diferente onde que ele define que cada indivíduo seria um evento e cada momento desse evento seria um feixe de universais imanentes. Essa versão é uma versão anterior à de Casullo e muito parecida, uma vez que vemos a teoria de Russell como mais próxima da quarta versão da teoria do feixe do que das demais.

Também comentamos um pouco mais, na parte de Russell, sobre o problema da diversidade numérica, que é o problema de como duas coisas com as mesmas propriedades são duas coisas e não uma só. Mostramos que aparentemente a ontologia de eventos de Russell não resolve o problema. Ora, um indivíduo é um evento, e um evento é formado por feixes de universais imanentes. Poderia haver um mundo onde só existissem dois eventos e esses dois eventos seriam iguais por terem todas as mesmos universais em comum? Como diferenciar um do outro? Nas considerações finais daremos uma resposta para essa questão. Não entramos muito a fundo nela nessa parte de Russell uma vez que trabalhamos bastante nela no capítulo terceiro.

Ademais, tratamos de estudar o assim chamado *problema da analiticidade*. O problema da analiticidade é aquele segundo o qual o teórico do feixe não conseguiria dar conta de explicar o discurso sujeito-predicado porque, para um teórico do feixe, todas as frases verdadeiras seriam verdades analíticas. Mostramos nessa parte porque o problema da analiticidade não é um problema para os que acreditam no indivíduo como substrato + qualidades. Em seguida optamos por responder essa questão mostrando que apresentação do problema da analiticidade falha ao analisar o problema de uma forma ingênua. A metafísica do feixe diz que um indivíduo é composto pelas suas propriedades, no entanto, disso não

segue que pensar ou falar sobre um indivíduo acarreta conhecer *a priori* todas as suas propriedades, de modo que se conhecemos parcialmente um indivíduo (e nós humanos só podemos conhecer parcialmente) não temos como predicar verdadeiramente (a não ser por sorte) toda e qualquer propriedade constituinte do indivíduo.

Após essa abordagem do problema da analiticidade, tratamos da epistemologia dos feixes. Nesta parte apresentamos como Russell responderia sobre os assim chamados particulares do senso comum, se ele poderia ou não explicá-los. Mostraremos que Russell apresentará cinco postulados que permitem a explicação dos particulares do senso comum. Cada um deles é explicado mais detalhadamente nas seções do capítulo, mas citaremos aqui eles, que são: o postulado da quase-permanência, o postulado das linhas causais separáveis, o postulado da continuidade espaçotemporal, o postulado estrutural e o postulado da analogia. Na seção seguinte, tratamos por ensaiar uma possível resposta de Russell a Van Cleve. Nesta parte apresentamos como Russell poderia responder as objeções apresentadas no capítulo 2 quando falamos de Van Cleve.

*

Este trabalho tratará da assim chamada *teoria do feixe*. Esse nome é uma tradução usual do inglês *the bundle theory*. A palavra *bundle* possui diversas traduções, entre elas: *pacote, feixe, penca, rolo, trouxa, embrulho, bolo*. A melhor tradução para a língua portuguesa, na nossa opinião, é *feixe*. A palavra *pacote*, por exemplo, leva o leitor a uma possível interpretação errada da metáfora do *bundle*, de que existiria uma caixa, ou um envelope, ou um saco que embrulha as propriedades – o que é falso. A palavra *penca* é uma boa tradução, entretanto a penca mais comum que todos nós conhecemos é a penca de banana, e cada banana seria uma coisa individual e não uma propriedade, o que também pode levar o leitor a uma confusão, além obviamente de soar muito estranho. Já a tradução de *bundle* como *rolo*, além de soar estranho também, leva o leitor ao erro uma vez que habitualmente o que se enrola se enrola ao redor de algo e na teoria do feixe não existe esse “algo” ao redor do que se enrolar. Outra palavra para traduzir *bundle* seria *trouxa*, sobre essa nem é preciso comentar porque não usar. Talvez os críticos até gostassem dessa tradução. A tradução de *embrulho* está já explicada nos comentários à palavra *pacote*. E a última tradução, de *bundle* como *bolo*,

serve e poderia ser usada mas por critérios estéticos escolhemos a palavra feixe.

A melhor tradução, como já foi dito, é a tradução de *bundle* como *feixe*. Um feixe é algo que é formado pelas suas partes e deixa de existir se as perde. Um feixe de luz por exemplo é algo que só existe por causa de seus fótons, se não existirem os fótons o próprio feixe de luz deixa de existir. O mesmo vale para um feixe de palhas, se não existir mais as palhas não vai existir mais o feixe. Ou ainda, minha interpretação favorita, um feixe como um novelo de lã que forma a linha usada pelas moiras para costurar. No tecer das moiras os feixes se cruzam e cruzam até não existirem mais, até serem cortados. Acreditamos que cada um de nós, cada indivíduo, é um feixe que cruza com outros feixes até se terminar. Assim como toda linha tem um começo, toda linha tem um fim – cada linha é um feixe, um *bundle*.

Sobre a escolha do título da dissertação, tinha em mente vários títulos. O primeiro foi *Particulares como feixes de universais imanentes copresentes: um esboço de uma teoria sem indivíduos em um nível metafísico fundamental*. Optei por não escolher esse porque ele chama muita atenção para “nível metafísico fundamental”. O nível metafísico fundamental associa-se muito com a palavra *grounding*, que apesar de estar presente neste trabalho (cf. SCHAFFER, 2009), não é tratada muito a fundo, a ponto de ser merecida de ser colocada no título. Nesse caso eu estaria fazendo uma propaganda enganosa ao leitor, o que não é minha intenção. Outros títulos que eu não escolhi pelo mesmo motivo: *O reino dos universais: uma investigação sobre a realidade das propriedades em uma metafísica sem indivíduos no grounding* e também *Above the ground: Indivíduos como complexos copresentes de universais imanentes*. Também pensei em colocar o seguinte título: *Metafísica dos indivíduos: uma teoria para a superação do modelo substância-atributo através da teoria dos feixes de universais espaçotemporais copresentes*. Entretanto, desisti desse título uma vez que, no fim das contas, eu acredito que a teoria do feixe não supera a teoria do modelo substância-atributo. Na verdade, ela é só uma alternativa. Ao meu ver é uma alternativa melhor, mas disso não se segue que ela a supera. A superação nesse caso, eu entendo que seria somente caso se provasse que a teoria da substância-atributo é falsa, o que não acontece.

O título que ficou foi uma modificação deste aqui: *Fundamentação para uma metafísica de universais: um esboço de uma teoria de indivíduos como feixes de qualidades espaçotemporais repetíveis*. Eu modifiquei a palavra “fundamentação” por “fundamentos” porque “fundamentação” remete à ação de fundamentar, enquanto que fundamentos remete a ideia de uma lista de informações básicas necessárias a algo. Também adicionei a palavra

imanes depois de *universais* para delimitar melhor o assunto da dissertação, uma vez que eu trato de universais imanes e não de universais imanes e transcidentes. Então por isso o título deste trabalho é *Fundamentos para uma metafísica de universais imanes: um esboço de uma teoria de indivíduos como feixes de qualidades espaçotemporais repetíveis*. Me agrada colocar títulos grandes em trabalhos porque eles já funcionam como uma auto-explicação do que será encontrado no texto.

1. Locke e Hume sobre a noção de substrato

1.1. Introdução

Neste capítulo introdutório à teoria do feixe, apresentaremos duas perspectivas sobre a composição do indivíduo, uma de Locke e uma de Hume. Na primeira parte, a que diz respeito à visão de Locke sobre o indivíduo, começaremos por expor uma breve introdução sobre duas teorias de formação do indivíduo. A primeira teoria mostrada, a qual chamaremos de *teoria tradicional do indivíduo*, é a aquela que afirma que não há nada anterior ao indivíduo, ou seja, que, do ponto de vista ontológico, o indivíduo é primitivo, básico, fundamental. Já a segunda é que existiriam entidades metafisicamente anteriores ao indivíduo, ou mais básicas que o indivíduo, como as propriedades, por exemplo. Em um segundo momento, mostraremos com mais detalhes a visão de Locke sobre o indivíduo e o seu comprometimento com duas variedades de entidades: as qualidades de um ente e seu substrato. Mostraremos ainda, quando falarmos em Locke, que para aceitarmos a sua teoria precisamos de um comprometimento com uma variedade muito grande de entidades, sendo algumas delas misteriosas e por isso é uma teoria um tanto quanto indesejável se levarmos em conta os critérios do poder explicativo e da parcimônia.

Em um segundo momento do capítulo, apresentaremos uma alternativa à teoria de Locke da constituição metafísica do indivíduo, apresentando, assim, a teoria do feixe em sua versão embrionária, e mostrando que ela ganha da teoria de Locke no que diz respeito ao critério da parcimônia. Mostraremos que a teoria do feixe é uma teoria que apresenta o indivíduo como um “agrupamento” ou uma “fusão” de propriedades – e nada além disso. Entretanto, como este é um capítulo introdutório ao assunto, optamos por apresentar a teoria do feixe em sua versão embrionária a partir dos textos de David Hume. Veremos que essa

teoria da composição metafísica do indivíduo foi criada, na verdade, como uma crítica de Hume ao que usualmente entendemos como um eu (*self*) persistente no tempo, onde Hume diz que apenas o que sabemos é que o “eu” é um feixe de impressões. Também veremos a confusão mental provocada, segundo Hume pela imaginação, nos conceitos de identidade e diversidade. Por fim, ainda mostraremos que Hume criticou a ideia de algo imutável nas coisas, onde o filósofo cita diretamente a ideia de *substrato* como algo falso.

Na terceira parte do capítulo, faremos uma comparação da teoria tradicional do indivíduo (como possuidor de um determinado *substrato*) com a teoria do feixe (onde não existe *substrato*), onde apresentaremos as duas posições como o conflito entre uma ontologia esparsa versus uma ontologia abundante (cf. NEY, 2014, p. 49). Explicaremos também o princípio da navalha de Ockham com o intuito de mostrar que a teoria do feixe é preferível à teoria tradicional do indivíduo no que diz respeito ao critério da parcimônia/simplicidade.

1.2. Locke e a ideia de indivíduo

Ao pensarmos sobre o que é de fato um indivíduo, temos duas grandes teorias filosóficas que se apresentam aos nossos olhos. A primeira teoria é que o indivíduo é o tipo mais primitivo de ente e que não há nada metafisicamente anterior a ele, nada ontologicamente mais fundamental do que ele. Alguém que veja o indivíduo desse modo não necessariamente nega que existam propriedades no mundo, mas sim nega que essas propriedades são mais básicas que o indivíduo. Ou seja, neste caso o indivíduo é metafisicamente mais fundamental do que as propriedades, as propriedades são ontologicamente dependentes dos indivíduos. Entretanto, existem aqueles que defendem que o indivíduo é algo secundário, ontologicamente falando, e que existem determinadas entidades que são metafisicamente anteriores ao indivíduo, a saber, as propriedades.

A teoria do feixe é aquela que defende que um indivíduo é um feixe, conjunto ou agregado de propriedades¹. Ou ainda, que um indivíduo é algo metafisicamente secundário,

¹ A teoria do feixe, aponta a literatura, possui pelo menos quatro versões. Nessa parte da dissertação não entraremos a fundo em cada uma delas. Mais detalhes sobre essas versões podem ser encontrados no terceiro capítulo, no qual apresentaremos as versões da teoria do feixe encontráveis em Van Cleve (1985) e Casullo (1988).

composto por “partes” metafisicamente primárias (cf. PAUL, 2002, p. 578). Nesta seção deste capítulo veremos, em um primeiro momento, a visão lockeana das “partes” metafísicas que compõem o que chamamos de indivíduo. Essa não é a única visão da composição do indivíduo. Escolhemos apresentá-la por causa de uma característica peculiar, a noção de *substrato*. Em sua teoria composicional do indivíduo, Locke acreditava que anterior ao indivíduo existia uma entidade chamada de *substrato*. Vejamos agora com um pouco mais de calma essa noção.

Locke, no parágrafo quarto do capítulo 23 do livro 2 da obra *Um ensaio acerca do entendimento humano*, nos explica o que seria um indivíduo, e qual a sua correlação com a ideia de *substância*. Diz o filósofo:

Por conseguinte, quando mencionamos ou pensamos em qualquer espécie particular de substâncias corporais, como cavalo, pedra, etc., embora nossa ideia de qualquer uma delas seja apenas a compilação ou coleção de várias idéias simples de qualidades sensíveis que costumamos encontrar unidas na coisa denominada “cavalo” ou “pedra”, e, ainda, porque não podemos imaginar subsistir sozinhas, nem uma na outra, supomos que existem ou são sustentadas por algum substrato geral, cujo suporte denominamos substância, mesmo sendo evidente que não possuímos nenhuma ideia clara e distinta disto que conjecturamos como suporte. (LOCKE, 1999, livro 2, cap. 23, §4, p. 124, tradução modificada²)

Nesta passagem, Locke nos revela uma visão sobre o que seria a ideia de indivíduo. Um indivíduo seria uma espécie de compilação de várias ideias simples de qualidades sensíveis. Essas ideias simples, para Locke, não poderiam existir de forma sozinha, e nem uma na outra. Deste modo, Locke apresenta um ponto de vista de que seria necessário uma espécie de “cola” aplicada às diversas ideias simples que são, por sua vez, provenientes dos sentidos. O substrato, para Locke, é o ente que liga as partes (as qualidades sensíveis) de uma coisa singular. Locke ainda aponta que não possui nenhuma ideia clara e distinta do que seria esse tal de suporte.

Ao explicarmos como um indivíduo é composto, de um ponto de vista metafísico, para Locke necessariamente teríamos que colocar as partes (qualidades) desse ser como dependentes do substrato, pois as qualidades “que imaginamos não poder subsistir *sine re*

² “Hence, when we talk or think of any particular sort of corporeal substances, as horse, stone, &c. though the idea we have of either of them be but the complication or collection of those several simple ideas of sensible qualities, which we used to find united in the thing called horse or stone; yet because we cannot conceive how they should subsist alone, nor one in another, we suppose them existing in and supported by some common subject; which support we denote by the name substance, though it be certain we have no clear or distinct idea of that thing we suppose a support” (LOCKE, 1995, book 2, chap. 23, §4, p. 210).

substante (sem algo para sustentá-las)” (LOCKE, 1999, livro 2, cap. 23, §2, p. 124, grifos do autor, tradução nossa³). Poderíamos, por exemplo, dizer que a tonalidade marrom está “grudada” no substrato que fundamenta o indivíduo que é um grão de café, assim como as outras qualidades desse grão. O indivíduo seria a coisa singular, o grão-de-café formado pelas características que se aderem ao substrato desse grão. Segundo essa teoria, as características do café não poderiam existir sozinhas sem existir o substrato para nele se aglutinarem. Ademais, os grãos do café, enquanto indivíduos compostos por substrato mais qualidades sensíveis, possuem diversas outras qualidades além da cor, como, por exemplo, a qualidade de possuir um cheiro, de ter uma determinada materialidade mais dura que a água e menos duro que um bloco de metal, e assim por diante. Essas qualidades, para Locke, não teriam a capacidade de existirem sozinhas no mundo, e portanto elas precisariam de algo, um suporte metafísico, uma entidade para se agruparem e formarem o que entendemos como o indivíduo composto de substrato mais qualidades que é um grão de café. A essa entidade que sustenta metafisicamente as qualidades damos o nome de *substrato*, sendo um *indivíduo* do senso comum, na teoria de Locke, o composto de substrato mais qualidades sensíveis.⁴

A ideia de substrato é citada por Locke, como nessa passagem parcialmente já citada acima, onde Locke nos mostra que acreditava que as qualidades existentes no mundo são sustentadas por uma entidade metafísica.

A ideia, pois, que temos, à qual damos o nome geral “substância”, sendo nada senão o suposto, mas desconhecido, suporte dessas qualidades que encontramos existindo, as quais imaginamos não poder subsistir *sine re substante*, “sem algo para sustentá-las”. Denominamos este suporte *substantia*, que, segundo o verdadeiro significado desta palavra, é, em inglês corrente, “o que está sob” ou “sustentando”. (LOCKE, 1999, livro 2, cap. 23, §2, p. 124, tradução modificada)

Para Locke, a união de todas as qualidades que compõem um ente formam esse ente, só que para essas qualidades se unirem e formarem de fato o ente, elas necessitam de um suporte metafísico, e esse papel é preenchido pela ideia de *substância*. No entanto, a teoria de Locke é polêmica, e recebe várias críticas. Bolton vê a noção de substrato “por si mesma como uma noção obscura e muitas vezes dita como sendo mal orientada”⁵ (BOLTON, 1976,

³ “The idea then we have, to which we give the general name substance, being nothing but the supposed, but unknown, support of those qualities we find existing, which we imagine cannot subsist *sine re substante*, without something to support them, we call that support *substantia*; which, according to the true import of the word, is, in plain English, standing under or upholding” (LOCKE, 1995, book 2, chap. 23, §2, p. 208–209).

⁴ Outra maneira de apresentar a mesma ideia: o substrato é um particular magro (*thin particular*), o indivíduo composto de substrato mais propriedades é um particular gordo (*thick particular*). O substrato seria um ente que seria capaz de existir sem instanciar nem mesmo um único predicado monádico (cf. SIDER, 2006, p. 387–393).

⁵ “This doctrine of substratum is itself obscure and it has often been said to be misguided” (BOLTON, 1976, p.

p. 488, tradução nossa). McCann aponta também que “a ideia de substância [...] é desesperançosamente e irremediavelmente confusa e obscura” (McCANN, 2001, p. 94, tradução nossa⁶). A noção de substância, na proposta de Locke, poderia ser entendida através de uma metáfora, como se as propriedades fossem peças de roupas e o substância fosse um cabide onde essas roupas estão penduradas. A ideia de substância seria a ideia de uma espécie de entidade completamente incognoscível que sustenta as qualidades de uma coisa singular, é uma entidade que não possui propriedade alguma, mas que serve para as propriedades se agruparem para existirem no mundo (cf. SIDER, 2006, p. 387–393).

Essa entidade chamada de “substância” é por muitas vezes tida como algo completamente abstrato e misterioso – desconhecido e incognoscível. Leibniz, em seu livro *Novos ensaios sobre o entendimento humano*, apresenta uma crítica ao modelo de substância/atributos proposto por Locke. Diz Filaleto, o personagem que representa Locke no livro de Leibniz:

Não temos outra noção da pura *substância* em geral do que a de não sei que sujeito, completamente desconhecido e que se supõe ser o suporte das qualidades. Falamos como crianças que, ao ser-lhes perguntado em que consiste tal coisa, que desconhecem, dão a resposta, que as deixa muito satisfeitas, que *é alguma coisa*, mas que, empregue desta maneira, significa que não sabem o que ela é. (LEIBNIZ, 2004, livro 2, cap. 23, §2, p. 148, grifos do autor)

Ao que responde Teófilo, o personagem que dá voz a Leibniz:

Assim, exigir algo mais neste puro *sujeito em geral* do que aquilo que é preciso para conceber que é uma mesma coisa (por exemplo, que entende e que quer, que imagina e raciocina) é pedir o impossível e infringir a sua própria suposição, que se obteve abstraindo e concebendo separadamente o sujeito e as suas qualidades ou acidentes. (LEIBNIZ, 2004, livro 2, cap. 23, §2, p. 148, grifos do autor)

É importante notar que Leibniz antecipa a teoria do feixe nessa crítica, pois o filósofo pede que se considere apenas o que é suficiente para dar identidade a um indivíduo, e isso é o conjunto único de predicados de cada substância individual. Ainda, é importante ressaltar que Leibniz nota que a noção de substrato contraria o método empirista de Locke, uma vez que o substrato não é observável pelos sentidos.

488).

⁶ “On this reading, Locke is giving an account of an idea we have, the idea of substance in general, which is derived from simple ideas given in sensation and reflection but which, given the vagaries of this derivation, is hopelessly and irremediably confused and obscure” (McCANN, 2001, p. 94).

Em suma, se tentássemos classificar mais didaticamente qual a ideia de Locke sobre os indivíduos, poderíamos tentar do seguinte modo. O indivíduo é 1) composto por 2) qualidades que por sua vez estão sustentadas no mundo por uma entidade chamada 3) *substância* que é a entidade abstrata, cuja função é sustentar as qualidades do ente singular.

Por trás dessa visão de indivíduo de Locke, está implícito uma visão sobre as qualidades da coisa singular, individual. Para Locke, as qualidades das coisas singulares não possuem em si poder para se unirem umas às outras, elas necessitam de uma outra entidade para existirem reunidas em coisas singulares, indivíduos, uma vez que aparentemente as qualidades não podem existir sozinhas, ou seja, precisam da *substância*. O problema dessa teoria é que necessitamos acreditar no incognoscível *substrato*. Ainda que essa teoria fosse uma explicação aceitável, embora problemática, e não estamos aqui para refutá-la, seria bom se tentássemos um esforço maior para dar um passo adiante nesse tipo de investigação, esse passo adiante seria uma tentativa de explicar a teoria composicional do indivíduo sem o apelo a um *substrato*.

1.3. A negação da substância (tradicional) em Hume

A teoria do feixe surge a partir de uma resposta ao problema da *substância* entendido como um problema sobre o tipo de entidade que é independente de outros tipos de entidades. Mas como isso tem a ver com o indivíduo? A teoria do feixe é uma resposta ao problema dos indivíduos que possui, como foco principal, um questionamento não sobre as qualidades de um ente, mas sim sobre se podemos considerar um suposto substrato incognoscível e sem propriedades como elemento metafísico fundamental do indivíduo (tal como o senso comum o concebe). A teoria do feixe, tal como a teoria do substrato, é uma discussão sobre o que são e se existem as coisas singulares – os particulares. A teoria do feixe, desse modo, é um aprimoramento da teoria de Locke, onde ela ganha dessa teoria no que diz respeito ao critério da parcimônia. Entretanto, precisamos admitir que o ganho em parcimônia da teoria do feixe tem um custo: a perda de uma teoria do *self* como ente que permanece o mesmo ao longo do tempo. Isso nos foi revelado por Hume. A teoria do feixe tem como uma de suas primeiras origens a investigação de Hume sobre a identidade pessoal, que é o objeto de estudo dessa parte do trabalho.

Nesta parte do trabalho, apresentaremos o começo do que entendemos hoje como a teoria do feixe a partir da visão do filósofo escocês David Hume. A teoria de Hume sobre o *self* tem como um de seus princípios a negação da ideia de um ente abstrato que serviria como sustentáculo às qualidades de um determinado indivíduo. Veremos que, na verdade, a teoria de Hume como propriamente apresentada não é o que entendemos hoje como a teoria do feixe, mas sim um início do que seria uma visão de indivíduo sem a ideia de *substrato*. Hume, ao invés de falar em qualidades, propriedades ou universais, fala no indivíduo como um feixe de impressões em um fluxo que sempre muda, o que não é algo aceito em todas as versões da teoria do feixe. Veremos que a crítica que atribui a Hume a ideia de substrato surge através de uma investigação de Hume do que entendemos como *identidade e diversidade*.

1.4. A prototeoria do feixe de Hume

Na sexta seção da primeira parte do grande livro de David Hume, o *Tratado da natureza humana*, temos o que poderíamos chamar de uma das primeiras, senão a primeira, *prototeoria do feixe*. Curiosamente, nessa parte do tratado o filósofo escocês não está fazendo comentários diretos sobre a constituição da coisa singular, mas sim faz uma investigação sobre o que se entende como eu (*self*). Nessa investigação, Hume tece críticas aos metafísicos que defendem que existiria um eu que seria imutável, permanente. Essa crítica de Hume, apesar de ser uma crítica ao *self*, é uma crítica que têm como consequências também uma certa ideia da constituição metafísica das coisas particulares. Hume diz:

[...] Arrisco-me, porém, a afirmar que os demais homens não são senão um feixe ou uma coleção de diferentes percepções, que se sucedem umas às outras com uma rapidez inconcebível, e estão em perpétuo fluxo e movimento. [...] Não há um só poder na alma que se mantenha inalteradamente o mesmo, talvez sequer por um instante. (HUME, 2000, livro 1, parte 4, seção 6, §4, p. 285)

Hume ainda diz que essa ilusão metafísica (o eu) se dá por dois fatores, a concepção de *identidade/mesmidade* e a concepção de *diversidade*. A concepção de *identidade/mesmidade* é a ideia de que um objeto “permanece invariável e ininterrupto ao longo de uma suposta variação de tempo” (HUME, 2000, livro 1, parte 4, seção 6, §6, p. 286)

enquanto que a concepção de *diversidade* é a ideia de que existem diversos objetos diferentes no mundo conectados por um certo tipo de relação estreita. Em suma, podemos entender a concepção de identidade como uma ideia de permanência de um determinado ente e a concepção de diversidade como a existência de mais de um ente no que entendemos como mundo. Ou seja, desses dois mecanismos psicológicos do humano surge a ideia que existem coisas individuais no mundo. Hume fala contra essa concepção de que as coisas viriam a permanecer, e que portanto existiria um eu, algo invariável e ininterrupto. O filósofo defende que isso é uma espécie de confusão mental originária da nossa faculdade de imaginação. Sobre os metafísicos, Hume diz:

[...] frequentemente imaginamos algum princípio novo e inteligível que conecte os objetos, impedindo sua descontinuidade ou variação. É assim que criamos a ficção da existência contínua das percepções de nossos sentidos, com o propósito de eliminar a descontinuidade; e chegamos a noção de *alma*, um *eu*, e uma *substância*, para encobrir a variação. (HUME, 2000, livro 1, parte 4, seção 6, § 6, p. 287, grifos do autor)

Conforme vemos nessa citação, Hume defende que de fato imaginamos, mas não sabemos se existe um sustentáculo para as qualidades de um ente, como defendia Locke. Hume acreditava que o que entendemos como um objeto singular (qualidades + sustentáculo, na teoria de Locke) é um conjunto de percepções, e nada além disso. Para Hume, a ideia de indivíduo como algo sustentado por um substrato oculto e incognoscível se dá por um erro imaginativo do humano. Ainda que possamos contestar a tese de Hume sobre as impressões, se faz importante reconhecer o mérito da teoria de Hume sobre o indivíduo, o principal mérito é ser uma teoria que nega completamente entidades abstratas como entes formadores do sujeito, até porque Hume nega inclusive o próprio sujeito. A teoria do feixe evoluiu ao longo do tempo, mas segue ainda esse princípio já proposto por Hume, que é a ideia que não existe substrato. Ainda sobre a teoria do feixe, existem discussões internas se o particular existe ou não, alguns dizem que o particular existe e que ele é o resultado da união de propriedades, ou seja, as propriedades unidas viriam a gerar um outro ser, diferente das propriedades. Já outros, como Van Cleve (1985), seguem o caminho aberto por Hume e afirmam que o particular não existe, seria apenas um erro cognitivo e que da união de propriedades não sai nada de novo. Na assim chamada terceira interpretação da metáfora do feixe, James Van Cleve desenvolve uma versão da teoria do feixe que é uma versão sem o uso de indivíduos. Para Van Cleve é possível descrever o mundo sem o uso de indivíduo, fazendo-o apenas com o uso das

qualidades. Essa interpretação de Van Cleve é vista por nós como uma espécie de continuação da teoria de Hume, a qual também é apoiada por Derek Parfit, como veremos abaixo. Entretanto existem diferenças nessas teorias de Hume e Van Cleve que serão explicitadas no terceiro capítulo.

É importante frisar o quanto que Hume está atacando a teoria tradicional da identidade pessoal. Ao atacar essa teoria, Hume está atacando a versão tradicional de que se existe o pensado, existe o pensador, que se é instanciado o predicado então existe um sujeito. Hume e seu herdeiro filosófico Derek Parfit dizem que de fato pode até existir o pensado, mas disso não se segue que existe o pensador. Segundo Parfit:

Porque nós atribuímos pensamento a pensadores, nós podemos deduzir que o pensamento existe. Mas nós não podemos deduzir, do conteúdo de nossas experiências, que o pensador é uma entidade que existe separadamente. E [...] porque nós não somos entidades que existem separadamente, nós podemos descrever completamente nossos pensamentos sem assumir que eles possuem pensadores. Nós podemos descrever completamente nossas experiências, e as conexões entre elas, sem clamar que elas são possuídas por sujeitos de experiências. Nós podemos dar o que eu chamo de *descrição impessoal*. (PARFIT, 1987, p. 225, grifo do autor, tradução nossa⁷)

A proposta de Hume mostra-se enormemente influente na filosofia contemporânea. São muitos os filósofos que pagam tributo a Hume no debate sobre a constituição metafísica dos objetos do senso comum. Por exemplo David Lewis, ao ler Hume, interpreta sua doutrina do seguinte modo:

[...] o mundo é um vasto mosaico [...] de [...] propriedades [...] que não precisam de nada maior que um ponto para ser instanciadas. Em resumo: nós temos um arranjo de qualidades. E isso é tudo. Não há diferença sem diferença no arranjo de qualidades. (LEWIS, 1986, p. ix-x, tradução nossa⁸)

⁷ “Because we ascribe thoughts to thinkers, we can truly claim that thinkers exist. But we cannot deduce, from the content of our experiences, that a thinker is a separately existing entity. And [...] because we are not separately existing entities, we could fully describe our thoughts without claiming that they have thinkers. We could fully describe our experiences, and the connections between them, without claiming that they are had by a subject of experiences. We could give what I call an *impersonal* description” (PARFIT, 1987, p. 225, author’s italics).

⁸ “Humean supervenience is named in honour of the great denier of necessary connections. It is the doctrine that all there is to the world is a vast mosaic of local matters of particular fact, just one little thing and then another. [...] We have geometry: a system of external relations of spatio-temporal distance between points. [...] And at those points we have local qualities: perfectly natural intrinsic properties which need nothing bigger than a point at which to be instantiated. For short: we have an arrangement of qualities. And this is all. There is no difference without difference in the arrangement of qualities. All else supervenes on that” (LEWIS, 1986, xi-x).

Ou seja, para Hume, segundo a leitura de Lewis, o mundo é uma espécie de mosaico de qualidades e a particularidade no mundo se dá pelo arranjo das qualidades. Essa interpretação é uma crítica à ideia tradicional dos indivíduos que apontava que seria necessário haver um substrato para que um indivíduo possuísse qualidades. Ou seja, basta um ponto espaço para que as qualidades possam ser instanciadas (cf. LEWIS, 1986, p. x). A crítica de Hume à identidade pessoal é uma crítica a dependência ontológica das impressões com relação ao eu.

Ainda é importante frisar que Hume faz um movimento duplo. Isso porque ao mesmo tempo que ele destrói a ontologia tradicional (do substrato) ele constrói uma outra através da tese da independência ontológica de cada uma das impressões ou percepções ou propriedades. Segundo o filósofo:

Se, em vez de responder a essas questões, alguém quisesse escapar da dificuldade dizendo que uma substância se define como alguma coisa que existe por si mesma, e que essa definição deveria nos satisfazer; se alguém o dissesse, eu observaria que essa definição convém a tudo que se possa conceber, e, por isso, nunca serviria para distinguir substância de acidente, ou a alma de suas percepções. Meu raciocínio é o seguinte. Tudo que é concebido claramente pode existir; e tudo que é concebido claramente de determinada maneira pode existir dessa mesma maneira. Esse é um princípio que já admitimos. Mais ainda, tudo que é diferente é distinguível, e tudo que é distinguível é separável pela imaginação. Esse é outro princípio. Desses dois princípios, concluo que, uma vez que todas as nossas percepções são diferentes umas das outras e de tudo mais no universo, também elas são distintas e separáveis, e podem ser consideradas existindo separadamente, e podem de fato existir separadamente, sem necessitar de nada mais para sustentar sua existência. São, portanto, substâncias, até onde a definição acima explica o que é uma substância. (HUME, 2000, livro 1, parte 4, seção 5, §5, p. 265)

O que Hume na verdade está fazendo é criticar o conceito de substância. Ele faz isso dizendo que qualquer coisa poderia ser considerada uma substância. Para isso ele faz o seguinte raciocínio. Se substância é tudo aquilo que existe por si mesmo então nossas impressões podem ser substância uma vez que elas são separáveis e podem existir separadamente.

1.5. O critério econômico da teoria do feixe

Até aqui estudamos duas teorias sobre o indivíduo. A primeira teoria vista foi a teoria de Locke do indivíduo como um tipo de ente constituído por dois tipos de entidades, as

propriedades e o *substrato*. As propriedades seriam as características desse determinado ser enquanto que o *substrato* seria uma entidade incognoscível cuja única função seria servir de sustentáculo às propriedades do indivíduo. Na parte seguinte do trabalho, nós estudamos a crítica de Hume à ideia de *substância*, onde o filósofo escocês nos mostra que nossa ideia de coisa singular está ancorada em dois princípios psicológicos relativos à *identidade* e à *diversidade*. Hume nos mostra que tanto uma ideia quanto a outra nos levam a supostas ilusões metafísicas de que existiria um determinado eu (*self*) e que portanto, essa visão metafísica *substratista* estaria equivocada.

A teoria do feixe é aquela cuja ideia central é que a coisa (ou particular) nada mais é do que um feixe (agrupamento) de propriedades. A grande vantagem dessa teoria em relação a teoria do *substrato* é que ela necessita de um universo menos abundante quanto às variedades de entes fundamentais. Ney (2014, p. 49) aponta que podemos dar o nome de *ontologia esparsa* àquela ontologia que propõe um número reduzido de tipos de entidades. Já uma *ontologia abundante* seria aquela ontologia que propõe um grande número de tipos de entidades. Um exemplo de ontologia esparsa seria uma ontologia composta somente por coisas, indivíduos particulares. Já um exemplo de ontologia abundante seria uma ontologia formada por entidades concretas e entidades abstratas, ou ainda uma ontologia formada por coisas e não coisas, como por exemplo, uma ontologia que coloque condição de existência para os números.

A teoria do feixe, em relação à teoria tradicional do indivíduo, a que depende do *substrato*, é uma teoria mais econômica em número de tipos de entidades existentes e, portanto seria razoavelmente mais esparsa do que a teoria tradicional do indivíduo atribuída a Locke. É importante porém ressaltar também que existem diversas teorias do feixe, e elas muitas vezes discordam entre si, apesar de manterem em seu centro a ideia que o indivíduo é formado pela união de suas características. Existe, por exemplo, uma discussão sobre se o indivíduo de fato existe, ou não, como um ente acima e distinto das suas propriedades (cf. VAN CLEVE, 1985, p. 104). Esses tipos de discussões são discussões internas, de modo que algumas teorias do feixe são mais ontologicamente esparsas do que outras.

Mas e qual é a grande vantagem da teoria do feixe ser menos abundante que a teoria tradicional do indivíduo? A vantagem é que ela passaria no teste da *navalha de Ockham*. Ockham foi um filósofo medieval que propôs um princípio novo para sua época, princípio este que dizia “*Entia non sunt multiplicanda praeter necessitatem* (Entidades não devem ser

multiplicadas além da necessidade)” (NEY, 2013, p. 49, tradução nossa). O que Ockham quer dizer é que, pelo critério da parcimônia, uma ontologia que explique algo com um pequeno número de entidades é preferível a uma ontologia que explique exatamente esse mesmo algo, só que com um número de entidades maiores.

Nesse caso, a teoria do feixe possui uma vantagem sobre a teoria tradicional do indivíduo (aquela que usa *substrato*) uma vez que ela consegue explicar o indivíduo tanto quanto a teoria tradicional, mas com um tipo de elemento ontológico a menos. Essa teoria seria então mais econômica e passaria pelo princípio da navalha de Ockham e nesse caso a teoria tradicional seria descartada. Entre duas teorias que explicam exatamente a mesma coisa deve-se optar por aquela que explica com o menor número de tipos de entidades, ou seja de um modo mais simples. Como a teoria do feixe possui um número menor de tipos de entidades, e em algumas versões da teoria uma só (os universais), então essa teoria deve ser preferível em relação a teoria do indivíduo como possuidor de *substrato*.

1.6. Considerações finais

Ainda que Hume jamais tenha tido em seus escritos o intuito de criar a teoria do feixe, seu vanguardista trabalho filosófico serviu como um esboço para o que viria a ser no futuro a teoria do feixe. Vimos que Hume criticou a ideia do indivíduo como algo formado por uma entidade metafísica, a *substância* e seus atributos. Hume inclusive foi além disso, negava ele não só a ideia de um ente metafísico que dura e sustenta as qualidades de um ser, como também negava até mesmo a existência do eu (*self*) que, para o filósofo escocês, nada mais era do que um fluxo de impressões.

Apresentamos neste capítulo a ideia de coisa singular atribuída a Locke. Vimos que o modelo apresentado por Locke, o modelo do substrato + atributos, pode explicar o indivíduo sim e não nos comprometemos a desmenti-lo. Mas optamos por escolher o modelo apresentado por Hume porque nosso critério de avaliação sobre qual teoria seguir leva em conta o critério da *parcimônia*. Ou seja, preferimos o modelo atribuído a Hume, em relação ao modelo atribuído a Locke, porque o modelo de Hume, que viria a se transformar no futuro na teoria do feixe, é um modelo de indivíduo mais econômico. Isto é, o modelo de Hume explica

exatamente a mesma coisa que o modelo de Locke mas se usa de um número menor de tipos de entidades. A ideia de coisa em Locke se usa de basicamente dois tipos de entidades: 1) as que servem de cabide para as qualidades (*substrato*) e 2) as qualidades que se aderem ao cabide (atributos). Já o modelo apresentado por Hume é um modelo que se usa somente de qualidades.

Uma discussão frutífera na área da teoria do feixe é a discussão sobre o que seriam essas qualidades que formam um ser. Existem filósofos que afirmam que essas qualidades seriam qualidades individuais de cada coisa e portanto seriam irrepetíveis, enquanto que outros filósofos afirmam que as qualidades de um indivíduo podem ser exatamente as mesmas qualidades de outros seres e portanto repetíveis. Hume aparentemente não se manifesta, na parte por nós estudada, sobre essa questão. Hume fala sobre o grande fluxo de qualidades, chamadas por ele de *impressões*, mas não se manifesta sobre se elas seriam repetíveis ou não. Hume, ao nosso entender se manifesta somente dizendo que as propriedades sempre mudam, mas não se manifesta se é possível que duas coisas no mesmo momento tenham exatamente as mesmas qualidades.

Acreditamos que esse capítulo, apesar de não muito aprofundado na teoria do feixe, tem como mérito principal ter esclarecido de maneira satisfatória duas perguntas: *O que é a teoria do feixe?* e *Contra que modelo a teoria se posiciona?* Veremos nos próximos artigos a teoria em uma visão mais detalhada, as diferentes versões da teoria do feixe, seus defensores e suas objeções mais frequentes.

2. Propriedades

2.1. Introdução

Neste breve capítulo estudaremos um pouco sobre a identidade e a natureza das propriedades. Ao longo deste trabalho desenvolveremos a ideia de que uma coisa particular nada mais é do que uma espécie de união de propriedades através de uma relação especial entre elas. Entretanto, isso deixa em aberto a pergunta: o que afinal de contas é uma propriedade? Neste capítulo faremos um breve esboço para uma possível elaboração de uma resposta. Começaremos primeiro estudando os critérios de formação da identidade de uma propriedade de um feixe. Através da leitura de Audi apresentamos cinco critérios: *extensionalidade*, *intensionalidade*, *hiperintensionalidade*, *perfil causal*, *fundamentação* e *perfil qualitativo*. Veremos cada um deles ao longo deste capítulo. Ademais, estudaremos também um pouco sobre a natureza das propriedades, onde discutiremos sobre a presença ou ausência de propriedades no espaço-tempo, a repetibilidade ou não de propriedades e a possibilidade das propriedades serem poderes ou meras qualidades. E ainda, no final, apresentaremos uma breve discussão sobre a relação entre a natureza das propriedades com a teoria do feixe no que diz respeito ao realismo imanente e ao nominalismo de tropos. O realismo imanente é a postura que vê as propriedades como no espaço-tempo e repetíveis. Já o nominalismo de tropos é a postura de que cada propriedade também está no tempo mas é única para cada feixe.

2.2. Identidade de propriedades

Existem diversas discussões filosóficas sobre o estatuto ontológico das propriedades, as quais passam por diversos marcos históricos, incluindo a teoria platônica das formas, a discussão do problema do um-sobre-muitos, a crítica aristotélica ao platonismo, a exposição da lógica aristotélica por Porfírio e Boécio, o debate medieval sobre os universais, o nominalismo moderno e o platonismo dos lógicos do início do século XX (cf. DIEBE, 2014). Nosso tema nessa seção é bastante específico: a identidade das propriedades. Como determiná-la? Paul Audi nos apresenta algumas considerações importantes no que diz respeito ao critério de identidade das propriedades. As condições de identidade fornecem uma base para se responder questões sobre a identidade ou diferença entre itens de um certo tipo. Contudo, critérios de identidade não são definições de identidade, conforme aponta Audi (2016, p. 830). Sabemos, sem critério algum, que cada coisa é idêntica a si mesma, pois é apenas a si mesma que cada coisa pode ser idêntica. Audi também aponta que pode haver mais de um princípio explicando as condições de identidade ou diferença entre itens de certo tipo. Audi apresenta cinco critérios: *extensionalidade*, *intensionalidade*, *hiperintensionalidade*, *perfil causal*, *fundamentação* e *perfil qualitativo*.

O primeiro princípio é a *Lei de Leibniz*, a qual diz que “necessariamente, para qualquer x e qualquer y , $x=y$ sse⁹ tudo o que é verdadeiro de x é verdadeiro de y ” (AUDI, 2016, p. 829, tradução nossa¹⁰). Trata-se de um princípio útil, ao menos em certos casos.

A lei de Leibniz é um *critério da extensionalidade* que pode ser apresentado através de conjuntos. $F=G$ sse, para qualquer x , $Fx \leftrightarrow Gx$, ou seja a propriedade F é igual à propriedade G se e somente se, para qualquer x , x é F se e somente se x é G . Uma estátua não é idêntica ao bronze do qual é feita, pois a forma é essencial à estátua, mas não é essencial ao bloco de bronze. Esse é um critério interessante, mas é visto por Audi como um critério muito grosseiro, uma vez que ele apresenta limites. Pensemos, por exemplo, na incapacidade de distinguirmos cordatos de renatos. Tudo o que tem a propriedade de ter coração tem a propriedade de ter rim, entretanto ter ruim e ter coração são propriedades diferentes, e disso se segue que a lei de Leibniz não dá conta desses casos. Outro exemplo poderia ser: humanos são os únicos bípedes sem penas, mas isso não quer dizer que ser humano é ser um bípede

⁹ Leia-se: Se e somente se. Sse é uma forma de expressão para um teorema: Se A então B, e se B então A.

¹⁰ “Necessarily, for any x and y , $x=y$ if and only if everything true of x is true of y ” (AUDI, 2016, p. 829).

sem penas. É importante ressaltar uma diferença entre intensão e extensão de uma propriedade. “A extensão de uma propriedade é a classe de coisas que atualmente tem a propriedade. A intensão é a classe de todas as coisas possíveis que tem a propriedade” (AUDI, 2016, p. 831, tradução nossa¹¹).

O segundo critério é o *critério intensional*. Segundo esse critério, $F=G$ sse, para qualquer x possível, $Fx \leftrightarrow Gx$, ou seja, a propriedade F é igual à propriedade G se e somente se, para qualquer x possível, x é F se e somente se x é G . Este critério é mais abrangente que o primeiro, uma vez que ele conseguiria cobrir mais casos abertos pela *Lei de Leibniz* – um critério intensional cobre tudo o que é possível, não se limita ao atual. Entretanto, ele ainda é muito grosseiro, pois faz com que sejam a mesma propriedade a triangularidade e a trilateralidade, ser um número primo par e ser a metade de quatro, por exemplo. Isso se vê porque qualquer figura geométrica possível que tenha três lados também é uma figura que tem três ângulos. Ter um lado não é o mesmo que ter um ângulo, mas isso não é diferenciado pelo critério intensional. Sabemos que lados são diferentes de ângulos intuitivamente, e também porque uns podem ter papéis causais diferentes de outros. Pense num equipamento que conte lados, mas não conte ângulos (cf. AUDI, 2016, p. 831).

Quanto ao *critério hiperintensional*, aponta Audi (2016, p. 831) que: é aquele capaz de distinguir propriedades que têm as mesmas instâncias no mundo atual e em qualquer mundo possível. A metafísica hiperintensional se ocupa das situações nas quais necessidade e possibilidade não bastam para expressar a estrutura da realidade. A sinonímia é um critério hiperintensional: $F=G$ sse, necessariamente, atribuições de F são sinônimas de atribuições de G , ou seja, a propriedade F é igual a propriedade G se e somente se, tudo que for atribuído de F possa ser igualmente atribuídos de G . Trilateralidade não é sinônimo de triangularidade. Logo, são propriedades distintas.

Vemos, assim, que o critério hiperintensional é capaz de distinguir propriedades distintas em situações nas quais os critérios extensional e intensional falham. Entretanto, o critério hiperintensional da sinonímia falha no caso de identificações teóricas. Ser ouro é o mesmo que ter o número atômico 79, mas ser ouro não é sinônimo de ter o número atômico 79. Os significados dos dois predicados são distintos. Esses predicados referem às suas instâncias sem descrevê-las (cf. AUDI, 2016, p. 832). Ou seja, o critério hiperintensional

¹¹ “The extension of a property is the class of things that actually have it. Its intension is the class of all possible things that have it” (AUDI, 2016, p. 831).

funciona bem para distinguir propriedades que têm as mesmas instâncias em todas as situações possíveis, mas falha para estabelecer que duas propriedades são idênticas, apesar de não serem sinônimas.

Existe também a individuação de propriedades pelo perfil causal. O Perfil causal de uma propriedade seria tudo o que uma coisa pode causar, por ter aquela propriedade (*forward-looking powers*), e também todos os fatores que levam uma coisa a ter a propriedade (*backward-looking powers*). Poder condicional: poder que a coisa tem por instanciar outras propriedades. Critério causal de identidade de propriedades: $F=G$ sse F e G conferem exatamente os mesmos poderes condicionais a x . É uma espécie de funcionalismo, aponta Audi (2016, p. 833). O funcionalismo, em filosofia da mente, individua um tipo de estado mental pela relação típica que há entre um tipo de input e um tipo de output. Por exemplo, o estado mental de ver o ônibus chegando, para quem o espera, começa por um estímulo visual e termina pelo comportamento de chamar o ônibus. Analogamente, uma propriedade faz com que, ante certos estímulos, um corpo responda de certas maneiras. Por exemplo, se algo é solúvel em água, e é mergulhado na água, manifesta a propriedade da dissolução (cf. LEVIN, 2013).

Existe também o critério de identidade e diferença de propriedades por *fundamentação* (*grounding*), que é outro critério hiperintensional, pois é capaz de distinguir duas propriedades distintas em qualquer situação possível na qual as duas propriedades em teste têm exatamente as mesmas instâncias. Fundamentar é semelhante a causar, mas com uma importante diferença, pois enquanto a relação de causalidade é “horizontal”, dado que se dá entre dois itens ontologicamente independentes, a relação de fundamentação é “vertical”, pois o ente fundamentado depende ontologicamente do ente fundamentante, mas o ente fundamentante não depende ontologicamente do ente fundamentado. A ontologia da fundamentação é uma espécie de neoaristotelismo, pois busca investigar algo como as primeiras causas e princípios. Assim sendo, a ontologia da fundamentação se opõe à ontologia quineana, a qual se ocupa apenas do que há, sem diferenciar tipos de entes fundamentais de tipos de entes dependentes de outros entes (cf. SCHAFFER, 2009, p. 350). Fundamentar é explicar, o fundamento é o que explica o fundamentado. A noção mais importante para a metafísica da fundamentação é em virtude de. Se x tem a propriedade G em virtude de ter a propriedade F , então F é fundamento metafísico de G (cf. SCHAFFER, 2009, p. 364). O número dois é útil para certas aplicações de criptografia em virtude de ser primo, não em virtude de ser par. Logo, a propriedade de ser primo é fundamento da utilidade, ao contrário

da propriedade de ser par, a qual não é fundamento da utilidade, do que segue a propriedade de ser primo é diferente da propriedade de ser par. Ser ouro e ter número atômico 79 é a mesma propriedade em virtude de ser fundamento das mesmas coisas – toda e qualquer propriedade que dependa ontologicamente de x ser ouro também depende ontologicamente de x ter o número atômico 79, e vice-versa. Além disso, também temos o critério de identidade de propriedades via fundamentação que pode ser expresso do seguinte modo $F=G$ sse F e G têm o mesmo papel de fundamentação.

E por fim, existe o *perfil qualitativo* que diz que as propriedades são maneiras de uma coisa ser semelhante ou distinta de outra. O critério qualitativo serve para comparar coisas quanto à similaridade ou dissimilaridade, apontando se são ou não do mesmo tipo. Duas coisas esféricas são similares, uma coisa triangular é distinta de uma coisa quadrada. O critério qualitativo de identidade de propriedades pode ser assim expresso $F=G$ sse F e G são a mesma dimensão de similaridade. Um exemplo que poderia ser dado, é a tonalidade de cor automotiva azul “A” feita através de um método m_1 ser a mesma tonalidade de um azul “B” feito pelo método m_2 .

Em suma, existem diversos critérios para definirmos a identidade das propriedades. Apresentamos alguns deles em Audi, todos os critérios são interessantes em especial o critério de causalidade e o critério de fundamentação e portanto, diante dessa discussão optamos por não escolher por uma única teoria para explicar a identidade, de modo que, ao falarmos da identidade das propriedades preferimos uma postura mais pluralista. É importante ressaltar que é possível adotar mais de um critério sem que eles sejam excludentes entre si.

2.3. A natureza das propriedades

Há vários tipos de teóricos do feixe, dependendo da teoria das propriedades que é adotada. Nesta seção, apresentamos sucintamente algumas das principais teorias sobre a natureza das propriedades. São três os principais aspectos que caracterizam o que é uma propriedade. Em primeiro lugar, com respeito à presença no espaço-tempo, propriedades podem ser abstratas (existir fora do espaço-tempo) ou concretas (existir no espaço-tempo). Em segundo lugar, com respeito à reprodutibilidade, propriedades podem ser repetíveis (ser gerais) ou irrepetíveis (ser singulares). Em terceiro lugar, com respeito à causalidade, propriedades podem ser poderes, meras qualidades ou ter dupla face.

Propriedades podem ser caracterizadas com respeito à presença ou não no espaço-tempo. Abstratas são as propriedades cuja localização não se encontra nem no espaço e nem no tempo. Um exemplo de propriedades abstratas seriam as propriedades relacionais, como por exemplo *estar ao norte de*. Um dos problemas dessa teoria sobre a natureza das propriedades seria explicar como se dá a passagem, ou qual é a relação, de uma propriedade fora do tempo e do espaço com as coisas que existem no tempo e no espaço.

Já as propriedades concretas são as propriedades que se opõem às propriedades transcendentais quanto a natureza, isto porque elas não estariam localizadas fora do tempo e do espaço mas sim no tempo e no espaço. A propriedade de ser branco, por exemplo, seria uma propriedade que está no espaço e no tempo. Existem filósofos, como Platão, que acreditavam que a brancura de verdade estaria fora do tempo e do espaço e o que temos como branco no espaço e tempo é uma cópia imperfeita da brancura perfeita. Ademais, as propriedades concretas parecem não poder existir sem estarem coinstanciadas com outras propriedades concretas ao passo de que uma propriedade abstrata poderia existir sozinha.

Quanto a natureza das propriedades, ainda podemos falar sobre sua repetibilidade ou irrepetibilidade. Isto é, quando discutimos sobre a repetibilidade ou não, estamos fazendo uma discussão sobre se propriedades podem ser gerais, ou se são singulares. Existem aqueles que acreditam que as propriedades podem ser gerais, como por exemplo Russell. Já do outro lado existem aqueles que acreditam que as propriedades são particulares de cada indivíduo mas semelhantes entre si. Exemplo paradigmático de teórico do feixe que defende a singularidade das propriedades é D. C. Williams. As propriedades singulares e irrepetíveis são chamadas de *tropos* (cf. WILLIAMS, 1953, p. 7).

Tanto os teóricos do feixe que consideram as propriedades como gerais e repetíveis quanto os teóricos do feixe que as consideram particulares e irrepetíveis concordam entre si em uma coisa: só existe uma categoria ontológica fundamental – a saber, a categoria das propriedades. As propriedades são, para ambos os grupos, “[...] the very alphabet of being” (WILLIAMS, 1953, p. 7). A discordância entre os dois grupos é que um acredita em qualidades repetíveis (universais) e outro acredita em qualidades únicas (*tropos*).

A natureza das propriedades também pode ser explicada em relação ao conceito de causalidade. São três as principais posições. Primeiro, que propriedades têm poderes causais – são poderes. Segundo, que propriedades não têm poderes causais – são meras qualidades. Terceiro, que propriedades têm dupla face – são poderes e qualidades.

A visão das propriedades como poderes é atribuída aos chamados ontologistas da força. Segundo Hakkarainen:

Ontologistas da força, como George Molnár, Brian Ellis e Stephen Mumford [...] vêem o mundo como fundamentalmente dinâmico. Para eles, as propriedades básicas não são inertes [...]. Ao invés disto, o mundo é em última análise composto de disposições dotadas de poderes que são necessariamente conectadas com outras entidades [...]. Por exemplo, dado que existem duas massas gravitacionais – duas disposições - é necessário que elas se atraiam [...]. (HAKKARAINEN, 2011, p. 199, tradução nossa¹²)

Para os chamados ontologistas da força as propriedades é que tornam os indivíduos ativos e elas, as propriedades explicam as leis da natureza.

Se alguém aceitasse propriedades disposicionais reais em sua ontologia, então abre a perspectiva de um novo relato do modo como o mundo funciona. Em vez de ter leis externas da natureza que governam as ações das coisas particulares, essas coisas seriam naturalmente dispostas para o comportamento de um certo tipo em virtude de suas propriedades. Por esta razão, às vezes se diz que a ontologia disposicional torna as coisas particulares ativas no sentido de que suas propriedades produzirão naturalmente certos tipos de comportamento sem necessidade de leis adicionais que de alguma forma sejam capazes de dirigir suas ações. (MUMFORD, 2009, p. 477, tradução nossa¹³)

Usualmente, é natural que se tome uma propriedade como uma mera propriedade sem poderes causais. Normalmente atribui-se poderes causais aos indivíduos e não às partes que o compõem. Essa parece a nós ser a visão de Russell, conforme veremos no capítulo final.

Por fim, também faz-se necessário comentar que Martin e Heil possuem uma teoria de dupla face das propriedades. Para eles as propriedades são tanto poderes quanto qualidades. Segundo eles “Uma propriedade - e, a menos que sintamos o contrário, vamos nos concentrar exclusivamente em propriedades intrínsecas - é uma moeda disposicional-qualitativa de duas

¹² “Power ontologists such as George Molnár, Brian Ellis and Stephen Mumford oppose this. They see the world as fundamentally dynamic. For them, the basic properties are not inert, categorical, self-contained “perfectly natural intrinsic properties”, between which there cannot be necessary connections. Rather, the world is ultimately composed of powerful dispositions that are necessarily connected with other entities (Ellis 2001, Ch. 8; Mumford 2004, Ch. 10.6). For example, given that there are two gravitational masses—two dispositions—it is necessary that they attract each other, which is an event necessarily connected to the masses. Choosing between Humean supervenience and power ontology has deep consequences for one’s view on the laws of nature, for instance” (HAKKARAINEN, 2011, p. 199).

¹³ “If one were to accept real dispositional properties into one’s ontology, then it opens up the prospect of a new account of the way the world works. Instead of having external laws of nature governing the actions of the particular things, those things would instead be naturally disposed towards behaviour of a certain kind in virtue of their properties. For this reason, it is sometimes said that the dispositional ontology makes particular things active in the sense that their properties will naturally produce certain kinds of behaviour without needing additional laws that somehow are capable of directing their actions” (MUMFORD, 2009, p. 477).

faces.” (MARTIN e HEIL, 1999, p. 46, tradução nossa¹⁴)

Em suma, no que diz respeito a natureza das propriedades temos que levar em conta os seguintes elementos: sua localização no espaço-tempo, sua reprodutibilidade e sua causalidade. Através da combinação desses elementos pode ocorrer de surgir diversas teorias sobre o que é uma propriedade. A respeito disso, nos posicionamos do seguinte seguinte sentido, uma propriedade está no espaço tempo, é repetível e possui poder causal. Entretanto, veremos que isso não é um consenso entre quem estuda esse assunto.

2.4. Natureza das propriedades e teoria do feixe

Os teóricos do feixe que defendem o caráter geral e repetível das propriedades costumam enfrentar, com frequência, três objeções: o problema da individuação, o problema essencialidade e o problema da analiticidade. O problema da individuação é aquele que afirma que a teoria do feixe é falsa porque o princípio da identidade dos indiscerníveis, que é tomado como verdadeiro pelos teóricos do feixe, é também falso. Essa objeção passa pelo problema das esferas de Black, a ser discutido no quarto capítulo. O problema da essencialidade é o problema formado pela ideia de que todas as propriedades de um feixe são essenciais para que a coisa seja a coisa que é, uma vez que caso essa coisa tivesse outra propriedade qualquer, ela não seria ela mesma, seria outra coisa (cf. VAN CLEVE, 1985, p. 96). Como consequência disso, todas as frases verdadeiras sobre um particular em questão se transformam instantaneamente em verdades analíticas:

Se “W” é o nome de um todo constituído de um feixe de qualidade, e “isto é quente” somente diz que a “quantidade” é uma das qualidades compondo W, então, assim que o “W” é definido, a proposição “isto é quente” se torna análoga a proposições do tipo “animais racionais são animais” ou “hexágonos são polígonos”. Mas isto é absurdo: uma vez que remove a distinção entre conhecimento empírico e conhecimento lógico, e faz a parte executada pela experiência no conhecimento empírico inexplicável.” (RUSSELL, 1995, p. 128, tradução nossa¹⁵)

¹⁴ “A property—and unless we signal otherwise, we shall focus exclusively on intrinsic properties—is a two-faced dispositional-qualitative coin” (MARTIN e HEIL, 1999, p. 46).

¹⁵ If “W” is the name of a whole consisting of a bundle of qualities, and “this is hot” only says that hotness is one of the qualities composing W, then, as soon as “W” is defined, the proposition “this is hot” becomes analogous to such propositions as “rational animals are animals” or “hexagons are polygons”. But this is absurd:

O problema da analiticidade é aquele que diz que se todas as proposições em questão são analíticas então o teórico do feixe não é capaz de lidar com o discurso de sujeito e predicado.

Os nominalistas defendem que tudo o que existe é singular, mas só existem indivíduos. Os teóricos do feixe, nesse caso, discordam parcialmente dos nominalistas, pois defendem que tudo o que existe é singular, mas acreditam que um ente singular é formado pela união de suas propriedades, mas essas propriedades não são na verdade propriedades individuais na verdade elas seriam propriedades repetíveis. Ainda que a diferença de um nominalista dos tropos para um teórico do feixe realista imanente seja muito pequena disso não se segue que a diferença não exista ou não seja significativamente importante a ponto de ser ignorada. A questão é: existem propriedades repetíveis, sim ou não? No restante do trabalho nos posicionamos positivamente sobre isso, mas é importante notar que a alternativa dos tropos é um lado importante a se considerar.

2.5. Considerações finais

Vimos neste capítulo, que quando falamos em propriedades duas discussões interessantes podem ser iniciadas. A primeira é aquela na qual diz respeito a identidade de uma propriedade. Sobre isso, mostramos em Audi, cinco critérios para a determinação da identidade de uma propriedade. Quanto a eles, optamos por dar uma opinião mais pluralista no que diz respeito a esse ponto, ou seja, podemos admitir mais que um critério. Particularmente um dos critérios mais bem avaliados por nós é o critério da causalidade, mas os outros também são muito interessantes. Discutimos também três critérios importantes, a serem avaliados por alguém que deseja estudar propriedades no que diz respeito a sua natureza. Quanto a esse critério, optamos por nos posicionar ao longo dos demais capítulos na seguinte direção: propriedades são entidades repetíveis localizadas no espaço e no tempo e que seriam próximo do que entendemos como poderes. É importante notar que essa nossa

it does away with the distinction between empirical and logical knowledge, and makes the part played by experience in empirical knowledge inexplicable. (RUSSELL, 1995, p. 128)

escolha ao longo do trabalho não é uma escolha baseada na ideia de que as outras teorias sobre a natureza das propriedades estão erradas, mas sim porque esse posicionamento nos parece o mais correto. Os motivos pelo qual nos posicionamos desse modo sobre propriedades será explicado mais ao longo da dissertação, mas basicamente é porque essa ideia de natureza de propriedade, se adotada desse modo, consegue além de ser mais parcimoniosa, resolver alguns problemas filosóficos como o princípio da identidade dos indiscerníveis, apresentado em Black mais adiante.

3. As quatro versões da teoria do feixe

3.1. Introdução

Neste capítulo trataremos das quatro versões da teoria do feixe. Primeiramente apresentaremos a versão de um feixe como conjunto. Diante disso, surgirá no texto de Van Cleve algumas objeções importante que serão por nós trabalhadas. Qualquer conjunto formaria um feixe? um feixe seria eterno? as propriedades são essenciais para um feixe? Veremos cada uma delas e através delas poderemos descobrir que a primeira versão é uma versão fraca e suscetível a críticas. Com isso, apresentaremos a segunda versão de Van Cleve da teoria do feixe, que seria uma versão um pouco mais forte do que a primeira mas que ainda assim é suscetível a críticas. A segunda versão é a versão de que um feixe é um agrupamento de propriedades que estão unidas entre si por uma relação especial chamada copresença. Van Cleve apresenta ainda uma terceira versão da teoria do feixe, que é uma versão sem indivíduos, apresentaremos essa versão e um problema relacionado a ela. Por fim, apresentaremos a quarta versão, atribuída a Casullo na qual um indivíduo seria um feixe de feixes. Mostraremos essa versão e como ela é construída a partir de uma ideia de tempo perdurantista.

3.2. A primeira versão: feixes como conjuntos

A teoria do feixe pode ser apresentada rapidamente do seguinte modo: “Uma coisa (individual, particular concreto) é nada além de um feixe de propriedades” (VAN CLEVE, 1985, p. 95, tradução nossa¹⁶). Esse slogan, comumente usado pelo teórico do feixe para

¹⁶ “A thing (individual, concrete particular) is nothing but a bundle of properties” (VAN CLEVE, 1985, p. 95).

apresentar sua teoria, pode receber diversas interpretações. Essas diversas interpretações levam à criação de diversas versões da teoria. Na literatura, Van Cleve listou três versões e mais tarde Casullo listou uma quarta versão. A primeira versão da teoria do feixe – segundo a enumeração de Van Cleve – é aquela que reduz a teoria do feixe a uma mera discussão conjuntista (cf. VAN CLEVE, 1985, p. 95–96). Nessa primeira e primitiva versão, apresentada de modo muito simples, temos dois pontos como ideias principais:

1. Que um indivíduo seria uma entidade complexa (de modo que não é simples, ou básica) em que as propriedades são seus únicos constituintes (de modo que não há substrato);
2. Para que um indivíduo qualquer tenha ou exemplifique uma propriedade, a propriedade precisa fazer parte do conjunto de propriedades constituintes do indivíduo em questão (cf. VAN CLEVE, 1985, p. 95).

Essa primeira versão, de caráter conjuntista, que chamaremos de agora em diante de VI, abre espaço para diversos questionamentos e objeções. Vejamos abaixo as mais importantes.

3.3. Qualquer conjunto constitui metafisicamente um feixe?

Literalmente, qualquer coisa pode fazer parte de um conjunto. Entretanto, se um feixe é um conjunto então naturalmente qualquer conjunto formaria um feixe, mas isso não acontece na realidade. Porque todo indivíduo seria um conjunto mas nem todo conjunto seria um indivíduo?

Se uma coisa nada mais é de que um conjunto de propriedades, então cada conjunto de propriedades deve então preencher as condições de coisidade, e então existiria uma coisa para cada conjunto. Mas de fato existem muitos conjuntos sem coisas correspondentes – por exemplo, o conjunto {ser um

crocodilo, ser púrpura}. (VAN CLEVE, 1985, p. 95, tradução nossa¹⁷)

Van Cleve nos mostra o problema de enxergarmos um feixe de propriedades como um mero conjunto. Essa objeção nos revela que é necessário algo a mais do que a união de membros de um conjunto para formar um indivíduo. Ou seja, fazer parte de um conjunto não é condição suficiente para ser propriedade de um indivíduo, e talvez não seja nem mesmo condição necessária. A condição de individualidade deve ser mais específica do que a mera criação de conjuntos aleatórios. A questão apresentada meio que já abre caminho para a segunda versão, uma vez que ela nos mostra que é preciso haver uma relação metafísica entre as propriedades que constituem metafisicamente o indivíduo, sendo que essa relação metafísica deve ser algo a mais do que a mera pertença a um conjunto, deve ser uma relação de copresença ou fusão metafísica entre as propriedades.

3.4. O problema da eternidade

O problema da eternidade se apresenta do seguinte modo:

Se uma coisa é um conjunto de propriedades, ela seria um ente eterno – de fato, necessário. Pois as propriedades existem necessariamente, e um conjunto existe necessariamente se os seus membros existem. (VAN CLEVE, 1985, p. 95–96, tradução nossa¹⁸)

Van Cleve aqui mostra mais uma objeção de porque a visão de um feixe como um conjunto é problemática. Essa crítica se escora na ideia de que por ser uma entidade matemática um conjunto seria eterno. Se o conjunto (no caso, das propriedades de um objeto singular) for eterno, então o objeto singular também assim seria, de modo que qualquer objeto singular que existe seria eterno.

Adiantando um pouco a resposta, com a teoria do realismo imanente, podemos ver que a teoria do feixe associada ao realismo imanente não abre possibilidades para essa crítica. Para o realismo imanente, as propriedades (por estarem no espaço-tempo) não seriam eternas,

¹⁷ “If a thing were nothing more than a set of properties, any set of properties would fulfill the conditions of thinghood, and there would be a thing for every set. But in fact there are many sets without corresponding things – e.g., the set {being an alligator, being purple}” (VAN CLEVE, 1985, p. 95).

¹⁸ “If a thing were a set of properties, it would be an eternal, indeed, a necessary, being. For properties exist necessarily, and a set exists necessarily if all its members do” (VAN CLEVE, 1985, p. 95–96).

podendo deixar de existir. E como um indivíduo, segundo a teoria do feixe, é formado por propriedades, logo, por consequência, esse ser pode vir a não ser eterno. Essa objeção de Van Cleve é forte contra a ideia do feixe como um conjunto, mas fraca contra a ideia do feixe com um agrupamento de propriedades universais imanentes.

3.5. Poderia um feixe mudar?

A objeção sobre a mudança se apresenta:

Se uma coisa fosse um conjunto de propriedades, seria impossível para ela mudar. Uma coisa mudaria suas propriedades somente se um conjunto idêntico ao outro pudesse mudar seus membros, mas isso é impossível; nenhum conjunto pode mudar seus membros. (VAN CLEVE, 1985, p. 96, tradução nossa¹⁹)

Esse é um ponto interessante de Van Cleve, onde ele mostra o problema na mudança, se tomarmos um feixe como um mero conjunto. De fato, um conjunto jamais pode mudar seus membros, e essa objeção dele é válida, mas somente se o feixe que gera uma coisa singular for tratado como um conjunto. Essa objeção é problemática para o teórico do feixe da primeira versão (V1), porque o teórico do feixe da primeira versão considera uma coisa como um conjunto de propriedades, e acaba que, se você considerar uma coisa como somente isso, você chega ao ponto que: não é possível mudar uma propriedade de uma coisa. Nesse caso, se fosse mudada, ela não seria mais ela mesma, seria outra coisa. Isso deve-se ao fato de que se mudarmos um membro de um conjunto então o conjunto mudará também e deixará de ser ele mesmo. É impossível para um conjunto mudar seus membros sem perder sua identidade.

3.6. As propriedades de uma coisa são essenciais para ela?

¹⁹ “If a thing were a set of properties, it would be incapable of change. For a thing could change its properties only if the set identical with it could change its members, but that is impossible; no set can change its members” (VAN CLEVE, 1985, p. 96).

De mesmo modo, se uma coisa fosse um conjunto de propriedades, todas as propriedades seriam essenciais para ela: além de ela não poder mudar suas propriedades, ela sequer poderia possuir propriedades diferentes, para começo de conversa. Isso porque é essencial para um conjunto que ele contenha cada membro que o forma. (VAN CLEVE, 1985, p. 96, tradução nossa²⁰)

Essa objeção de Van Cleve nos mostra que a visão conjuntista do feixe exige uma idéia de identidade, de modo que a identidade de um conjunto é formado pela soma de seus membros, e se tirássemos um único membro de um conjunto ele deixaria de ser aquele conjunto. Se a teoria do feixe for só o que aponta a primeira versão, então temos um problema, pois para um teórico do feixe seria impossível uma coisa ser ela mesma por mais que um momento (enquanto os objetos do senso comum e as substâncias da filosofia clássica perduram). Isso porque, se em um segundo momento uma propriedade qualquer mudasse, aquela coisa deixaria de ser ela mesma. A objeção anterior, como vimos, trata do problema da mudança, enquanto que esta trata do problema da identidade de um feixe. Os dois problemas aproximam-se, mas são diferentes, e ambos são desafiadores para aquele que vê a metáfora do feixe de acordo com a primeira versão (V1). Nesse caso da identidade, toda a propriedade seria essencial para a coisa ser ela mesma.

3.7. A segunda versão: copresença

A primeira versão, conforme vimos, deixa em aberto espaço para diversas objeções. Diante de tais questionamentos, é apresentada a segunda versão da teoria do feixe. A ideia central da segunda versão: há uma relação especial entre as propriedades que constituem metafisicamente um indivíduo.

Defensores sofisticados da teoria do feixe não dizem que uma coisa é somente um feixe de propriedades; eles dizem que é um feixe no qual seus elementos estão dispostos em um certo tipo muito importante de relação. Vamos chamar essa relação de coinstanciação. (Russell chama de “copresença”, Goodman de “estar-junto-de”, e Castañeda de “consustanciação”). (VAN CLEVE, 1985, p. 97,

²⁰ “Similarly, if a thing were a set of properties, all of its properties would be essential to it: not only could it not change its properties, but it could not have had different properties to start with. This is because it is essential to a set that it contains the very members it does” (VAN CLEVE, 1985, p. 96).

tradução nossa²¹)

Há, segundo alguns teóricos do feixe, uma relação especial entre as diversas propriedades que constituem metafisicamente um indivíduo. Existem, cita Van Cleve, diversos modos de nomear essa relação. Russell por exemplo chamava essa relação de *copresença*, Goodman chamava de *estar-junto-de* e Castañeda chamava de *consustanciação*. Van Cleve opta por chamar essa relação de *coinstanciação*. Ele explica que, de modo geral, essa relação de coinstanciação pode ser entendida como uma relação entre um certo número de propriedades, quando todas essas propriedades constituem metafisicamente um e o mesmo indivíduo. Van Cleve introduz essa relação metafísica especial da seguinte maneira: “A explicação informal da coinstanciação é de maneira geral essa: é a relação que se refere a um número de propriedades somente no caso na qual todas essas propriedades são propriedades de um mesmo indivíduo” (VAN CLEVE, 1985, p. 97, tradução nossa²²).

Essa explicação inicial sobre a coinstanciação não pode ser a explicação final, pois ela nos leva a um certo problema de circularidade ou necessidade da existência de um determinado indivíduo, dado que ela pressupõe a noção de indivíduo.

Isso faz com que a coinstanciação soe como sendo (ou como derivada) da relação das propriedades com uma outra entidade de outra categoria ontológica, a saber, da categoria das coisas individuais, e nesse caso a análise da teoria do feixe seria circular. O teórico do feixe então deve insistir que essa explicação informal é uma mera escada para ser chutada, e que a coinstanciação é uma relação entre propriedades e nada a mais. (VAN CLEVE, 1985, p. 97, tradução nossa²³)

Como deve ser a relação de enfeixamento, para evitar os problemas da teoria do feixe como conjunto e o problema da circularidade? Deixando de lado a apresentação informal acima, eles defendem que a coinstanciação é uma relação homogênea entre propriedades e

²¹ “Sophisticated defenders of the bundle theory do not say that a thing is nothing but a bundle of properties; they say that it is a bundle whose elements all stand to one another in a certain very important relation. Let us call the relation co-instantiation. (Russell speaks of ‘compresence’, Goodman of ‘togetherness’, and Castañeda of ‘consustantiation’)” (VAN CLEVE, 1985, p. 97)

²² “The informal explanation of co-instantiation is generally this: it is the relation that relates a number of properties just in case they are all properties of one and the same individual” (VAN CLEVE, 1985, p. 97).

²³ “This makes it sound very much as though co-instantiation either is or is derivative from a relation that properties bear to an entity in some other ontological category, namely, the category of individuals or things, in which case the bundle theorist’s analysis would be circular. He must therefore insist that the informal explanation is merely a ladder to be kicked away, and that co-instantiation is really a relation among properties and nothing else” (VAN CLEVE, 1985, p. 97).

nada mais do que propriedades: “[...] deve ser um elo homogêneo, conectando propriedades com propriedades, não um elo heterogêneo, conectando propriedades com coisas” (VAN CLEVE, 1985, p. 97, tradução nossa²⁴).

Quais as características da relação de coinstanciação? O ponto central da relação de coinstanciação, aponta Van Cleve, está no fato de que a coinstanciação é uma relação contingente.

O ponto central sobre a coinstanciação é que ela é uma relação contingente. Isto é, se duas ou mais propriedades estão coinstanciadas, não é de regra geral que isso precisa ocorrer necessariamente. A vermelhidão e a circularidade estão coinstanciadas em um tomate, mas as duas propriedades poderiam não estar coinstanciadas de maneira nenhuma (isto é, cada uma das propriedades poderia não estar coinstanciada com nada a mais), e em qualquer caso, as duas não precisam estar coinstanciadas juntas. (VAN CLEVE, 1985, p. 98, tradução nossa²⁵)

Ou seja, se duas propriedades estão coinstanciadas, não quer dizer que isso seja uma relação necessária. Por exemplo, a vermelhidão está associada à circularidade de um tomate, mas essa não é uma relação necessária. Podemos imaginar um cenário hipotético onde exista nenhuma propriedade da vermelhidão, de modo que nessa situação a vermelhidão não esteja coinstanciada com a circularidade. Nesse caso nenhuma propriedade necessita estar metafisicamente associada com a outra. Mas, se está, dá-se uma relação de coinstanciação.

Ao apresentar essa segunda versão da teoria do feixe, o teórico evita o problema dos feixes como conjuntos e algumas objeções ao texto de Van Cleve, como por exemplo, a primeira objeção (sobre conjuntos aleatórios) e a segunda (sobre a eternidade dos conjuntos). O problema dos feixes como conjuntos (primeira objeção) poderia ser respondido assim: nem todos os conjuntos satisfazem a condição exigida para a constituição de coisas singulares, mas somente aqueles nos quais as propriedades que possuem entre si a relação de coinstanciação. Por exemplo, a propriedade de ser crocodilo e a propriedade de ser púrpura podem sim formar um conjunto, mas não formam uma coisa singular porque é uma contingência do mundo que não há coinstanciação da propriedade de ser um crocodilo com a propriedade de ser púrpura.

²⁴ “[...] it must be a homogeneous tie, connecting properties with properties, not a heterogeneous tie, connecting properties with things” (VAN CLEVE, 1985, p. 97).

²⁵ “The cardinal point about co-instantiation is that it is a contingent relation. That is, if two or more properties are co-instantiated, it is not in general necessary that this have been so. Redness is co-instantiated with roundness in a ripe tomato, but the two properties might not have been instantiated at all (i.e., each might not have been co-instantiated with anything else), and in any case the two need not have been instantiated together” (VAN CLEVE, 1985, p. 98).

A segunda objeção, da eternidade, poderia ser respondida também com a introdução do conceito de coinstanciação, uma vez que as coisas deixariam de ser necessariamente eternas para existir somente até o ponto em que as propriedades não estiverem mais coinstanciadas.

Entretanto, as objeções de Van Cleve sobre mudança e essencialidade não podem ser respondidas somente com esse conceito de coinstanciação.

Considere primeiro a objeção sobre a mudança. É verdade que no mundo do teórico do feixe pode haver muita mudança de um tipo, a saber, mudança nas características relacionais das propriedades; uma determinada propriedade (ou grupo delas) pode estar coinstanciada num momento com uma propriedade, noutra momento com outra. Mas isso não quer dizer que qualquer indivíduo possa mudar. Se F e G são coinstanciados primeiro com H e mais tarde com K , de modo que o complexo FGH é substituído pelo complexo FGK , o que temos é a substituição de um indivíduo por outro, não a mudança nas propriedades de um e o mesmo indivíduo. FGH simplesmente não é idêntico a FGK . (VAN CLEVE, 1985, p. 98, tradução nossa²⁶)

A objeção que diz respeito à mudança não pode ser respondida com a coinstanciação porque se uma propriedade coinstanciada mudar de lugar com a outra, aquele suposto indivíduo deixaria de ser ele mesmo, e seria outro indivíduo. Imaginemos, por exemplo, um cenário hipotético onde existisse um indivíduo, uma bola de bilhar qualquer, formado pela coinstanciação de somente três propriedades: A (ser redonda), B (ser vermelha) e C (ser dura). Imaginemos agora que alguém chegasse e pintasse essa bola de bilhar de azul (chamaremos a propriedade de ser azul de D). Essa bola de bilhar agora seria formada pela coinstanciação das propriedades A (ser redonda), C (ser dura) e D (ser azul). Podemos, somente usando a segunda teoria, afirmar que o indivíduo formado pela coinstanciação de A , B e C é ainda o mesmo indivíduo, só que agora formado pela coinstanciação de A , C e D ? Aparentemente não.

A objeção que diz respeito à essencialidade das propriedades também não poderia ser respondida pela segunda versão da teoria do feixe.

Consideremos a seguir a objeção sobre a predicação accidental. É verdade que no mundo do teórico do feixe há espaço para uma boa dose de contingência. Pode ser contingente, por exemplo, que um nariz

²⁶ “Consider first the objection about change. It is true that in the bundle theorist’s world there can be plenty of change of one sort, namely, change in the relational characteristics of properties; a given property or group of them can be co-instantiated now with one property, now with another. But this is not to say that any individual can change. If F and G are co-instantiated first with H and later with K , so that the complex FGH is superseded by the complex FGK , what we have is replacement of one individual by another, not change in the properties of one and the same individual. FGH is simply not identical with FGK ” (VAN CLEVE, 1985, p. 98).

repulsivo é coinstanciado com sabedoria, e que tudo o que é coinstanciado com sendo uma esmeralda também é coinstanciado com ser verde. Além disso, de qualquer indivíduo será verdade que ele poderia não ter existido, uma vez que as propriedades que o constituem podem não ter sido coinstanciadas. Mas não será verdade de qualquer indivíduo que ele possa ter existido com propriedades diferentes das que realmente possui: não podemos supor que um complexo cujos constituintes sejam *F*, *G* e *H* possa ter existido com *F*, *G* e *K* como seus constituintes. Assim, o mundo do teórico do feixe, embora não seja um mundo espinosano, em que cada verdade é uma verdade necessária, é, no entanto, um mundo leibniziano em que cada indivíduo tem apenas as propriedades que necessariamente tem. Adão não precisava ter existido, mas, uma vez na existência, não poderia ter feito de outra forma do que comer a maçã. (VAN CLEVE, 1985, p. 98–99, tradução nossa²⁷)

Essa objeção diz respeito à essencialidade das propriedades. Ela é similar à objeção trata do problema da mudança, ou seja, a ideia de que seria impossível para um conjunto mudar seus membros. Mas essa objeção trata da essencialidade, pois, na segunda versão da teoria do feixe, todas as propriedades seriam essenciais para uma coisa qualquer ser ela mesma e nenhuma outra coisa. Isso porque é essencial para que um conjunto seja ele mesmo, que ele possua todos os membros dele mesmo, nenhum a mais, nenhum a menos. Se ele perdesse um membro ele seria outro conjunto. Essa mesma essencialidade vale para as propriedades coinstanciadas. Imaginemos que existe uma coisa, ou seja, algo formado pela coinstanciação de propriedades, no caso o leitor desse texto. Antes de ler esta frase o leitor não possuía a propriedade de ter lido esta frase e agora, em um segundo momento, ele a possui. Poderíamos afirmar que você leitor desse texto é o mesmo indivíduo ou é um outro indivíduo? Segundo a ideia da essencialidade, se você ganhou ou perdeu uma propriedade você não é mais o mesmo indivíduo, é outro. Isso porque, é essencial para um indivíduo ser ele mesmo, que ele possua as propriedades dele mesmo e não outras.

Uma alternativa possível de resposta para esse questionamento, aponta Van Cleve, é uma teoria que dividiria um indivíduo em duas camadas.

Uma forma mais promissora de evitar a objeção seria dividir cada conjunto completo de propriedades mutuamente coinstanciadas em dois subfeixes, um núcleo interno e uma franja externa e, em seguida, identificar indivíduos com núcleos e não com feixes completos. Poder-se-ia então dizer que um indivíduo tem essencialmente apenas as propriedades que pertencem ao seu núcleo e acidentalmente

²⁷ “Consider next the objection about accidental predication. It is true that in the bundle theorist's world there is room for a good deal of contingency. It | can be contingent, for example, that snub-nosedness is co-instantiated with wisdom, and that whatever is co-instantiated with being an emerald is also co-instantiated with being green. Moreover, of any individual it will be true that it might not have existed at all, since the properties constituting it might not have been co-instantiated. But it will not be true of any individual that it might have existed with properties other than the ones it actually has: we cannot suppose that a complex whose constituents are *F*, *G*, and *H* might have existed with *F*, *G*, and *K* as its constituents instead. Thus the bundle theorist's world, though not a Spinozistic one in which every truth is a necessary truth, is nonetheless a Leibnizian one in which every individual has just the properties it does necessarily. Adam need not have existed at all, but once in existence could not have done otherwise than eat the apple” (VAN CLEVE, 1985, p. 98–99).

apenas as propriedades que pertencem à sua franja. Mais formalmente, a sugestão seria que um indivíduo X tem uma propriedade F se existe um feixe completo de propriedades coinstanciadas mutuamente Y tais que (i) X é um subfeixe dentro de Y e (ii) F é um elemento de X (em que X tem F essencialmente) ou (iib) F não é um elemento de X , mas é um elemento de Y que caso X tem F acidentalmente). (VAN CLEVE, 1985, p. 99, tradução nossa²⁸)

De acordo com essa proposta, primeira camada seria o núcleo central, que teria todas as propriedades necessárias para uma coisa ser ela mesmo. Já a segunda camada, uma espécie de núcleo periférico, seria a camada de propriedades acidentais de um indivíduo, como por exemplo, a propriedade acidental de ter lido este texto. Entretanto, Van Cleve aponta problemas em adotar essa teoria de dois núcleos.

Esta sugestão evita a objeção, mas tem dificuldades próprias. Para acomodar a convicção de que a grande maioria das propriedades de uma coisa é acidental a ela própria, teríamos que selecionar um sub-feixe muito pequeno como o núcleo – no caso de um ser humano, como talvez o subgrupo {animalidade, racionalidade}. Mas certamente nenhum ser humano é idêntico a isso! O núcleo não deveria ser assim empobrecido, mas você pode acrescentar quaisquer outras propriedades que você acha essencial para uma determinada coisa, e mesmo assim eu acho que você ainda vai achar difícil considerar o resultado como um indivíduo. (VAN CLEVE, 1985, p. 99–100, tradução nossa²⁹)

O primeiro problema dessa proposta de dupla camada seria o fato de que no fim das contas o núcleo principal seria muito pequeno e o núcleo periférico muito grande porque as propriedades acidentais são imensamente mais numerosas do que as propriedades essenciais. O segundo problema é que mesmo que pudéssemos conseguir isolar as propriedades essenciais de um indivíduo provavelmente não conseguiríamos reconhecer um indivíduo (em vez de um gênero ou uma espécie) naquele núcleo central.

A objeção que fala sobre o problema da identidade dos indiscerníveis aparentemente

²⁸ “A more promising way to avoid the objection would be to divide each complete bundle of mutually co-instantiated properties into two sub-bundles, an inner core and an outer fringe, and then to identify individuals with cores rather than with complete bundles. One could then say that an individual has essentially just those properties that belong to its core and accidentally just those properties that belong to its fringe. More formally, the suggestion would be that an individual X has a property F iff there is a complete bundle of mutually co-instantiated properties Y such that (i) X is a sub-bundle within Y and either (iia) F is an element of X (in which case X has F essentially) or (iib) F is not an element of X , but is an element of Y (in which case X has F accidentally)” (VAN CLEVE, 1985, p. 99).

²⁹ “This suggestion avoids the objection, but has difficulties of its own. To accommodate the conviction that the vast majority of a thing's properties are accidental to it, we would have to select a very small sub-bundle as the core - in the case of a human being, perhaps the sub-bundle {animality, rationality}. But surely no human being is identical with that! The core would not have to be this impoverished, of course, but add whatever other properties you think essential to a given thing, and I think you will still find it difficult to regard the result as an individual” (VAN CLEVE, 1985, p. 99–100).

também não poderia ser respondida usando somente a segunda teoria. Trataremos essa objeção com mais detalhes no próximo capítulo.

3.8. A terceira versão: sem indivíduos

Van Cleve apresenta a solução para as objeções relacionadas à mudança, à essencialidade e à identidade dos indiscerníveis através da criação de uma nova teoria do feixe – a terceira versão. Essa versão, inspirada no fenomenalismo, é aquela cuja ideia central consiste em dizer que a coinstanciação de propriedades nada diferente das propriedades coinstanciadas é metafisicamente constituído. Ela toma como ponto de partida uma visão que George Edward Moore atribui a John Stuart Mill e Bertrand Russell que diz:

As visões deste tipo, se as entendo corretamente, distinguem-se daquelas que eu até então considerei, pelo fato de que, de acordo com elas, não há nada no Universo do qual possa ser verdadeiramente predicado que seja esta parte da superfície deste tinteiro, ou mesmo que seja uma parte da superfície de um tinteiro, ou de um tinteiro. Eles sustentam, em suma, que, embora existam muitas coisas materiais no Universo, não há nada nele do que possa verdadeiramente ser afirmado que é uma coisa material: que, porém, quando afirmo ‘Isto é um tinteiro’, minha afirmação é verdadeira, e é tal que resulta dela que há no Universo pelo menos um tinteiro e, portanto, pelo menos uma coisa material, mas não resulta dela que haja algo que seja uma coisa material. (MOORE, 1919, p. 28, tradução nossa³⁰)

Como que é possível afirmar que apesar de ser verdade muitas coisas materiais, elas não são? Isso não seria um paradoxo? Não no seguinte sentido, o qual revela um certo *tradutivismo metafísico*: é verdadeiro que existam muitas coisas no universo, mas isso só é verdadeiro porque constructos criados por informações dos sentidos podem ser interpretados como sendo coisas singulares. Em outras palavras, não há nada no mundo de que o predicado

³⁰ “Views of this type, if I understand them rightly, are distinguished from those which I have hitherto considered, by the fact that, according to them, there is nothing whatever in the Universe of which it could truly be predicated that it is this part of the surface of this inkstand, or indeed that it is a part of the surface of an inkstand, or an inkstand, at all. They hold, in short, that though there are plenty of material things in the Universe, there is nothing in it of which it could truly be asserted that it is a material thing: that, though, when I assert ‘This is an inkstand,’ my assertion is true, and is such that it follows from it that there is in the Universe at least one inkstand, and, therefore, at least one material thing, yet it does not follow from it that there is anything which is a material thing” (MOORE, 1919, p. 28).

“é uma coisa material” pode ser aplicado corretamente, mas há informações sensoriais que assim podem ser interpretadas, ou que assim podem ser traduzidas.

A antiga teoria do feixe é análoga ao fenomenismo antigo: para cada coisa individual encontra-se algum complexo de propriedades com o qual identificá-lo. Uma vez que é precisamente esta característica que a torna vulnerável às objeções sobre mudança, predicação acidental e indiscernibilidade, recomenda-se em vez disso a estratégia de adotar a forma da teoria do feixe que seria análoga ao novo fenomenalismo. Esta versão se recusaria a identificar indivíduos com complexos de propriedades, propondo ao invés de traduzir qualquer afirmação ostensivamente sobre indivíduos em uma declaração exclusivamente sobre propriedades. Por exemplo, poderia traduzir “Há uma coisa vermelha e redonda aqui” como “Vermelhidão e redondeza estão aqui coinstanciadas”. Mas não iria, para repetir, identificar a coisa vermelha e redonda com o complexo de propriedades coinstanciadas no lugar em questão; de fato, não identificaria a coisa vermelha, redonda com coisa alguma. “Coisa vermelha, redonda” seria uma frase não referente, suscetível apenas de definição contextual. (VAN CLEVE, 1985, p. 103, tradução nossa³¹)

Esta terceira versão da teoria do feixe, criada por Van Cleve, difere-se da primeira versão e da segunda versão pelo fato de que Van Cleve se propõe não a *criar* coisas através do uso de complexos de propriedades, mas sim se propõe a *traduzir* contextualmente como coisas através esses complexos de propriedades. Ao invés de, por exemplo, dizermos “existe aqui uma coisa vermelha e redonda” poderíamos dizer “a vermelhidão e a redondidade estão aqui coinstanciadas”. Neste caso, ambas as frases falam contextualmente a mesma coisa, mas com a vantagem de que a segunda não se compromete com a existência de um ente singular. A primeira frase se compromete com a existência de indivíduos e de propriedades, enquanto que a segunda frase só se compromete com a existência de propriedades. É uma diferença muito sutil, mas que significa muito, porque o que a versão de Van Cleve quer dizer, no fim das coisas, é que *não existem indivíduos*. Van Cleve sugere um nova linguagem para essa ontologia.

A nova teoria do feixe corresponde a uma ontologia puramente platônica na qual as propriedades são os únicos sujeitos lógicos últimos. Uma

³¹ “The old bundle theory is analogous to the old phenomenalism: for each individual thing it finds some complex of properties with which to identify it. Since it is precisely this feature that makes it vulnerable to the objections about change, accidental predication, and indiscernibility, the strategy recommends itself of adopting instead the form of the bundle theory that would be analogous to the new phenomenalism. This version would decline to identify individuals with complexes of properties, offering instead to translate any statement ostensibly about individuals into a statement exclusively about properties. For example, it might translate ‘There is a red, round thing here’ as ‘Redness and roundness are here co-instantiated’. But it would not, to repeat, identify the red, round thing with the complex of properties co-instantiated at the place in question; indeed, it would not identify the red, round thing with anything. ‘Red, round thing’ would be a non-referring phrase, susceptible only of contextual definition” (VAN CLEVE, 1985, p. 103).

linguagem apropriada para essa ontologia consistiria simplesmente em nomes de propriedades mais um sinal para instanciação, digamos um ponto de exclamação. Em vez de “ $\exists x (Fx)$ ”, o que sugere que há alguma coisa que instancia F , poderíamos ter “ $!(F)$ ” (F é instanciado); em vez de “ $\exists x (Fx \& Gx)$ ” poderíamos ter “ $!(FG)$ ” (F é coinstanciado com G), e em vez de “ $\exists x \exists y (Fx \& Fy \& \sim(x=y))$ ” poderíamos ter “ $!!(F)$ ” (F é instanciado pelo menos duas vezes). Essa notação destaca o fato de que, embora as propriedades sejam instanciadas, elas não são instanciadas por coisa alguma – nem mesmo por feixes de propriedades. (VAN CLEVE, 1985, p. 104, tradução nossa³²)

Ao invés de usar o tradicional quantificador existencial (“ \exists ”), e dizer algo como “ $\exists x (Fx)$ ”, expressão que sugere que existiria algo que instancia o F , gerando compromisso ontológico com esse algo, Van Cleve usa de um sinal de exclamação “!” para dizer “ $!(F)$ ”. Essa nova forma de escrever tem como atração principal o fato de que ela sugere que ainda que as propriedades estejam coinstanciadas, mas disso não se seguiria que elas estejam coinstanciadas por *algo*.

O problema visto por Van Cleve nessa terceira versão é que: se aceitarmos que as propriedades são os únicos blocos criadores do universo, então temos que necessariamente acreditar também que não exista nada como o “eu”, e assim abriremos mão de toda e qualquer individualidade.

[...] uma vez que as propriedades seriam os blocos de construção do seu universo, e uma vez que ele não seria idêntico a qualquer propriedade ou qualquer complexo deles, ele teria que acreditar que não há nada com o qual ele é idêntico – ou seja, que não há tal coisa como ele mesmo. (Van Cleve, 1985, p. 105, tradução nossa³³)

É importante notarmos que isso não é nem uma refutação nem uma objeção à terceira versão, é apenas uma consequência da teoria que alguns poderiam achar desconfortável; mas cabe lembrar que esse desconforto já era consequência da prototeoria do feixe de Hume.

³² “What the new bundle theory amounts to is a purely Platonic ontology in which properties are the only ultimate logical subjects. An appropriate language for this ontology would consist simply of names of properties plus a sign for instantiation, say an exclamation mark. Instead of ' $\exists x (Fx)$ ', which suggests that there is some *thing* that instantiates F , we could have ' $!(F)$ ' (F is instantiated); instead of ' $\exists x (Fx \& Gx)$ ' we could have ' $!(FG)$ ' (F is co-instantiated with G), and instead of ' $\exists x \exists y (Fx \& Fy \& \sim(x=y))$ ' we could have ' $!!(F)$ ' (F is instantiated at least twice). This notation highlights the fact that although properties are instantiated, they are not instantiated by anything – not even by bundles of properties” (VAN CLEVE, 1985, p. 104, author's italic).

³³ “[...] since properties would be the building blocks of his universe, and since he would not be identical with any property or any complex of them, he would have to believe that there is nothing with which he is identical – or in other words, that there is no such thing as himself” (VAN CLEVE, 1985, p. 105).

3.9. A quarta versão

Rapidamente, recapitulemos o que foi visto até então sobre as versões da teoria do feixe, para que possamos entrar na quarta versão.

Versão 1: Uma coisa singular é um conjunto de propriedades.

Essa versão recebe críticas ligadas à natureza a conjuntos³⁴, à eternidade dos conjuntos, à mudança, à essencialidade de cada membro para a identidade do conjunto e à identidade ou diferença de conjuntos com os mesmos membros. É mostrado por Van Cleve como o feixe que constitui metafisicamente um indivíduo não poderia ser um conjunto. Essa versão recebe várias objeções de Van Cleve. Para tentar responder essas críticas, Van Cleve se usa de uma segunda versão, mais sofisticada, da primeira teoria do feixe:

Versão 2: Uma coisa singular é uma coinstanciação³⁵ de propriedades.

Ainda que seja uma versão mais sofisticada, essa segunda versão, segundo Van Cleve, consegue escapar de somente das de suas objeções sobre a natureza dos conjuntos e a eternidade, estando aberta às objeções sobre a mudança, a essencialidade e a identidade dos indiscerníveis. Diante disso, Van Cleve cria então a terceira versão que soluciona as três últimas objeções.

Versão 3: Só o que existe são propriedades, e, quando enfeixadas no espaço-tempo, as traduzimos como coisas singulares, mas disso não se segue que exista alguma coisa

³⁴ Lembrando que: conjuntos, se existem, estão fora do espaço e do tempo.

³⁵ Lembrando que: coinstanciação se dá no espaço-tempo.

singular.

Essa terceira versão, aponta Van Cleve, responderia todas as objeções. Entretanto, Van Cleve diz que aceitá-la custa ao filósofo apegado a si mesmo um preço muito grande. Isso porque, ao aceitar que só o que existe no mundo são propriedades, o filósofo terá que aceitar junto com isso que não existem eus que durem mais do que a simultaneidade de um feixe muito específico de qualidades coinstanciadas.

Mas, e a quarta versão? A quarta versão surge em um texto do Casullo, diante de uma tentativa de resposta do mesmo às três últimas objeções de Van Cleve (cf. CASULLO, 1988). Vimos que a segunda versão responde às objeções sobre a natureza dos conjuntos e a eternidade, mas deixa em aberto as objeções concernentes à mudança, à essencialidade e à identidade dos indiscerníveis. Casullo, em seu texto, tenta aprimorar a segunda versão da teoria do feixe, de modo que a quarta versão é uma espécie de aprimoramento da segunda. Cronologicamente, a versão de Casullo sobre a teoria do feixe é a quarta, mas, em termos de onde a teoria deveria estar, logicamente, ela deveria estar entre a segunda e a terceira versões da teoria do feixe. Isso porque, além de ser um aprimoramento da segunda versão da teoria do feixe, aquela em que se substitui a noção de pertença a um conjunto pela noção de coinstanciação, ela está longe da terceira, porque ela não nega a existência de indivíduos.

Para Casullo, existem dois problemas que precisam ser enfrentados por aqueles que defendem a teoria do feixe. O primeiro problema é o problema da *individação*, e o segundo é o problema da *identidade ao longo do tempo*.

O problema da *individação* é aquele que diz respeito à relação das propriedades do indivíduo com o indivíduo – o que faz o indivíduo ser o indivíduo que ele é. Aquele que pense sobre esse problema deve levar em consideração duas questões importantes. A primeira é se as propriedades que constituem os indivíduos são comuns a diversos indivíduos, ou não. A segunda questão é se cada coisa é diferente de outra coisa ou se é possível existirem coisas iguais, exatamente iguais com respeito às qualidades (cf. CASULLO, 1988, p. 126).

Alguém que defenda a teoria do feixe consegue responder a primeira questão facilmente – as propriedades são universais, e por isso são repetíveis, ou as propriedades são tropos e por isso são exclusivas de cada coinstanciação. Já a segunda questão, para Casullo, é um tanto quanto problemática, uma vez que, se as propriedades são repetíveis, então os feixes

poderiam, conseqüentemente assim o ser³⁶.

O problema da identidade ao longo do tempo é aquele que se refere ao que uma coisa precisa satisfazer para continuar sendo ela mesma ao longo do tempo, e não outra coisa. Uma possível resposta a esse problema é dada pela teoria *perdurantista* do indivíduo. O perdurantista é aquele que afirma que um indivíduo tem partes temporais. Ou seja, o indivíduo seria, nesse caso, um ente que dura ao longo de um determinado intervalo de tempo, e que nunca está presente *por completo* em cada momento do tempo, pois algumas das suas partes temporais estão em outros momentos do tempo. Pensemos em uma árvore de café. Essa árvore de café, plantada em um cafezal qualquer, existe por “ser uma árvore”, isto é, por ter as qualidades típicas de um pé de café em diversos momentos contíguos do tempo (veremos mais sobre isso no capítulo sobre a teoria dos indivíduos de Russell). A árvore pode estar, por exemplo, estar fora da época de dar frutos, e continuar sendo aquela árvore de café que ela era durante o período de colheita e, em um outro momento ela pode estar em uma época de florescer, e ainda assim continua sendo aquela árvore de café de antes. E também, em outro momento, ela pode estar já dando grãos de café – e continua sendo aquela mesma árvore de café. Ou seja, o mesmo indivíduo “árvore de café” é, nesse caso, a soma de todas as partes temporais de todos os momentos em que existiu.

Alguém poderia argumentar que, a cada novo momento, essa árvore não é qualitativamente a mesma árvore que era antes, e a teoria perdurantista não é completamente contra essa visão. O que o perdurantista defende é que a soma de todas as partes temporais em que essa árvore foi árvore, mesmo sendo uma árvore diferente em cada momento, é o que gera o que entendemos como “ser *aquela* árvore de café”. Ou seja, a soma de qualidades presentes em cada momento gera a identidade ao longo do tempo de um indivíduo.

E qual a relação dessa teoria com a teoria do feixe? Conforme já vimos, a teoria do feixe é aquela que defende que o indivíduo é dado pela coinstanciação de suas propriedades (algumas teorias defendem que essas propriedades são únicas, tropos, e outras defendem que são universais) e nada além disso, ou ainda que: é possível explicar o indivíduo somente com as propriedades sem precisar de mais nenhuma outra variedade de entidade. Podemos, na teoria do feixe, ver o indivíduo como um feixe de propriedades, e assim resolve-se o problema da *individação*. E como seria para resolver a *identidade ao longo* do tempo

³⁶ Russell não considera isso um problema, mas sim uma característica da teoria (cf. RUSSELL, 1992, parte 4, cap. 8, p. 312).

juntando a teoria do feixe com o perdurantismo? Um indivíduo, ao longo do tempo, seria constituído pela soma de todos os feixes que o compuseram ao longo do tempo. Existiria nesse caso uma dupla camada, um feixe de feixes. Mas como assim duas camadas?

Imaginemos o feixe *FGH* no momento t_1 . Esse feixe é composto por diversas propriedades copresentes em um momento. Para fins explicativos, consideremos somente três delas. Constitui parcialmente o indivíduo *FGH* a propriedade *F*, sendo *F* a propriedade de ser homem. Também constituem *FGH* a propriedade *G*, sendo *G* a propriedade de ser professor, e a propriedade *H*, sendo *H* a característica de estar em pé. Naquele determinado momento podemos dizer que a identidade de *FGH* é dada pela coinstanciação de *F*, *G* e *H* numa certa porção do espaço-tempo. E se mudarmos a propriedade *H* (estar em pé) por outra propriedade *I* (estar sentado), o indivíduo continua sendo o mesmo? Essa é uma questão interessante e muito frutífera, observemos segundo a teoria do feixe. Em um primeiro momento a resposta seria não, se só o que compõe o indivíduo são as propriedades, e uma propriedade muda, então o indivíduo também mudou. Entretanto, ao considerarmos a resposta perdurantista podemos dizer que sim – isto é, que o indivíduo é o mesmo. Sim, porque o indivíduo não é formado somente de um momento, mas sim da soma de vários momentos, partes temporais. Teríamos, nesse exemplo, dois momentos do mesmo indivíduo, a parte temporal t_1 , onde o feixe copresente numa porção do espaço-tempo é composto de *FGH*, e o momento t_2 , onde a porção contígua do espaço-tempo tem a copresença de *FGI*. (Veremos mais sobre as regras de identidade de feixes ao longo do tempo no capítulo sobre Russell.) Veja que nessa situação seriam dois feixes diferentes em dois momentos diferentes, entretanto a teoria perdurantista diz que o indivíduo perdurante é formado pela soma de todos os seus momentos e nesse caso o indivíduo perdurante seria formado pelo feixe *FGH* e pelo feixe *FGI*, ou seja, existiria fundamentalmente um primeiro feixe que forma o primeiro subindivíduo momentâneo (de t_1) e um segundo feixe que forma o segundo subindivíduo momentâneo (de t_2), e, em dependência ontológica desses dois indivíduos momentâneos, um segundo feixe que é a soma de todos os feixes momentâneo que compõem o indivíduo duradouro, nesse caso *FGH* e *FGI*. Ou seja, o indivíduo perdurante é o seguinte: *FGH* em t_1 + *FGI* em t_2 .

Alguém poderia problematizar essa teoria perguntando: O feixe perdurante está de pé e sentado, isso não seria uma contradição? A resposta para essa pergunta é sim e não, sim porque o indivíduo perdurante está de pé e sentado, mas não porque estar de pé e sentado não gera contradição, uma vez que as propriedades de estar em pé e estar sentado instanciam-se em momentos diferentes ao longo da existência do feixe perdurante. Seria contraditório se um

feixe momentâneo que constitui o feixe perdurante fosse formado pelas propriedades *FGHI*, uma vez que *H* (estar sentado) e *I* (estar em pé) são propriedades repugnantes entre si, mas como cada uma delas aparece em momentos diferentes *não há contradição*. O princípio da contradição impede que a mesma característica pertença e não pertença a mesma coisa ao mesmo tempo.

Em resumo, a *identidade* de um feixe momentâneo é dada pela coinstanciação de propriedades numa porção do espaço-tempo, e a *identidade ao longo do tempo* de um feixe perdurante é dada pela soma dos feixes momentâneos que compõem um determinado ente temporal em uma relação perdurantista. Chegamos, por fim, à quarta versão da teoria do feixe:

Quarta versão: Um indivíduo perdurante é um feixe de feixes de propriedades coinstanciadas em porções contíguas do espaço-tempo.

3.10. Considerações Finais

Fizemos ao longo desse capítulo, um trabalho em cima de dois artigos, de Van Cleve e de Casullo. Nós o fizemos pelo fato de que achamos necessário apresentar ao leitor a ideia de que é possível interpretar a metáfora do feixe de várias maneiras, de modo que não há uma versão chama de “a versão”, o que há na verdade são diferente interpretações da teoria. Mostramos neste capítulo que Van Cleve apresentou três versões e fez algumas objeções. A primeira versão apresentada por ele (conjuntista) não resiste às primeiras objeções, como por exemplo, a objeção da condição de existência de um feixe, da essencialidade, da eternidade e da mudança. Já a segunda (da coinstanciação) resiste a algumas mas outras não. A segunda versão conseguiria lidar bem com o problema da eternidade mas não conseguiria mudar com a mudança e a essencialidade. Para lidar com as objeções que passam pela segunda versão, Van Cleve apresenta a terceira versão, que é mais voltada ao fenomenalismo. Nessa terceira versão Van Cleve apresenta uma teoria onde não haveriam, de modo algum, indivíduos. Casullo, diante desse artigo de Van Cleve, cria uma quarta versão, muito semelhante à segunda, só que bem mais complexa e trabalhada. Isso porque, na versão de Casullo, é adicionado a ideia de

tempo e isso ele faz com o conceito de feixe de feixes. Para Casullo, um particular do senso comum é uma soma de feixes momentâneos. Veremos, mais adiante, que Russell já há muitos anos apresentou uma versão muito similar à versão de Casullo, mas bem mais refinada onde ele trabalha com eventos ao invés de feixes de feixes.

4. A teoria do feixe e o problema da identidade dos indiscerníveis

4.1. Introdução

Nesta parte da dissertação, estaremos comentando uma objeção à teoria do feixe. De acordo com essa objeção, a teoria do feixe não seria suficiente para dar conta da identidade de um indivíduo, pois não passaria no teste da lei de Leibniz, segundo a qual se não é possível distinguir entre dois objetos x e y , então eles são um único ente. Para tratar desse suposto conflito, apresentaremos o experimento mental das esferas indistinguíveis, proposto e debatido por Max Black no artigo “The identity of the indiscernibles” (BLACK, 1952). Esse experimento mental é relevante, pois alguns creem que ele colocaria em xeque a teoria do feixe por causa da sua incompatibilidade com a lei de Leibniz – isto é, com o princípio da identidade dos indiscerníveis. Em um primeiro momento trataremos do texto de Black, onde optamos por dividi-lo nas seguintes questões:

- 1) Se a qualidade de ser idêntico a si mesmo é uma propriedade,
- 2) se a qualidade de ser diferente de algo é uma propriedade,
- 3) a apresentação do problema das esferas e
- 4) a apresentação do problema da espacialidade de coisas idênticas, o qual supostamente negaria o princípio da identidade dos indiscerníveis.

Em um segundo momento mostraremos, a partir de um texto de Dean Zimmerman, “Distinct indiscernibles and the bundle theory” (ZIMMERMAN, 1997), uma saída para o problema das esferas que possui como base a ideia de universais imanentes, onde veremos que a teoria do feixe não é incompatível com o princípio da identidade dos indiscerníveis, de modo que não é necessário negá-lo.

4.2. Max Black: o problema da identidade dos indiscerníveis

O princípio da identidade dos indiscerníveis diz que, se o indivíduo a possui as mesmas propriedades que o indivíduo b , então a é igual a b . A lei de Leibniz pode ser apresentada do seguinte modo:

$$\forall F(Fx \leftrightarrow Fy) \rightarrow x=y^{37}$$

Ou seja, Se todo e qualquer propriedade de x também é propriedade de y , então $x=y$. Isto é, duas coisas com exatamente as mesmas qualidades são uma única coisa e não duas.

No artigo de Max Black intitulado “The identity of indiscernibles” (BLACK, 1952), o problema da identidade dos indiscerníveis é apresentado em forma de diálogo. No texto, um diálogo entre dois personagens, A e B , o personagem A toma o princípio da identidade dos indiscerníveis como verdadeiro, e o personagem B trata o princípio por falso:

A. O princípio da identidade dos indiscerníveis parece-me uma verdade óbvia. E eu não vejo como nós vamos definir ou estabelecer a conexão entre a matemática e a lógica sem usá-lo.

B. Para mim, parece obviamente falso. E os problemas seus com a lógica matemática são outra questão. Se o princípio é falso você não tem direito de usá-lo. (BLACK, 1952, p. 153, tradução nossa³⁸)

³⁷ Quando a quantificação não é explicitada, subentende-se a universal.

³⁸ “A. The principle of the Identity of Indiscernibles seems to me obviously true. And I don't see how we are going to define identity or establish the connexion between mathematics and logic without using it.

Sobre a identidade dos indiscerníveis três pontos precisam ser comentados. O primeiro ponto é que o princípio da identidade dos indiscerníveis serve para definir a identidade. Ademais, a definição de identidade é importante na lógica e na matemática, tanto que alguns filósofos a defendem com veemência (cf. BRANQUINHO, 2006, p. 437). E em terceiro lugar, se B está certo e o princípio é falso, importa se o princípio é útil?

O primeiro argumento importante dado pelo personagem A, a favor da aplicabilidade universal do princípio da identidade dos indiscerníveis, é que o objeto a possuiria a propriedade de ser idêntico ao objeto a , e o objeto b não poderia possuir essa propriedade se não fosse idêntico a a : “Se duas coisas, a e b , são dadas, a primeira coisa possui a propriedade de ser idêntico ao a . Agora b não pode ter esta propriedade, porque então b seria a , e nós teríamos somente uma coisa, não duas conforme se assume” (BLACK, 1952, p. 153, tradução nossa³⁹). Dessa passagem podemos explicitar dois pontos importantes. Primeiro, se de fato são dados dois objetos, a e b , em vez de um objeto só, então o objeto a tem uma propriedade que o objeto b não tem, o que confirma o princípio da identidade dos indiscerníveis. Nesse caso, a seria diferente de b porque a possui a propriedade de ser idêntico a a , e b não possui essa propriedade. Outro ponto importante é a resposta de B, onde ele diz que isso simplesmente pressupõe o que se quer mostrar: “B. Essa é uma maneira circular de dizer nada, pois ‘ a tem a propriedade de ser idêntico a a ’ não significa nada mais que ‘ a é a ’” (BLACK, 1952, p. 153, tradução nossa⁴⁰). Para o personagem B, a fraqueza do argumento do personagem A em favor da identidade dos indiscerníveis é que ele na verdade seria uma tautologia, pois dizer que o objeto a possui a propriedade de ser idêntico ao objeto a nada mais é do que dizer $a=a$.

O segundo ponto apresentado pelo personagem A em favor da identidade dos indiscerníveis seria uma outra propriedade que a possuiria e que b não pode possuir, que é a propriedade de ser diferente de b : “A. Você é tão desdenhoso sobre diferença quanto é sobre identidade? Porque a ainda tem, e b não tem, a propriedade de ser diferente de b . Essa é uma

B. It seems to me obviously false. And your troubles as a mathematical logician are beside the point. If the principle is false you have no right to use it” (BLACK, 1952, p. 153).

³⁹ “If two things, a and b , are given, the first has the property of being identical with a . Now b cannot have this property, for else b would be a , and we should have only one thing, not two as assumed” (BLACK, 1952, p. 153).

⁴⁰ “B. This is a roundabout way of saying nothing, for ‘ a has the property of being identical with a ’ means no more than ‘ a is a ’” (BLACK, 1952, p. 153).

segunda propriedade que uma coisa tem mas a outra não” (BLACK, 1952, p. 154, tradução nossa⁴¹). Nesse caso, o objeto *a* possui a propriedade de ser diferente de *b*, mas o objeto *b* não pode possuir essa propriedade, porque se aceitássemos isso entraríamos em uma contradição, onde diríamos que *b* é diferente de *b*. A resposta de *B* para essa objeção é que isso seria um mero jogo de palavras, e na prática não se aplica a propriedade de ser diferente de *b* se ambos são iguais, já que possuem as mesmas propriedades.

B. Tudo o que você está dizendo é que *b* é diferente de *a*. Eu penso a fórmula verbal “*a* é diferente de *b*” tem uma vantagem sobre “*a* é *a*” de parecer ser usada para dar uma informação. Eu devo aprender, ouvindo-a, que “*a*” e “*b*” são aplicados a coisas diferentes. Mas isso não é o que você quer dizer, uma vez que você está tentando usar os nomes, e não mencioná-los. Quando eu já sei o que “*a*” e “*b*” significam, “*a* é diferente de *b*” não me diz nada. Isso é, também, uma tautologia inútil. (BLACK, 1952, p. 154, tradução nossa⁴²)

Dizer que *a* é igual *a* e dizer que *a* possui a propriedade de ser diferente de *b* é uma mera propriedade lógica que não pertence à coisa, é uma tautologia. O ponto defendido pelo personagem *B* do diálogo é que se *a* e *b* possuem as mesmas propriedades, então na verdade eles são a mesma coisa com nomes diferentes.

Se *a* e *b* são idênticos, só o que há é uma coisa contendo dois nomes, “*a*” e “*b*”; e nesse caso é absurdo dizer que *a* e *b* são dois. Consequentemente, uma vez que você supõe que existem duas coisas tendo as mesmas propriedades em comum, você não pode dizer, sem se contradizer, que elas são “idênticas”. (BLACK, 1952, p. 154, tradução nossa⁴³)

⁴¹ “A. Are you as scornful about difference as about identity? For *a* also has, and *b* does not have, the property of being different from *b*. This is a second property that the one thing has but not the other” (BLACK, 1952, p. 154).

⁴² “B. All you are saying is that *b* is different from *a*. I think the form of words ‘*a* is different from *b*’ does have the advantage over ‘*a* is *a*’ that it might be used to give information. I might learn from hearing it used that ‘*a*’ and ‘*b*’ were applied to different things. But this is not what you want to say, since you are trying to use the names, not mention them. When I already know what ‘*a*’ and ‘*b*’ stand for, ‘*a* is different from *b*’ tells me nothing. It, too, is a useless tautology” (BLACK, 1952, p. 154).

⁴³ “If *a* and *b* are identical, there is just one thing having the two names ‘*a*’ and ‘*b*’; and in that case it is absurd to say that *a* and *b* are two. Conversely, once you have supposed there are two things having all their properties

A contradição se apresenta quando tentamos ver essa mesma coisa como duas coisas. Ou melhor, a contradição se apresenta se supomos, ao mesmo tempo, três coisas. Primeiro, que são duas coisas. Segundo, que ambas têm exatamente as mesmas propriedades. Terceiro, que são idênticas. Ao menos uma dessas três suposições deve ser abandonada para não haver contradição.

Outra confusão feita é que pensando que “*a* possui a propriedade de ser idêntico a *a*” e “*a* possui a propriedade de ser diferente de *b*” estamos dando o status de propriedade ontológica para os princípios lógicos da *identidade* e da *diferença*, mas eles não seriam propriedades muito interessantes ou informativas:

Se você quer chamar “ser idêntico a *a*” de “uma propriedade”, eu suponho que não posso detê-lo. Mas então você deve aceitar as consequências desse modo de falar. Tudo o que você quer dizer quando diz “*a* tem a propriedade de ser idêntico a *a*” é que *a* é *a*. [...] Abandone essa descrição enganadora e seu famoso princípio se reduz ao truísmo que coisas diferentes são diferentes. Quão verdadeiro! E quão desinteressante! (BLACK, 1952, p. 154–155, tradução nossa⁴⁴)

Além do personagem *B* do diálogo de Black, existem outros filósofos que diminuem a propriedade da autoidentidade, como por exemplo Lewis em:

Existem os universais que devem existir para fundamentar as semelhanças objetivas e os poderes causais das coisas, e não há razão para acreditar em mais nada. Todos os supostos universais seguintes seriam rejeitados: não dourado, dourado ou de madeira, metálicos, auto-idênticos, pertencentes a Fred, pertencentes à classe C, grue, examinados pela primeira vez antes de 2000 dC, sendo idênticos em algum aspecto Exatamente iguais, sendo parte de, possuindo, sendo emparelhado com por alguma parte em R. (LEWIS, 1983, p. 345, tradução nossa⁴⁵)

in common, you can't without contradicting yourself say that they are 'identical'" (BLACK, 1952, p. 154).

⁴⁴ “If you want to call ‘being identical with *a*’ a ‘property’ I suppose I can’t prevent you. But you must then accept the consequences of this way of talking. All you mean when you say ‘*a* has the property of being identical with *a*’ is that *a* is *a*. [...] Drop the misleading description and your famous principle reduces to the truism that different things are different. How true! And how uninteresting!” (BLACK, 1952, p. 154–155, tradução nossa).

⁴⁵ There are the universals that there must be to ground the objective resemblances and the causal powers of things, and there is no reason to believe in any more. All of the following alleged universals would be rejected: not golden, golden or wooden, metallic, self-identical, owned by Fred, belonging to class C, grue, first examined before 2000 A.D., being identical, being alike in some respect, being exactly alike, being part of, owning, being paired with by some part in R. (LEWIS, 1983, p. 345)

Para Lewis, propriedades legítimas, por ele chamadas de “universais”, são aquelas que desempenham duas funções. Primeiro, são o fundamento dos poderes causais dos indivíduos. Segundo, são o fundamento de semelhanças legítimas entre os indivíduos – fundamento do ser da mesma espécie natural. Assim sendo, são propriedades “ilegítimas”, por assim dizer, todas aquelas que não satisfazem essas duas descrições. Isto é, são “ilegítimas” as propriedades negativas, as propriedades disjuntivas, as propriedades que apresentam características determináveis (gêneros) em vez de determinantes (espécies), como “metálico” (em vez de dourado, prateado), ou “colorido” (em vez de azul, verde), a propriedade da autoidentidade, a propriedade de ser propriedade privada de alguém, uma propriedade artificial e disjuntiva como “verzul” (“grue”), uma propriedade data por uma convenção de datação, a propriedade de ser idêntico a alguma coisa, a propriedade de ser parecido sob algum aspecto, a propriedade de ter semelhança exata, a propriedade de ser parte de um todo, a propriedade de ser proprietário de algo. Em suma, o personagem *B* tem um ponto. É preciso investigar de perto a classe das coisas que chamamos de propriedades, e ver se há diferenças.

Particularmente, acreditamos que essa posição de Lewis apresenta um pouco de dificuldades de lidar com alguns tipos de propriedades que consideramos essenciais para a vida comum, como por exemplo, propriedades sociais. Acreditamos que propriedades sociais, como a propriedade de “ser propriedade privada de alguém” possa vir a ser considerada um universal real, devido ao fato de que elas, mesmo sendo na prática imateriais, possuem de certo modo poderes causais sobre indivíduos.

Começa uma discussão sobre como distinguimos uma coisa de outra:

A. O único modo de nós descobrirmos que duas coisas diferentes existem é descobrindo que uma tem uma qualidade não possuída pela outra ou ainda que uma tem uma característica relacional que a outra não possui. Se ambas são duras e azuis e doces e assim por diante, e tem o mesmo formato e dimensões e possuem as mesmas relações com tudo no universo, é logicamente impossível saber qual é qual. A suposição é que nessa situação de onde tem duas coisas elas seriam em princípio inverificável. Portanto isso não teria sentido. (BLACK, 1952, p. 155, tradução nossa⁴⁶)

⁴⁶ “A. The only way we can discover that two different things exist is by finding out that one has a quality not possessed by the other or else that one has a relational characteristic that the other hasn't. If both are blue and hard and sweet and so on, and have the same shape and dimensions and are in the same relations to everything in the universe, it is logically impossible to tell them apart. The supposition that in such a case there might really be two things would be unverifiable in principle. Hence it would be meaningless” (BLACK, 1952, p. 155).

O argumento apresentado é que para uma coisa ser distinguível de outra coisa essa coisa precisa possuir alguma característica diferente da outra coisa, caso contrário seria tomada como a mesma coisa. Além disso, sem o princípio da identidade dos indiscerníveis, a realidade se torna bizarra:

A. Pense desse modo. Se o princípio é falso, o fato que eu posso ver duas de suas mãos não seria uma prova de que elas são somente duas. E mesmo que cada teste concebível concorde com a suposição que você tem duas mãos, você pode ter durante todo o tempo três, quatro ou qualquer número. Você pode ter nove mãos, diferentes uma da outra e todas indistinguíveis da sua mão esquerda, e nove mas todas diferentes de cada uma mas indistinguíveis da sua mão direita. E mesmo que você realmente tenha somente duas mãos, e nenhuma outra, nem você nem eu e nem ninguém poderá jamais saber deste fato. Isso é muito pra mim digerir. (BLACK, 1952, p. 155–156, tradução nossa⁴⁷)

Seria possível, por exemplo, ao percebermos nossas mãos, estarmos diante de várias outras mãos que não percebemos pois elas são exatamente iguais as mãos que percebemos. Se negássemos o princípio da identidade dos indiscerníveis poderíamos assumir que em uma mão podem estar múltiplas mãos idênticas.

Começa então a apresentação do problema das esferas, parte central do diálogo:

Não é logicamente concebível um universo contendo nada além de duas esferas exatamente similares? Nós podemos supor que cada um delas foi feita de ferro puro, tem o diâmetro de uma milha, que possuem a mesma temperatura, a mesma cor, e assim por diante, e nada além dessas esferas existe. Então todas as qualidades e características relacionais de uma também seriam da outra. Se o que eu estou descrevendo é logicamente possível, não é impossível que duas coisas possuam exatamente as mesmas propriedades em comum. Isso para mim, parece refutar o princípio. (BLACK, 1952, p. 156, tradução nossa⁴⁸)

⁴⁷ “A. Think of it this way. If the principle were false, the fact that I can see only two of your hands would be no proof that you had just two. And even if every conceivable test agreed with the supposition that you had two hands, you might all the time have three, four, or any number. You might have nine hands, different from one another and all indistinguishable from your left hand, and nine more all different from each other but indistinguishable from your right hand. And even if you really did have just two hands, and no more, neither you nor I nor anybody else could ever know that fact. This is too much for me to swallow” (BLACK, 1952, p. 155–156).

⁴⁸ “Isn’t it logically possible that the universe should have contained nothing but two exactly similar spheres? We might suppose that each was made of chemically pure iron, had a diameter of one mile, that they had the same temperature, colour, and so on, and that nothing else existed. Then every quality and relational characteristic of the one would also be a property of the other. Now if what I am describing is logically possible, it is not impossible for two things to have all their properties in common. This seems to me to refute the Principle” (BLACK, 1952, p. 156).

O primeiro problema que esse exemplo apresenta é que, no caso retratado nesse experimento mental, não é possível dizer que esfera seria o *a* e qual esfera seria a esfera *b*. Isso porque não existiria alguém nesse universo para nomear essas esferas:

A. Tudo isso leva a mostrar, como eu disse antes, a não verificabilidade de sua suposição. Você não pode imaginar uma esfera ser designada como ‘*a*’?

B. Eu posso imaginar somente o que é logicamente possível. Agora é logicamente possível que alguém possa entrar o universo que eu descrevi, ver uma das esfera na sua mão esquerda e proceder chamando-a de ‘*a*’. (BLACK, 1952, p. 156, tradução nossa⁴⁹)

Se fosse introduzido um terceiro objeto nesse universo (um homem, por exemplo) para nomear as esferas o exemplo deixaria de ser “um universo contendo somente duas esferas” para virar “um universo contendo duas esferas e que foi visitado por um homem que as nomeou certa vez”:

B. Eu ainda não posso deixar você, porque você, em sua presente situação, não tem o direito de falar sobre *a*. Tudo o que eu tenho concebido é que algo aconteceu que introduziu uma mudança no meu universo, que aquele observador entrou e pode ver as duas esferas, uma a qual ele pode ter dado um nome. Mas esse seria uma suposição diferente da qual eu quero considerar. Minhas esferas não possuem nomes ainda. Se um observador entrar na cena, ele poderia talvez colocar uma marca vermelha em uma das esferas. Você deve também me dizer “Por ‘*a*’ eu me refiro a esfera a qual foi a primeira a ser marcada por uma marca vermelha se ninguém fosse chegar e procedeu por fazer a marca vermelha!” Você pode também me pedir para considerar a primeira margarida da minha relva que fosse pega por uma criança, se a criança tivesse ido junto e a pegou. Isso não distingue uma margarida da outra, você apenas está fingindo usar um nome. (BLACK, 1952, p. 157, tradução nossa⁵⁰)

⁴⁹ “*A.* All of which goes to show as I said before, the unverifiability of your supposition. Can’t you imagine that one sphere has been designated as ‘*a*’?”

B. I can imagine only what is logically possible. Now it is logically possible that somebody should enter the universe I have described, see one of the spheres on his left hand and proceed to call it ‘*a*’ (BLACK, 1952, p. 156).

⁵⁰ “*B.* I still can’t let you, because you, in your present situation, have no right to talk about *a*. All I have conceded is that if something were to happen to introduce a change into my universe, so that an observer entered and could see the two spheres, one of them could then have a name. But this would be a different supposition

Como não há como saber qual é *a* e qual é *b*, então o princípio da identidade e da diferença não se enquadraria nesse caso. Uma objeção que poderia ser feita ao problema das esferas é que cada uma estaria em um lugar diferente então por isso elas seriam diferentes:

A. Cada uma das esferas iria certamente diferenciar-se uma da outra ao estar a alguma distância uma da outra, mas a nenhuma distancia de si mesma – com isso dito, existiria pelo menos uma relação a ela mesma - estar a nenhuma distância, ou estar no mesmo lugar – isto é, não ter a outra. E isso serviria para distinguir uma da outra. (BLACK, 1952, p. 157, tradução nossa⁵¹)

Mas, se pensássemos desse modo, estaríamos pressupondo, sem argumento, a tese que o espaço é uma entidade com existência independente – o que é polêmico.

B. De maneira nenhuma. Cada uma terá a característica relacional de estar a distância de duas milhas, devo dizer, do centro da esfera com uma milha de diâmetro, etc. E cada terá a característica (se você quer chamar desse modo) relacional de estar no meu lugar de si mesma. As duas são similares a esse respeito e todos os outros. (BLACK, 1952, p. 157, tradução nossa⁵²)

Como vemos, o personagem *B* é capaz de descrever características espaciais de maneira relacional, o que não requer noção absolutista do espaço, a qual é pressuposta pelo personagem *A*.

from the one I wanted to consider. My spheres don't yet have names. If an observer were to enter the scene, he could perhaps put a red mark on one of the spheres. You might just as well say 'By "*a*" I mean the sphere which would be the first to be marked by a red mark if anyone were to arrive and were to proceed to make a red mark!' You might just as well ask me to consider the first daisy in my lawn that would be picked by a child, if a child were to come along and do the picking. This doesn't now distinguish any daisy from the others. You are just pretending to use a name" (BLACK, 1952, p. 157).

⁵¹ "A. Each of the spheres will surely differ from the other in being at some distance from that other one, but at no distance from itself – that is to say, it will bear at least one relation to itself – being at no distance from, or being in the same place as – that it does not bear to the other. And this will serve to distinguish it from the other" (BLACK, 1952, p. 157).

⁵² "B. Not at all. Each will have the relational characteristic being at a distance of two miles, say, from the centre of a sphere one mile in diameter, etc. And each will have the relational characteristic (if you want to call it that) of being in the same place as itself. The two are alike in this respect as in all others" (BLACK, 1952, p. 157).

O personagem *A* tenta outro caminho: dizer que as esferas estão em lugares diferentes. No entanto, o personagem *B* nota que isso significa dizer que cada uma das esferas está a certa distância uma da outra, o que não é o mesmo que dizer que elas ocupam diferentes lugares do espaço.

A. Mas olhe aqui. Cada esfera ocupa um diferente lugar; e pelo menos isto vai distinguir uma de outra.

B. Isso soa como se você pensasse que os lugares possuem alguma existência independente. Embora eu não acredito que você realmente acha isso. Para dizer que as esferas estão em “diferentes lugares” é somente dizer que há uma distância entre as duas esferas; e nós já vimos que não servirá para distingui-las. Cada uma está a uma distância realmente a mesma da outra. (BLACK, 1952, p. 157–158, tradução nossa⁵³)

Além disso, dizer que cada esfera está em um lugar diferente significa aceitar a verdade necessária que dois objetos físicos diferentes precisam estar em diferentes lugares e se isso for aceito então na verdade são duas esferas, e o princípio da identidade dos indiscerníveis é falso:

B. [...] sua asserção que as esferas ocupam diferentes lugares não diz nada de mais, ao menos que você está planejando ir até a verdade necessária que diferentes objetos físicos devem estar em diferentes lugares. Agora, se duas esferas devem estar em diferentes lugares, assim como elas devem, para dizer que as esferas ocupam diferentes lugares é dizer nada mais do que elas são duas esferas. (BLACK, 1952, p. 158, tradução nossa⁵⁴)

4.3. Zimmerman comenta Black

⁵³ “A. But look here. Each sphere occupies a different place; and this at least will distinguish them from one another.

B. This sounds as if you thought the places had some independent existence. Though I don't suppose you really think so. To say the spheres are in ‘different places’ is just to say that there is a distance between the two spheres; and we have already seen that will not serve to distinguish them. Each is at a distance indeed the same distance – from the other” (BLACK, 1952, p. 157–158).

⁵⁴ “*B.* [...] your assertion that the spheres occupied different places said nothing at all, unless you were drawing attention to the necessary truth that different physical objects must be in different places. Now if two spheres must be in different places, as indeed they must, to say that the spheres occupy different places is to say no more than they are two spheres” (Black, 1952, p. 158).

A tradição de tratar do problema dos universais e dos particulares na forma de diálogo, iniciada por Platão no *Parmênides* (PLATÃO, 2008) e levada adiante por Max Black em “The identity of indiscernibles” (BLACK, 1952) é continuada por Dean Zimmerman em “Distinct indiscernibles and the bundle theory” (ZIMMERMAN, 1997). Em todos esses diálogos, encontramos dois personagens: um defensor de uma tese ou princípio e um crítico afiado. No *Parmênides*, o jovem Sócrates tenta defender algo como a teoria das formas de Platão das agudas perguntas do almo Parmênides – os personagens são reais, mas o encontro provavelmente é fictício (cf. RICKLESS, 2015). Em Black, os personagens são apenas *A* e *B*. O personagem *A* defende o princípio da identidade dos indiscerníveis, *B* o critica incisivamente. Zimmerman continua com *A* e *B*, mas agora *A* defende a teoria do feixe e *B* a ataca.

No diálogo de Zimmerman é apresentado novamente o problema das esferas, e se debate como ele seria uma boa objeção à teoria do feixe.

B. As esferas tem que ser feixes dos mesmo universais; e eles não podem ser distinguidos pelas suas relações de um com o outro também. Jogar relações a diferentes lugares não ajuda, uma vez que os locais em questão também são indiscerníveis. Se você supõe lugares distintos mas indiscerníveis, esses total, de reconhecimento das coisas, não são mais que meros feixes de universais? (ZIMMERMAN, 1997, p. 305, tradução nossa⁵⁵)

Uma primeira resposta apresentada é o realismo imanente. O *realismo imanente* é a postura pela qual os universais que compõem um determinado feixe estão manifestados no mundo em diversos lugares e tempos. Essa teoria se difere da teoria dos *tropos*, segundo Zimmermann porque os *tropos* são propriedades particulares e irrepitíveis, enquanto o realismo imanente toma as propriedades por repetíveis e localizadas no espaço-tempo:

A. Não, universais imanentes não são *tropos*; eles são universais reais, completamente presentes em cada instanciação. Eles diferem-se dos universais platônicos somente por seres localizados espaço temporalmente.

⁵⁵ “*B.* The spheres have to be bundles of the very same universals; and they can’t be distinguished by their relations to one another, either. Throwing in relations to different places won’t help, since the places in question are indiscernible, too. If you posit distinct but indiscernible places, doesn’t this amount to the recognition of things that are something more than mere bundles of universals?” (ZIMMERMAN, 1997, p. 305).

B. Então a azulidade da superfície de uma esfera, você diz, é numericamente idêntica com a azulidade na superfície da outra esfera do exato mesmo tipo?

A. Certo. (ZIMMERMAN, 1997, p. 306, tradução nossa⁵⁶)

Para o teórico dos tropos, o azul de uma certa cadeira existiria naquela cadeira e seria único da cadeira. O *realismo imanente* ainda se difere do *realismo platônico* porque no realismo platônico os universais existem fora do espaço e tempo enquanto que no realismo imanente os universais existem no espaço-tempo, como constituintes das coisas singulares.

E como o realismo imanente resolveria o problema da identidade dos indiscerníveis? Segundo Zimmerman, esse universo descrito por Black é um universo aceitável e possível, mas na verdade é um universo formado por um feixe de universais localizado a alguma distância dele mesmo.

A. E você provavelmente agora está começando a ver como eu responderei a Black. É muito simples realmente: a situação a qual ele descreve é certamente possível; mas é um mundo no qual um único feixe de universais - Os universais da solidez, massa, forma, cor, etc. estão colocados em uma das esferas - a uma determinada distância de si mesmo. (ZIMMERMAN, 1997, p. 306, tradução nossa⁵⁷)

Isso, apesar de parecer contraditório, não seria, porque uma característica básica de um universal qualquer, segundo o realismo imanentista, é poder estar a uma determinada distância de si mesmo, uma vez que eles existem e se repetem em vários locais do mundo ao mesmo tempo, e mesmo assim são numericamente idênticos. Um exemplo para isso poderia ser tido como duas cadeiras com o mesmo tom de azul. Nesse caso o azul da cadeira está em uma cadeira e ao mesmo tempo distante de si mesmo, em outra cadeira. Outro possível exemplo é do universal individuador “humano” que se manifesta em bilhões de lugares do

⁵⁶ “A. No, immanent universals aren’t tropes; they’re real universals, wholly present in each instance. They differ from Platonic universals only in being spatiotemporally located.

B. So the blueness on the surface of one sphere, say, is numerically identical with the blueness on the surface of another sphere of exactly the same hue?

A. Right” (ZIMMERMAN, 1997, p. 306).

⁵⁷ “A. And you’re probably beginning to see how I’ll answer Black. It’s quite simple really: the situation he describes is surely possible; but it is a world in which a single bundle of universals—the universals of solidity, mass, shape, color, etc. collocated in one of the spheres—is at some distance from itself” (Zimmerman, 1997, p. 306).

nosso planeta ao mesmo tempo.

B. “A uma distância de si mesmo”! Certamente isso é uma contradição.

A. Se é, então a ideia mesma de universais imanentes é contraditória. Um universal imanente estará comumente “a uma distância de si mesmo”, no sentido que é um todo presente em mais de um lugar. Se você conceder universais imanentes, então você deve permitir que minha redescrição do mundo das esferas é consistente. (ZIMMERMAN, 1997, p. 306, tradução nossa⁵⁸)

A teoria do feixe, portanto, não seria contrária ao princípio da identidade dos indiscerníveis:

A. Eu concebo a possibilidade da história ilustrada por Black de uma maneira simples assim: um universo simétrico, um mundo no qual o padrão de propriedades exemplificadas de um lado de um certo plano é precisamente espelhado para o lado oposto. (ZIMMERMAN, 1997, p. 306, tradução nossa⁵⁹)

O princípio da identidade dos indiscerníveis diz que, se *a* e *b* partilham todas as suas propriedades, então *a* e *b* são idênticos. A teoria do feixe diz que um ser nada mais é do que a união de suas propriedades, e a postura do realismo imanente diz que os universais podem estar em vários lugares ao mesmo tempo. Logo, é possível que exista um único e mesmo feixe manifestando-se em dois lugares ao mesmo tempo, e ambos são idênticos porque partilham das mesmas propriedades. Então, a teoria do feixe e a do realismo imanente são compatíveis com o princípio da identidade dos indiscerníveis.

Uma possível objeção a essa teoria é que ela defenderia que existe um feixe em dois lugares ao mesmo tempo, mas, segundo o exemplo de Black, seriam duas esferas diferentes, e

⁵⁸ “B. ‘At some distance from itself’! Surely that’s a contradiction.

A. If so, then the very idea of an immanent universal is contradictory. An immanent universal will routinely be ‘at some distance from itself’, in the sense that it is wholly present in more than one place. If you grant me immanent universals, then you must allow that my redescription of the sphere-world is consistent” (ZIMMERMAN, 1997, p. 306).

⁵⁹ “A. I submit that the possibility Black’s story illustrates is simply this: a symmetrical universe, a world in which the pattern of properties exemplified on one side of a certain plane is precisely mirrored on the opposite side” (ZIMMERMAN, 1997, p. 306).

não uma só manifestada duas vezes. Para Zimmerman, essa leitura do problema de Black seria uma falácia da petição de princípio contra a teoria do feixe.

B. Mas é uma redescrição ou não? O mundo de Black contém duas esferas. Mas o seu mundo bi-localizado é somente uma coisa manifestada em dois lugares.

A. Com certeza, Black diz que o seu mundo possui duas esferas distintas nele; mas insistir em incluir essa parte na descrição do mundo é uma petição de princípio contra o teórico do feixe. (ZIMMERMAN, 1997, p. 306, tradução nossa⁶⁰)

A resposta do feixista representado por *A* ao substratista representado por *B* poderia ser apresentada do seguinte modo. Digamos que o ponto de partida do debate seja o seguinte: imaginemos um mundo com duas esferas distintas com exatamente as mesmas propriedades. Se o teórico do feixe aceita isso, ele está indo contra a sua própria teoria, porque, na verdade, ele nessa situação não consideraria as esferas como duas esferas distintas, mas, na verdade, as consideraria como uma mesma esfera localizada a uma determinada distância de si mesma (cf. MACLEAN, 2014, p. 91–97). Se o teórico do feixe quiser comprar a ideia de que são duas esferas distintas, ele precisa, necessariamente, admitir que existe pelo menos uma propriedade diferente entre as esferas, caso contrário, segundo sua teoria, elas são iguais. Para algo ser distinto, de acordo com a teoria do feixe, a relação numérica não importa nesse caso, o que realmente importa é a relação de diferença de universais responsáveis pela composição dos dois feixes comparados na questão. A falácia da petição de princípio é aquela na qual a conclusão do argumento é colocada em uma das premissas, e é isso que acontece nesse caso das duas esferas. Está colocado na premissa que existem duas esferas distintas com as mesmas propriedades, o que é falso se aceitarmos a teoria do feixe. Na teoria do feixe, isso é impossível. É possível que exista um feixe em dois lugares, mas esse feixe é igual a si mesmo, e portanto não é algo distinto.

⁶⁰ “*B.* But it is a redescription, is it not? Black’s world contains two spheres. But your bi-located bundle is just one thing that shows up in two places.

A. Granted, Black says his world has two distinct spheres in it; but to insist on including this as part of the description of the world is to beg the question against the bundle theorist” (ZIMMERMAN, 1997, p. 306).

4.4. O’Leary-Hawthorne sobre realismo e o problema das esferas

Ao pensarmos em universais, temos em mente duas teorias: a teoria dos universais transcendententes e a teoria dos universais imanentes:

De acordo com a concepção de universal imanente, universais estão de fato no espaço e no tempo; de acordo com a concepção transcendente eles não estão no espaço tempo. Se devemos pensar nas substâncias que ocupam espaço e tempo na forma de feixes, então é melhor pensarmos em universais como imanentes. (O’LEARY-HAWTHORNE, 1995, p. 191, tradução nossa⁶¹)

A teoria dos universais transcendententes é a teoria onde os universais existiriam em uma espécie de dimensão alternativa (o reino dos universais) que interagiriam com a nossa dimensão através de um processo de instanciação. Já a teoria dos universais imanentes é a teoria de que os universais existiriam na nossa dimensão espaço temporal. Se formos pensar em um mundo formado por feixes de universais, precisamos pensar em universais imanentes, isso porque na teoria dos universais transcendententes o mundo que nós vivemos é povoado por indivíduos e não por qualidades que possam se co-localizar simultaneamente em feixes.

Por trás da teoria dos universais costuma estar a ideia de que existem entidades repetíveis⁶², e elas podem estar na nossa dimensão ou fora dela. Pensemos na cor vermelha. Em uma teoria dos universais transcendententes, podemos encontrar coisas vermelhas no mundo em vários lugares do mundo, mas o universal vermelho nós nunca teríamos contato sensorial direto porque ele estaria em outra dimensão e seria diretamente responsável pela existência de cada coisa vermelha no mundo. Já na teoria dos universais imanentes, o universal vermelho estaria no mundo, em vários lugares, como uma entidade espaço temporal a uma determinada distância de si mesmo:

De acordo com a concepção imanente, a vermelhidão, ela mesma, pode estar completamente presente aqui e lá no mesmo tempo. Uma consequência da concepção imanente que tem ênfase, então, ela reforça a ideia de que um e o mesmo universal imanente deve estar a uma distância espacial dele

⁶¹ “According to the immanent conception, universals are actually in space and time; according to the transcendent conception they are not. If we are to think of the substances that occupy space and time as bundles of universals, then we had better think of the universals as immanent” (O’LEARY-HAWTHORNE, 1995, p. 191).

⁶² Os teóricos dos tropos, é importante lembrar, consideram os “universais” como entidades singulares e irrepetíveis.

próprio. Se você está a cinco pés de distancia de mim e você tem a brancura pura e eu tenho a brancura pura, então um único universal – a brancura pura – está a cinco pés dela mesma. (Note, então, que quando o sujeito é um universal imanente não há contradição entre as demonstrações da *F*-dade, no mesmo lugar ela mesma e a *F*-dade está a cinco pés de si própria.) (O’LEARY-HAWTHORNE, 1995, p. 192, tradução nossa⁶³)

A ideia de um universal estar à uma determinada distância de si mesmo, segundo O’Leary-Hawthorne, não seria nesse caso algo contraditório, seria na verdade coerente com a característica da multitude das entidades universais.

O’Leary-Hawthorne também apresenta um breve resumo da ontologia de Armstrong. Segundo O’Leary-Hawthorne, Armstrong aceita três tipos de entidades em sua ontologia: particulares finos, universais imanentes e estados de coisas. “Um apoio útil para a teoria do feixe - na sua forma mais sustentável - pode ser obtida em contraste na ontologia de Armstrong. [...]. Armstrong propõe três tipos de itens fundamentais no mundo – particulares ‘finos’, universais imanentes e estados de coisas (O’LEARY-HAWTHORNE, 1995, p. 192, tradução nossa⁶⁴).

Os universais imanentes já foram explicados, mas para Armstrong eles se diferem em posição em relação aos teóricos do feixe porque eles não estariam no *grounding* metafísico:

Armstrong introduz os particulares “finos” no seu chão ontológico como itens que combinam-se com universais para formar estados de coisas. O teórico do feixe não pegará carona com esses particulares básicos, ele insiste que todos os particulares são construídos de universais. No chão básico há universais se relacionando com outros universais mas não há particular que possui universais ou que se combina com universais. (O’LEARY-HAWTHORNE, 1995, p. 192, tradução nossa⁶⁵)

⁶³ “According to the immanent conception, redness itself may be fully present here and there at the same time. One consequence of the immanent conception that bears emphasising, then, is that it endorses the idea that one and the same immanent universal may be at a spatial distance from itself. If you are five feet from me and you have pure whiteness and I have pure whiteness, then a single universal – pure whiteness – is five feet from itself. (Note, then, that when the subject is an immanent universal, there is no contradiction between the statements ‘Fness is in the same place as itself’ and ‘Fness is five feet from itself’)” (O’LEARY-HAWTHORNE, 1995, p. 192).

⁶⁴ “A useful grip on the bundle theory – in its most tenable form – may be obtained by contrasting it with Armstrong’s ontology [...]. Armstrong posits three fundamental kinds of items in the world - ‘thin’ particulars, immanent universals and states of affairs” (O’LEARY-HAWTHORNE, 1995, p. 192).

⁶⁵ “Armstrong introduces ‘thin’ particulars at the ontological groundfloor as items that combine with universals to form states of affairs. The bundle theorist will have no truck with these basic particulars; he insists that all particulars are constructed out universals. At the ground floor there are universals standing in relations to each other but there are no particulars that have the universals or which combine with the universals” (O’LEARY-HAWTHORNE, 1995, p. 192).

Armstrong adota uma postura realista, pois considera os universais como tipos de entidades, mas não os coloca em uma posição mais básica de sua ontologia. A posição mais básica é ocupada pelos chamados “particulares finos” que seriam espécies de itens que se combinam com os universais para formar os estados de coisa.

Os estados de coisa seriam os resultantes da união entre os particulares finos e universais, e eles se diferem de uma simples lista:

Nós devemos reconhecer a distinção entre um estado e uma lista. [...] O teórico do feixe deve reconhecer a distinção entre a lista: Vermelhidade, Azulidade e estar cinco pés de, do estado de coisa que é vermelhidade está cinco pés da azulidade. E o teórico do feixe deveria seguir Armstrong na posição dos estados de coisas com o intuito de marcar a distinção entre significado ontológico. (O’LEARY-HAWTHORNE, 1995, p. 192–193, tradução nossa⁶⁶)

Por exemplo, poderíamos compor uma lista com *a* e *F*, mas essa lista é diferente de dizer que *a* é *F*. Para Armstrong, dizer que *a* é *F* é algo diferente do que meramente citar *a* e *F*. Em outras palavras dizer “coelho + branco” seria diferente de dizer que o “coelho é branco” porque dizer “coelho é branco” é algo a mais do que dizer a palavra coelho somada com a palavra branco.

Entretanto, um teórico do feixe não concordaria completamente com o modelo ontológico de Armstrong isso porque o *grounding* do teórico do feixe não é composto por particulares finos, mas sim por universais.

O teórico do feixe irá insistir que em um chão metafísico não há particulares, somente universais, e logo que, se há estados de coisas, somente universais seriam constituintes dos estados de coisas. Uma consideração completamente compreensível da realidade não iria, para o teórico do feixe, incluir sentenças do tipo *aRb*: incluiria somente sentenças da forma *FRG*, onde ‘*F*’ e ‘*G*’ seriam universais. (O’LEARY-HAWTHORNE, 1995, p. 193, tradução nossa⁶⁷)

⁶⁶ “We must all recognise the distinction between a statement and a list. [...] The bundle theorist must recognise the distinction between the list: Redness, Blueness and Being Five Feet From and the statement that Redness is five Feet from Blueness. And the bundle theorist may wish to follow Armstrong in positing the existence of states of affairs in order to | mark that distinction through ontological means” (O’LEARY-HAWTHORNE, 1995, p. 192–193).

⁶⁷ “The bundle theorist will insist that at the metaphysical groundfloor there are no particulars, only universals, and hence that, if there are states of affairs, only universals will figure as constituents of states of affairs. A fully perspicuous account of reality will not, for the bundle theorist, include statements of the form *aRb*; it will include instead such statements of the form *FRG*, where ‘*F*’ and ‘*G*’ pick out immanent universals” (O’LEARY-HAWTHORNE, 1995, p. 193).

O teórico do feixe é aquele que tenta mostrar que é possível fazer uma ontologia sem entidades particulares no nível fundamental da realidade:

[...] o teórico do feixe irá insistir que as verdades do dia-a-dia sobre particulares sobrevêm em um chão metafísico. Ou ainda, adotando uma frase popularizada por Armstrong, estados de coisas envolvendo universais estabelecem várias relações com cada outro provindo os “veritadores” para as verdades do dia-a-dia sobre particulares. (O’LEARY-HAWTHORNE, 1995, p. 193, tradução nossa⁶⁸)

Para isso, ele mostra que a nossa ideia de entidades particulares como entes primitivos ou fundamentais nada mais é do que um preconceito metafísico/linguístico, onde damos um nome e inventamos uma particularidade a um agrupamento qualquer de universais do mundo, e aí o chamamos de particular fino e o colocamos no *grounding* dos mais variados sistemas filosóficos. Isso ocorre desde os tempos de Aristóteles.

Quanto ao problema das esferas, já aqui apresentado anteriormente, O’Leary-Hawthorne comenta que, para um realista imanente, o experimento mental das esferas não é algo que negue o princípio da identidade dos indiscerníveis. Muito pelo contrário:

Curiosamente, há uma ideia na qual o teórico do feixe deveria conceber o tipo de cenário que Black apresenta. O teórico do feixe, como nós dissemos, é comprometido com a ideia que os universais estão completamente presentes em muitos lugares ao mesmo tempo. Uma vez que se leve adiante esse comprometimento, acaba sendo razoavelmente óbvio que o teórico do feixe deve permitir que, os feixes de universais, possam ser completamente presentes em muitos lugares ao mesmo tempo. Desta forma, é possível, para o teórico do feixe ter a clareza de dizer que o feixe de *F*, *G* e *H* está a cinco pés de distância dele mesmo. (O’LEARY-HAWTHORNE, 1995, p. 193, tradução nossa⁶⁹)

No experimento imaginativo de Max Black este exemplo, não há dois particulares finos ou substratos idênticos, singulares e irrepitíveis, duas coisas com as mesmas propriedades porque isso é impossível. O que há, nesse experimento mental, é um exemplo

⁶⁸ “[...] the bundle theorist will insist that workaday truths about particulars supervene on this metaphysical groundfloor. Or to adopt a turn of phrase made popular by Armstrong, states of affairs involving universals standing in various relations to each other provide the 'truth-makers' for workaday truths about particulars” (O’LEARY-HAWTHORNE, 1995, p. 193).

⁶⁹ “Curiously, there is a sense in which the bundle theorist should welcome the sort of scenario that Black entertains. For the bundle theorist, as we have said, is committed to the idea that universals can be fully present at many places at once. Once one has taken stock of this commitment, it becomes fairly obvious that the bundle theorist must allow that a bundle of universals can be fully present at many places at once. Thus, it is possible, by the bundle theorist's own lights that, say, the bundle consisting of *F*, *G* and *H* to be five feet from itself” (O’LEARY-HAWTHORNE, 1995, p. 193).

feixe de propriedades imanentes ao espaço-tempo localizado a uma determinada distância de si mesmo:

O teórico do feixe irá insistir que, rigorosamente falando, o mundo de Black é um retrato de um mundo onde há um feixe de universal completamente presente em dois lugares (i.e. a uma distância de si mesmo). [...] Um mundo onde uma única coisa a uma distância de si mesmo viola o princípio da identidade dos indiscerníveis? Certamente não. Então se o mundo de Black é um retrato que pode ser compreensivelmente descrito como um mundo onde um feixe de universais está a uma distância de si mesmo, então Black não refutou o princípio da identidade dos indiscerníveis. (O'LEARY-HAWTHORNE, 1995, p. 194, tradução nossa⁷⁰)

Se duas coisas possuem exatamente as mesmas propriedades são, então na verdade, um feixe só em dois lugares. E como já vimos, por causa da natureza da multitude dos universais isso não é algo contraditório, é algo extremamente coerente com a crença em entidades repetíveis – chega a ser tediosamente óbvio: “Esse pensamento nada mais faz do que nos lembrar da consequência do que o teórico do feixe percebeu e aceitou que: assim como um único universal pode estar a uma distância de si mesmo, um mesmo feixe pode estar a uma distância de si mesmo” (O'LEARY-HAWTHORNE, 1995, p. 196, tradução nossa⁷¹).

Se existem entidades repetíveis no espaço tempo então não temos de ficar surpresos caso elas existam em mais de um lugar, porque é justamente isso que elas fazem.

Entretanto, essa concepção vai contra o senso comum. O senso comum tende a ver duas esferas idênticas, mas o realista imanente do feixe se ocupa de apresentar perspicuamente o que o senso comum entende confusamente, ele diz que na verdade não existe a coisa esfera nem duas e nem uma.

No mínimo, metafísicos não tendem a levar o discurso do senso comum como decisivo aqui. [...] na fala do senso comum nós falamos como se houvessem duas entidades distintas no caso de uma gota de chuva - a gota de chuva está a esquerda da torre eiffel e a gota de chuva está a direita da torre eiffel. Novamente, eu eu quero tratar disso como se fosse um modo errado de falar. Rigorosamente falando, existe um único feixe de universais completamente presente em dois lugares. [...] Assim como não é evidente que a descrição metafísica mais perspicaz de narizes brancos posiciona um tropo de brancura numericamente distinto para cada nariz, não é evidente que a descrição mais perspicaz do mundo de

⁷⁰ “The bundle theorist will insist that, strictly speaking, the world that Black is picturing is a world where there is one bunch of universals fully present in two places (i.e. at a distance from itself). [...] Does a world where one thing is at a distance from itself violate the Identity of Indiscernibles? Certainly not. So if the world Black is picturing can be perspicuously described as a world where one bundle of universals is at a distance from itself, then Black has not refuted the Identity of Indiscernibles” (O'LEARY-HAWTHORNE, 1995, p. 194).

⁷¹ “That thought experiment does little more than remind us of a consequence of the bundle theory that should have already have been noticed and embraced: that just as a single universal can be at a distance from itself, one and the same bundle can be at a distance from itself” (O'LEARY-HAWTHORNE, 1995, p. 196).

Black seja que ele contém dois itens numericamente distintos. [...] Claramente, o método do dia-a-dia de contar feixes leva a distância espacial para ser uma condição suficiente para a diversidade numérica. [...] O problema é familiar: como avaliar a conversa comum quando se adota uma metafísica que trata a conversa comum como pouco clara. [...] A teoria do feixe tenta descrever de forma perspicaz o que a conversa comum descreve de forma não visível. (O'LEARY-HAWTHORNE, 1995, p. 194–195, tradução nossa⁷²)

O teórico do feixe diz que na verdade o que entendemos como “coisa esfera” nada mais é do que um feixe de universais e esse feixe estaria, nesse exemplo, a uma determinada distância de si mesmo. É um feixe em dois lugares e não uma coisa em dois lugares. As coisas não podem estar em dois lugares ao mesmo tempo, uma vez que são particulares, já os feixes podem e não há nada de incoerente nisso.

4.5. Considerações finais

Apresentamos neste capítulo três autores comentando um problema metafísico. O primeiro deles foi Max Black onde foi por nós apresentado o chamado “problema das esferas de Black”. Nesse problema Black imagina, através de um experimento mental, um mundo onde existiriam somente duas esferas com exatamente as mesmas propriedades. O problema se apresenta da seguinte maneira: Como é possível, se a lei de Leibniz é válida, explicar que são duas esferas e não uma só?

Uma resposta apresentada por Zimmerman e em seguida rapidamente refutada por ele mesmo em forma de diálogo é que a esfera possuiria certas propriedades lógicas únicas como por exemplo “ser idêntica a si mesma” e ainda “se diferente da outra”. Zimmerman também inicia uma fala que quando tratamos do próximo autor, O'Leary-Hawthorne, tratamos de uma

⁷² “At the very least, metaphysicians don't tend to take ordinary talk as being decisive here. [...] in ordinary talk we talk as if there are two distinct entities in the raindrop case - the rain-drop that is to the left of the Eiffel Tower and the raindrop that is to the right of it. Again, I want to treat this as a loose way of speaking. Strictly speaking, there is a single bundle of universals fully present at two places. [...] Just as it is not self-evident that the metaphysically most perspicuous description of white noses posits a numerically distinct trope of whiteness for each nose, it is not self-evident that the most perspicuous description of Black's world is that it contains two numerically distinct items. [...] Clearly, the workaday method of counting bundles takes spatial distance to be a sufficient condition for numerical diversity. [...] The problem is a familiar one: how to evaluate ordinary talk when one adopts a metaphysic that treats ordinary talk as unperspicuous. [...] The bundle theory attempts to describe perspicuously what ordinary talk describes unperspicuously” (O'LEARY-HAWTHORNE, 1995, p. 194–195).

maneira mais aprofundada que é: a relação da teoria do feixe com a ideia de realismo imanente.

Vimos que quando juntamos a ideia de indivíduo como feixes de qualidades, com a ideia de universais localizados no tempo e no espaço, somos capazes de resolver o problema da identidade dos indiscerníveis. A resposta é muito simples, se universais por natureza podem estar em mais de um lugar ao mesmo tempo, e se feixes são formados somente por universais e nada mais, disso se segue que os feixes também são repetíveis. E no caso das esferas então, existiria um feixe só a uma determinada distância de si mesmo.

Ainda que essa resposta fuja completamente a resposta do senso comum, ela deriva de uma série de raciocínios válidos formados por premissas tomadas por nós como verdadeiras. 1) que a realidade é formada somente por entidades repetíveis em um nível metafísico fundamental e 2) essas entidades repetíveis podem estar na mesma porção temporal ao mesmo tempo formando um feixe.

5. A teoria dos particulares de Russell

5.1. Introdução

Nesta parte da dissertação faremos uma tentativa de apresentar de forma clara e precisa a leitura de Gülberk Koç Maclean da filosofia de Russell sobre particulares, apresentada no livro *Bertrand Russell's Bundle Theory of Particulars* (MACLEAN, 2014), onde trataremos de algumas questões pertinentes sobre universais e particulares. Veremos que Russell, ao longo da sua vida, assumiu em um primeiro momento uma postura realista transcendente quanto à questão dos universais e que também posteriormente, em sua filosofia mais tardia, Russell mantém a sua visão realista, mas porém com uma visão mais próxima do imanentismo. Ou seja, enquanto o jovem Russell está próximo do platonismo, e aceita a existência de universais fora do espaço-tempo, o Russell maduro ainda aceita que os universais são reais, mas os localiza no interior do espaço-tempo.

Em seguida, apresentaremos uma breve introdução a Russell e os universais. Veremos que Russell, ao longo de sua carreira, mudou de ideia em relação à natureza dos particulares, onde ele acaba por admitir um particular como um conjunto de particulares transientes. Ainda trataremos do problema do *um-sobre-muitos*, onde veremos que o problema do um-sobre-muitos ocorre quando tentamos ver um particular do mesmo modo que vemos as coisas particulares, e por isso somos levados ao erro. Com relação a isso, Russell diz que a natureza de um particular é diferente da natureza de um universal, e um não deve ser interpretado tal como o outro. Falaremos também ainda sobre os particulares e a sua relação com a teoria do feixe na visão de Russell.

Na sequência trataremos do problema da diversidade numérica, onde discorreremos sobre o problema de como duas coisas com exatamente as mesmas propriedades são duas

coisas e não uma só. Essa questão surge diante da teoria do feixe, que diz que uma coisa nada mais é do que um feixe de suas propriedades, quando o teórico se depara com o exemplo hipotético de um universo com somente duas coisas exatamente iguais – tal como aquele imaginado por Max Black, tal como vimos no capítulo 4. Veremos que Russell, resolve essa questão usando ontologia de eventos. Veremos mais detalhadamente o que seria essa ontologia de eventos e qual sua relação com a teoria do feixe.

Por fim, discorreremos acerca de um dos principais questionamentos ao teórico do feixe, depois do problema da diversidade numérica, que é o problema da analiticidade. Esse problema consiste em um questionamento feito ao teórico do feixe pelo teórico do substrato, que indaga o teórico do feixe perguntando-o como o teórico do feixe lidaria com o discurso sujeito-predicado, uma vez que todas as proposições sobre um indivíduo seriam analíticas. Veremos nesse ponto a definição de analiticidade, e como Russell a responde usando a teoria das descrições definidas para dizer que uma coisa é linguagem, outra é a realidade.

5.2. Os particulares e a teoria do feixe

De acordo com um teórico do feixe uma coisa nada mais é do que a soma da totalidade de algumas qualidades. O que é muito distinto nas teorias do feixe em relação à teoria do substrato é que 1) a teoria do feixe reduz o número máximo de tipos de entidades fundamentais existentes para apenas uma, as propriedades e 2) Não há nenhum tipo de entidade incognoscível. Teóricos do feixe negam a existência de um substrato e uma das principais razões é o questionamento empírico de que um substrato não passa pelo crivo da experiência. O que passa pela experiência são somente as propriedades. Sobre isso, Russell mantém a opinião de que uma coisa particular do senso comum é uma série de particulares transientes no tempo e no espaço e cada um desses particulares transientes é composto por qualidades universais. O que une as propriedades para que elas fiquem juntas é a chamada relação de copresença, que é considerada uma relação primitiva, não analisável.

O ponto de vista de Russell sobre a natureza dos particulares evoluiu ao longo do tempo. A fase inicial de Russell é uma fase mais substratista, conforme apontado em

Principles of Mathematics.

É um completo erro lógico supor que, se houvesse uma distinção última entre sujeitos e predicados, sujeitos poderiam ser distinguidos pela diferença de predicados. Porque antes de dois sujeitos se diferenciarem pelos seus predicados, eles devem já ser dois; e assim a diversidade imediata é prioritária em relação à diversidade dos predicados. Mais uma vez, dois termos não podem ser distinguidos em primeiro lugar por uma diferença de relação com outros termos; por diferença de relação se pressupõe dois termos distintos, e não pode portanto ser a base de sua distintividade. Assim, se há alguma distintividade qualquer, deve haver distintividade imediata, e este tipo pertence aos pontos. (RUSSELL, 1938, §428, tradução nossa⁷³)

Podemos ver claramente na citação acima que Russell nessa fase acredita que existem dois tipos de diversidade, a diversidade imediata e a diversidade pelos predicados. Para um teórico do feixe não existe nenhum tipo de entidade que garantiria essa diversidade imediata e se a diversidade existe ela deve ser uma diversidade de predicados.

Entretanto, esse ponto de vista “substratista” não dura muito tempo. Russell, em “On the relations of universals and particulars”, de 1911, apresenta uma visão diferente, bem mais “feixista”, conforme podemos ver nesta passagem: “Uma coisa, como entendemos no dia-a-dia é constituído por um feixe de qualidades sensíveis pertencentes aos vários sentidos, mas supõe-se que elas todas coexistem em uma porção contínua do espaço” (RUSSELL, 1911, p. 7, tradução nossa⁷⁴).

No livro *Our Knowledge of the External World*, publicado originalmente em 1914, Russell acreditava nos particulares do senso comum como entidades que não poderiam ser conhecidas diretamente, mas somente inferidas em forma de dados absorvidos pelos sentidos – Russell toma os particulares do senso comum como construções dos dados da sensibilidade. Nessa fase Russell já tenta explicar a coisa singular sem a ideia de substrato. Cada sensação é um particular transiente, e essas qualidades para Russell eram, naquela época, instâncias de qualidades universais transcendentais (cf. MACLEAN, 2014, p. 2, p. 33–34).

⁷³ “It is a sheer logical error to suppose that, if there were an ultimate distinction between subjects and predicates, subjects could be distinguished by differences of predicates. For before two subjects can differ as to predicates, they must already be two; and thus the immediate diversity is prior to that obtained from diversity of predicates. Again, two terms cannot be distinguished in the first instance by difference of relation to other terms; for difference of relation presupposes two distinct terms, and cannot therefore be the ground of their distinctness. Thus if there is to be diversity at all, it must be immediate diversity, and this kind belongs to points” (RUSSELL, 1938, §428).

⁷⁴ “A thing, of the every-day sort, is constituted by a bundle of sensible qualities belonging to various senses, but supposed all to co-exist in one continuous portion of space” (RUSSELL, 1911, p. 7).

Em “On Sensations and Ideas”, de 1918, e em *The Analysis of Mind*, de 1921, Russell acredita que um particular do senso comum é uma classe de particulares transientes. O que muda a partir dessas obras é que os particulares não são mais exclusivamente sensações, eles são na verdade eventos que são neutros entre a mente e a matéria. Russell conceitua eventos como um tipo de entidade que “tem que ocupar alguma porção contínua do espaço-tempo, e no final dessa porção ele cessa e não pode retornar” (RUSSELL, 1992, parte 2, cap. 3, p. 97, tradução nossa⁷⁵). Os eventos, por serem construídos a partir de qualidades copresentes em porções do espaço-tempo, não possuem dessa forma nenhum tipo de prioridade ontológica (cf. MACLEAN, 2014, p. 3). Russell então acredita que um particular transiente nada mais carrega em si do que suas propriedades (e um evento nada mais é do que uma série de particulares transientes), sem qualquer substrato, de modo que nessa fase da sua carreira ele é o que a literatura conceitua como um teórico do feixe. Russell é entretanto, um teórico do feixe realista, uma vez que ele qualifica as qualidades como universais e não como qualidades particulares, ou tropos: “a matéria-prima metafísica é apenas o que pode se repetir, e uma qualidade pode se repetir em qualquer lugar” (RUSSELL, 1992, parte 4, cap. 8, p. 311, tradução nossa⁷⁶). E para Russell essas qualidades são imanentes de modo que não são instanciações de universais transcendentais (cf. RUSSELL, 1911, p. 7⁷⁷, p. 8⁷⁸, p. 10).

5.3. A natureza das propriedades e o problema do um-sobre-muitos

Quando nos perguntamos sobre a natureza das propriedades, nos encontramos frente a duas posições: o realismo e o nominalismo. Os realistas são aqueles que defendem que as

⁷⁵ “An ‘event’ is supposed to occupy some continuous portion of space-time, at the end of which it ceases, and cannot recur” (RUSSELL, 1992, part 2, chap. 3, p. 97).

⁷⁶ “Our raw material will now contain nothing that cannot recur, for a quality can occur in any number of separate places” (RUSSELL, 1992, part 4, chap. 8, p. 311).

⁷⁷ “A thing, of the every-day sort, is constituted by a bundle of sensible qualities belonging to various senses, but supposed all to co-exist in one continuous portion of space” (RUSSELL, 1911, p. 7). Ou seja, as qualidades se dão no espaço. Logo, são imanentes.

⁷⁸ “The theory of sensible qualities which dispenses with particulars will say, if the same shade of colour is found in two different places, that what exists is the shade of colour itself, and that what exists in the one place is identical with what exists in the other. The theory which admits particulars will say, on the contrary, that two numerically different instances of the shade of colour exist in the two places: in this view, the shade of colour itself is a universal and a predicate of both the instances, but the universal does not exist in space and time” (RUSSELL, 1911, p. 8). Ou seja, o que se dá no espaço é o universal ele mesmo, não sua instanciação.

qualidades de um determinado ente são qualidades universais, ou seja, qualidades repetíveis, enquanto que o nominalista não acredita em entidades repetíveis. Os realistas, por sua vez, se dividem entre dois tipos de realismo: o realismo transcendente e o realismo imanente. A postura do realismo transcendente é aquela pela qual se acredita que os universais são entidades abstratas, fora do tempo e do espaço, que se manifestam em vários lugares do mundo através da instanciação. Já o realismo imanente é a postura que admite os universais não como abstratos (isto é, entidades não-espaciais e não-temporais), mas como concretos (isto é, entidades espaçotemporais). Para um realista imanente quando se fala em universais concretos se está falando de universais localizados no espaço-tempo. O realismo se refere ao fato de que a qualidade universal concreta não estão em um só lugar ao mesmo tempo, mas sim em vários lugares. Russell, ao longo de sua carreira, posicionou-se de ambos os lados em momentos diferentes.

Uma vez que aceitamos as propriedades como universais podemos então apelar para as mesmas para responder o que afinal dois particulares do mesmo gênero têm em comum – as propriedades: “O problema dos universais é o problema de como diferentes particulares podem apesar de tudo ter as mesmas propriedades e relações. É o problema da identidade genérica”(ARMSTRONG, 1978, p. 64⁷⁹).

Uma objeção comumente feita aos realistas é a objeção conhecida como o problema do *um-sobre-muitos*.⁸⁰ Esta objeção foi primeiramente apresentada no diálogo *Parmênides*, de Platão, e ela afirma que é problemático dizer que um universal multiplamente exemplificado entre diferentes coisas ao mesmo tempo pode existir, porque desse modo chegaríamos ao contrassenso de que um determinado universal estaria distante de si mesmo: “Então, sendo uma e a mesma, estará, inteira, simultaneamente, em coisas que são múltiplas e separadas, e, assim, ela estaria separada de si mesma” (PLATÃO, 2008, 131 b).

A objeção Platônica do *um-sobre-muitos* se mostra como um problema para os universalistas imanentes? Os realistas imanentes defendem que isso não é um problema, porque estamos falando de universais, e não de coisas singulares. Uma coisa singular jamais pode estar a uma determinada distância de si mesma, enquanto que um universal, por

⁷⁹ “The problem of universals is the problem [of] how different particulars can nevertheless have the very same properties and relations. It is the problem of generic identity” (ARMSTRONG, 1978, p. 64).

⁸⁰ “De bela maneira, Sócrates, disse ele, fazes uma e a mesma coisa estar simultaneamente em muitos lugares, como se, cobrindo com uma vela muitos homens, disseses ser ela, inteira, uma sobre múltiplos” (PLATÃO, 2008, 131 b).

natureza, por ser um universal, *deve* poder ocupar múltiplos lugares ao mesmo tempo. A objeção platônica surge quando tentamos tomar universais como se fossem coisas singulares. Sobre isso Russell escreve:

Quando eu digo que a vermelhidade pode estar em dois lugares ao mesmo tempo, eu quero dizer que a vermelhidade pode ter consigo mesma uma ou mais daquelas relações espaciais das quais, de acordo com o senso comum, nenhuma “coisa” pode ter consigo mesma. A vermelhidade pode estar ao lado da vermelhidade, ou acima da vermelhidade, ou abaixo da vermelhidade, no imediato campo visual; vermelhidade pode estar na América e na Europa, no espaço físico. (RUSSELL, 1995, cap. 6, p. 100, tradução nossa⁸¹)

Assim como Aristóteles, Russell segue uma linha realista imanente. Contudo, Russell diverge de Aristóteles sobre a dependência do universal em relação particular. Para Aristóteles, um universal só existe porque existe um particular para servir de condição existencial do universal. Se não existisse um particular, o universal não poderia existir. Isso demonstra por parte da ontologia de Aristóteles que existiria um certa prioridade ontológica dos particulares em relação aos universais. Russell, todavia, discorda de Aristóteles nesse ponto, pois para Russell os universais não dependem e nem pertencem aos universais, na verdade eles constroem ontologicamente o particular.

5.4. Russell, teoria do feixe, diversidade numérica

O problema da diversidade numérica é: “Dado duas ‘coisas’ diferentes, A e B, o que faz com que elas sejam duas? É a diferença de qualidade, ou é uma mera diferença de posição no espaço e no tempo?” (RUSSELL, 2003, p. 146, tradução nossa⁸²). Vimos anteriormente que, na teoria do feixe, um indivíduo nada mais é do que a soma de suas qualidades, ou,

⁸¹ “When I say that redness can be in two places at once, I mean that redness can have to itself one or more of those spatial relations which, according to common sense, no ‘thing’ can have to itself. Redness may be to the right of redness, or above redness, in the immediate visual field; redness may be in America and in Europe, in physical space” (RUSSELL, 1995, chap. 6, p. 100).

⁸² “Given two different ‘things’, A and B, what is it that makes them two? Is it a difference of quality, or is it a mere difference of position in space and time?” (RUSSELL, 2003, p. 146).

ainda, que nada mais é necessário do que as qualidades de um indivíduo para o explicar. O problema da diversidade numérica surge quando tentamos explicar como dois indivíduos com exatamente as mesmas qualidades são dois entes e não um ente só. A resposta dos que acreditam na teoria do substrato é que cada um dos seres possui o seu substrato e por isso são dois e não um. Todavia Russell não acreditava nessa concepção visto que, Russell 1) acreditava que o substrato era um mero sujeito para os predicados (cf. RUSSELL, 1995, cap. 8, p. 129) e 2) que um substrato é algo incognoscível no qual os predicados inerem (cf. RUSSELL, 1995, cap. 6, p. 97, tradução nossa).

Um dos elementos empregados por Russell para a distinção de feixes qualitativamente indiscerníveis é o posicionamento no espaço percebido, pois a posição no espaço perceptual é absoluta, e por isso não relativa.

As pessoas tem se tornado tão obcecadas com a relatividade de uma posição espacial na física que elas tem se tornado distraídas/esquecidas com a absolutividade de uma posição espacial no campo visual. A cada momento, o que está no centro do meu campo visual tem a qualidade que pode ser chamada de “centralidade”: o que está na direita de “destralidade”, o que está esquerda “canhotidade”, o que está acima de “superioridade”, o que está abaixo de “inferioridade”. Estas são *qualidades* de um dado visual, não relações. Isto é um complexo consistindo de uma tal qualidade que combinada com a sombra da cor é distinta do complexo constituinte da mesma sombra em algum outro lugar qualquer. (RUSSELL, 1992, parte 4, cap. 8, p. 316, grifo do autor, tradução nossa⁸³)

A teoria do espaço perceptual com posicionamento absoluto é aquela que toma a qualidade do que é percebido no espaço como se ele fosse completamente dependente de uma visão individual do observador, como por exemplo dizer que o livro está localizado à minha direita. Desse modo a resposta de Russell para o problema da diversidade numérica foi incluir o posicionamento espacial de uma qualidade ou de um complexo de qualidades como uma de suas qualidades.

É logicamente possível para duas manchas de branco exatamente iguais, do mesmo tamanho e forma, existirem simultaneamente em diferentes lugares. Agora, qualquer que seja o significado exato de “existir em diferentes lugares”, é autoevidente que, nesse caso, existem duas diferentes manchas de

⁸³ “People have become so obsessed with the relativity of spatial position in physics that they have become oblivious of the absoluteness of spatial position in the visual field. At every moment, what is in the centre of my field of vision has a quality that may be called ‘centrality’; what is to the right is ‘dexter’, what to the left ‘sinister’, what above ‘superior’, what below ‘inferior’. These are *qualities* of the visual datum, not relations. It is the complex consisting of one such quality combined with a shade of colour that is distinct from the complex consisting of the same shade elsewhere” (RUSSELL, 1992, part 4, chap. 8, p. 316, author’s italics).

branco. A diversidade delas deve, se nós adotarmos a teoria da posição absoluta, ser considerada como pertencente, não à brancura em si que existe em dois lugares, mas aos complexos “brancura neste lugar” e “brancura naquele lugar”. Isso se derivaria a diversidade delas da diversidade deste e daquele lugar; e uma vez que lugares não podem ser supostos para diferenciá-las enquanto qualidades, seria requerido que lugares devessem ser particulares.” (RUSSELL, 1911, p. 10, tradução nossa⁸⁴)

A partir dessa concepção, seria possível distinguir os dois complexos de qualidades que se apresentavam como todos com exatamente as mesmas qualidades mas em posições diferentes. Isso porque quando tomamos o posicionamento de um feixe como uma parte do feixe o problema deixa de ser um problema, porque conseguimos assim facilmente distinguir um feixe do outro pelo uso de sua localização.

Como vimos anteriormente, precisamos encontrar um modo de responder ao problema da diversidade numérica (como duas coisas com as mesmas qualidades são duas coisas diferentes se só o que formam as coisas são suas qualidades). Uma das formas de responder essa questão é se apegar à teoria do substrato, mas um teórico do feixe tende a negá-la por vários motivos, como por exemplo o problema de lidar com um ente completamente misterioso, além da sensibilidade. Uma solução é utilizar os eventos como resposta, considerar as qualidades como primárias e os eventos como resultantes da união de qualidades. Desse modo podemos explicar a individualidade de um ser sem nos comprometermos com qualquer entidade particular anterior às qualidades.

Mas e o problema da diversidade numérica? Desse modo só explicamos como surge a individualidade de um ser mas isso em um primeiro momento não resolve o problema. Se uma coisa é um evento, e esse evento é um complexo de qualidades, então como diferenciar dois eventos em teoria que tivessem exatamente o mesmo complexo de qualidades? Uma solução é explicar que o problema da diversidade numérica não se aplica a indivíduos com propriedades iguais porque nesse caso são o mesmo evento, em dois lugares diferentes. É improvável que uma história cíclica (ou duas esferas com exatamente as mesmas qualidades) se dê, mas isso é empiricamente possível, e não pode ser refutado por nenhum argumento *a priori* (cf. RUSSELL, 1992, parte 4, cap. 8, p. 312; RUSSELL, 1995, cap. 6, p. 102).

⁸⁴ “It is logically possible for two exactly similar patches of white, of the same size and shape, to exist simultaneously in different places. Now, whatever may be the exact meaning of ‘existing in different places,’ it is self-evident that, in such a case, there are two different patches of white. Their diversity might, if we adopted the theory of absolute position, be regarded as belonging, not to the white itself which exists in the two places, but to the complexes ‘whiteness in this place’ and ‘whiteness in that place.’ This would derive their diversity from the diversity of this place and that place; and since places cannot be supposed to differ as to qualities, this would require that the places should be particulars” (RUSSELL, 1911, p. 10).

5.5. Russell e a ontologia dos eventos

A partir de 1919, Russell passa buscar uma solução para a questão da individuação pela inclusão de eventos em sua ontologia (cf. MACLEAN, 2014, p. 36–39). Russell cita três características dos eventos: “um único evento pode ocupar uma quantia finita de espaço-tempo, dois eventos podem se sobrepor no espaço-tempo e nenhum evento pode se repetir” (RUSSELL, 1992, parte 4, cap. 8, p. 293, tradução nossa⁸⁵). Ou seja, imaginemos o evento “show da banda San Marino”. Este é um grande evento, com começo, meio e fim, ainda que o começo, o meio e o fim não sejam de muito fácil definição. Por ser um evento, esse show possui (1) uma quantia finita de espaço e uma quantia finita de tempo. De modo que não pode ocupar uma quantia interminável de espaço (um show não está em todos os lugares) e nem de tempo (um show não dura pra sempre). Também, por ser evento (2) ele pode se sobrepor com outros eventos no mesmo espaço tempo. Por exemplo, se considerarmos cada música tocada no show como um evento com início, meio e fim. Nesse caso, vários eventos se sobrepõem na mesma fatia finita de espaço e tempo chamada de “show da banda San Marino”. Além disso, (3) os eventos não podem se repetir. Ainda que o show anunciado pela banda para outra data ou lugar seja anunciado como o mesmo show, cada show da banda San Marino é um espetáculo diferente, é impossível que seja o mesmo e por tanto vale a pena assistir todos.

5.6. O problema da analiticidade

A questão da analiticidade surge mediante uma discussão entre os teóricos do substrato e os teóricos do feixe. Os teóricos do substrato, diante da teoria do feixe, levantam a seguinte objeção: um teórico do feixe não poderia explicar corretamente o discurso sujeito-predicado, uma vez que a teoria do feixe implica que absolutamente todas as proposições sobre indivíduos particulares seriam analíticas, quando de fato elas não assim o seriam.

⁸⁵ “It has been assumed, in our constructions, that a single event may occupy a finite amount of space time, that two events may overlap both in space and in time, and that no event can recur” (RUSSELL, 1992, part 4, chap. 8, p. 311).

Começamos falando porque a analiticidade é um problema somente para o teórico do feixe, e não para o teórico do substrato. Para o teórico do substrato, existem dois tipos de entidades que compõem um indivíduo do senso comum: o substrato e as propriedades. O substrato seria aquilo em que as propriedades inerem, e por isso, em última análise, o sujeito gramatical e o portador das propriedades seria o substrato. O substrato, nesse caso, funciona como ente individuador. Já o teórico do feixe não pode usar o substrato para individuar, uma vez que ele o nega, então fica o problema de como surge a individuação, e quais as consequências dessa nova forma individuação. Uma dessas consequências é o problema da analiticidade. O ponto é que, se o indivíduo é constituído apenas pelas suas propriedades, como defende o teórico do feixe, então uma frase verdadeira sobre um indivíduo é uma frase que apresenta uma propriedade ou predicado que está incluída no indivíduo ou sujeito, pois cada uma das propriedades verdadeiramente atribuíveis ao indivíduo ou sujeito o constituem. De acordo com a literatura clássica, indo pelo menos até Kant, uma proposição analítica é um discurso com estrutura lógico-gramatical do tipo sujeito-predicado, onde a propriedade atribuída ao sujeito em questão no predicado da frase está contida no significado do termo que é o sujeito da frase. Há ao menos dois tipos de frases com estrutura lógico-gramatical do tipo sujeito-predicado: as frases do tipo gênero-espécie e as frases do tipo espécie-indivíduo. Numa frase do tipo gênero-espécie, uma determinada espécie é incluída no gênero determinável de coisas à qual pertence (cf. SANFORD, 2011). Um exemplo desse tipo de proposição seria dizer “Vermelho é uma cor”. É razoável supor que algumas frases do tipo gênero-espécie são analíticas, por exemplo quando dizemos que “todo homem é um animal” está implícito dentro do conceito de homem que ele pertence a classe de entidades consideradas animais. Um outro tipo de proposição, onde uma propriedade é atribuída a um particular é chamada de proposição do tipo espécie-indivíduo. Um exemplo seria dizer “Sócrates é grego”. Com respeito a esse tipo de frase, não é de se esperar analiticidade, isto porque nesse caso não está dentro do conceito de Sócrates que Sócrates seja necessariamente um grego, ele podia, por exemplo, ser um brasileiro jogador de futebol pela seleção brasileira de 1982. O problema é que Russell (e Leibniz) parece se comprometer com analiticidade também para tais frases.

Existe uma diferença muito grande entre esses tipos de proposições – as proposições do tipo gênero-espécie e as proposições do tipo espécie-indivíduo. Enquanto que a proposição “Vermelho é uma cor” (uma proposição do tipo gênero-espécie) é uma proposição necessária, a proposição “Sócrates é grego” (uma proposição do tipo espécie-indivíduo) não seria

necessária, seria contingente. Seguindo o critério de Leibniz, podemos afirmar que *o necessário* é aquilo cuja negação levaria a uma contradição. Por exemplo, dizer “Vermelho não é uma cor”. A *contingência*, ainda seguindo o critério de Leibniz, é aquilo cuja negação não é uma contradição. Como, por exemplo, a frase “Sócrates não é grego”. Essa frase não seria uma contradição quando negada, uma vez que existe a possibilidade de Sócrates possuir outras nacionalidades. É importante não confundir nesse caso a falsidade com a contingência. Essa frase é falsa, uma vez que sabemos que Sócrates, nesse caso, era um grego, mas contingente, uma vez que a negação dela não gera uma contradição, como na frase “Vermelho não é uma cor”.

O erro do teórico do substrato, ao propor que para o teórico do feixe todas as proposições seriam analíticas, está em uma análise ingênua do que seria um indivíduo. Conforme já explicado anteriormente, defendemos que um indivíduo qualquer é formado por vários indivíduos transientes, cada um constituído por feixes de propriedades transientes que *contingentemente* estão numa porção do espaço-tempo, constituindo uma fatia temporal do evento maior que é o indivíduo perdurante. Esse evento é composto por infinitas fatias espaço-temporais, e cada uma dessas fatias seria composta por um feixe, que como também já vimos, é um complexo de qualidades *contingentemente* copresentes. Ao analisarmos uma fatia espaço temporal estamos analisando um feixe de universais, e quando damos o nome desse feixe de “sujeito” e atribuímos a ele uma qualidade que ele possui chamando-a de “predicado” e nesse caso, analisando uma fatia: as propriedades possuídas pelo indivíduo são contingentes, pois é um fato empírico que certas propriedades *FGH* estejam copresentes no espaço-tempo.

Além disso, analisando o evento inteiro, ou seja o indivíduo, percebemos que não podemos analisar os feixes futuros, só podemos analisar eventos presentes e concluídos. A análise dos feixes que nós conhecemos até poderia ser “analítica”, já a análise dos feixes futuros não é algo possível de ser feito e por isso não podemos afirmar que sejam analíticos. A apresentação do problema da analiticidade pelo substratista falha ao analisar o problema de uma forma ingênua. A metafísica do feixe diz que um indivíduo é composto pelas suas propriedades, no entanto, disso não segue que pensar ou falar sobre um indivíduo acarreta conhecer *a priori* todas as suas propriedades. Usualmente, só conhecemos umas poucas propriedades de cada indivíduo, mas podemos falar ou pensar normalmente sobre eles, pois nos referimos a eles via descrições associadas a nomes próprios, no máximo, as descrições usadas para batizar ou ensinar o nome são “analíticas”. Todas as outras são sintéticas.

5.7. A epistemologia dos feixes

Poderia Russell explicar ou não um particular do senso comum? De acordo com Maclean, a teoria madura de Russell sobre indivíduos do senso comum os revela como meras construções – um indivíduo do senso comum é uma ficção lógica.

De acordo com a minha interpretação da teoria de Russell sobre particulares em seu período tardio, particulares do senso comum são ficções lógicas, classes, enquanto que particulares transientes, os quais são membros da classe que fazem os particulares do senso comum, não são classes; eles são complexos. (MACLEAN, 2014, p. 63, tradução nossa⁸⁶)

Isso quer dizer que, os particulares, as coisas nossas do dia-a-dia seriam formados cada um por vários outros particulares que não são os do senso comum, que são os particulares transientes, os feixes. A questão que se apresenta é: Pode Russell explicar ou não um particular do senso comum?

De acordo com a nossa interpretação, ele pode sim. Isso porque, para Russell, existem certos postulados do conhecimento científico que nos autorizam a tratar certos agregados de feixes de qualidades como indivíduos do senso comum, sem a necessidade de substratos:

Cada um desses postulados dizem que algo acontece frequentemente, mas não necessariamente sempre; cada um justifica portanto, em um caso particular, uma expectativa racional que é quase uma certeza. Cada um tem um aspecto objetivo e subjetivo: objetivamente, ele afirma que algo acontece na maioria dos casos de um certo tipo; subjetivamente, ele afirma que, em certas circunstâncias, uma expectativa que está aquém da certeza em maior ou menor grau tem credibilidade racional. A intenção é que os postulados forneçam coletivamente as probabilidades antecedentes requeridas para justificar induções. (RUSSELL, 1992, parte 6, cap. 9, p. 506, tradução nossa⁸⁷)

⁸⁶ “According to my interpretation of Russell’s theory of particulars in the later period, ordinary particulars are logical fictions, classes, while transient particulars, which are the members of the classes that make up ordinary particulars, are not classes; they are complexes” (MACLEAN, 2014, p. 63).

⁸⁷ “Each of these postulates asserts that something happens often, but not necessarily always; each therefore justifies, in a particular case, a rational expectation which falls short of certainty. Each has an objective and a

O que Russell quer dizer é que cada um dos postulados que apresentaremos servem para justificar um ponto ou outro em um caso particular. Os postulados tem dois aspectos, o objetivo e o subjetivo. O objetivo é aquele que afirma que podemos afirmar que algo acontece acontece na maioria dos casos de um certo modo, e o subjetivo afirma que em certas circunstâncias é possível criar uma expectativa com maior ou menor grau de credibilidade. Os postulados são:

1. O postulado da quase-permanência (cf. RUSSELL, 1992, parte 6, cap. 9, p. 506–507).
2. O postulado das linhas causais separáveis (cf. RUSSELL, 1992, parte 6, cap. 9, p. 507–509).
3. O postulado da continuidade espaço temporal (cf. RUSSELL, 1992, parte 6, cap. 9, p. 509–510).
4. O postulado estrutural (cf. RUSSELL, 1992, parte 6, cap. 9, p. 510–511).
5. O postulado da analogia (cf. RUSSELL, 1992, parte 6, cap. 9, p. 511–513).

Vejamos mais detalhadamente cada uma desses postulados, começando pela lei da quase-permanência: “Dado qualquer evento A, acontece muito frequentemente que, em qualquer tempo próximo, existe em algum lugar próximo um evento muito similar ao evento A” (RUSSELL, 1992, parte 6, cap. 9, p. 506, tradução nossa⁸⁸). Para um teórico do substrato, o que dá a permanência de algo é o substrato, e não “[...] cânones da inferência indutiva” (RUSSELL, 1992, parte 6, cap. 9, p. 515, tradução nossa⁸⁹) tais como a lei da quase-permanência. Assim sendo, este postulado não desempenha um papel relevante numa metafísica substratista. Mas, numa metafísica feixista, este postulado serve para “[...] substituir as noções de ‘coisa’ e ‘pessoa’ do senso comum de uma maneira que não envolva o conceito ‘substância’” (RUSSELL, 1992, parte 6, cap. 9, p. 506, tradução nossa⁹⁰). Levando

subjective aspect: objectively, it asserts that something happens in most cases of a certain sort; subjectively, it asserts that, in certain circumstances, an expectation falling short of certainty in a greater or less degree has rational credibility. The postulates collectively are intended to provide the antecedent probabilities required to justify inductions” (RUSSELL, 1992, parte 6, chap. 9, p. 506).

⁸⁸ “Given any event A, it happens very frequently that, at any neighboring time, there is some neighboring place an event very similar to A” (RUSSELL, 1992, part 6, chap. 9, p. 506).

⁸⁹ “[...] canons of scientific inference” (RUSSELL, 1992, part 6, chap. 9, p. 515).

⁹⁰ “The chief use of this postulate is to replace the commonsense notions of ‘thing’ and ‘person,’ in a manner not

em conta que “Uma ‘coisa’ é uma série de tais eventos” (RUSSELL, 1992, parte 6, cap. 9, p. 507, tradução nossa⁹¹) que se avizinham no espaço-tempo, essa lei quer dizer que estamos epistemicamente autorizados a acreditar que o evento A (que está em um lugar do espaço-tempo) faz parte da mesma série de eventos que o evento A’ (que está em um lugar muito próximo do espaço-tempo de onde estava A). Podemos, com essa lei, dizer que há a mesma “coisa” em dois momentos diferentes. E isso é conveniente: “É porque tais séries de eventos são comuns que ‘coisa’ é um conceito conveniente do ponto de vista prático” (RUSSELL, 1992, parte 6, cap. 9, p. 507, tradução nossa⁹²).

O postulado das *linhas causais* é a lei que diz que “É frequentemente possível formar uma série de eventos tal que, de um ou dois membros da série, algo pode ser inferido como valendo para todos os outros membros” (RUSSELL, 1992, parte 6, cap. 9, p. 508, tradução nossa⁹³). Esse postulado das linhas causais é o que nos permite estabelecer uma relação de causa e efeito entre os eventos.

Um modo de ilustrar essa lei é pensarmos na relação causal do evento A (“tempo fechando”) e do evento B (“chuva”) com o evento C (“coisas molhando”). É possível estabelecer, usando o postulado das linhas causais, que a série de eventos A–C se liga por: “[...] uma intrínseca lei causal, i.e. uma lei que permite a nós dizer algo sobre membros não observáveis de uma série sem ter que levar em conta nada a mais no mundo” (RUSSELL, 1992, parte 6, cap. 9, p. 508, tradução nossa⁹⁴).

O postulado da *continuidade espaço temporal* diz que:

Quando há uma conexão causal entre dois eventos que não são contíguos, deve haver conexões intermediárias na cadeia causal tais que cada um é contíguo ao outro, ou (alternativamente) tal que há um processo que é contínuo no sentido matemático. (RUSSELL, 1992, parte 6, cap. 9, p. 509, tradução nossa⁹⁵)

involving the concept ‘substance’” (RUSSELL, 1992, part 6, chap. 9, p. 506).

⁹¹ “A ‘thing’ is a series of such events” (RUSSELL, 1992, part 6, chap. 9, p. 507).

⁹² “It is because such series of events are common that ‘thing’ is a practically convenient concept” (RUSSELL, 1992, part 6, chap. 9, p. 507).

⁹³ “It is frequently possible to form a series of events such that from one or two members of the series something can be inferred as to all the other members” (RUSSELL, 1992, part 6, chap. 9, p. 508).

⁹⁴ “[...] an intrinsic causal law, i.e. a law which enables us to say something about unobserved members of the series without having to take account of anything else in the world” (RUSSELL, 1992, part 6, chap. 9, p. 508).

⁹⁵ “When there is a causal connection between two events that are not contiguous, there must be intermediate links in the causal chain such that each is contiguous to the next, or (alternatively) such that there is a process which is continuous in the mathematical sense” (RUSSELL, 1992, part 6, chap. 9, p. 509).

Este postulado serve para “[...] negar ‘ação a distância’” (RUSSELL, 1992, parte 6, cap. 9, p. 509, tradução nossa⁹⁶). Por exemplo, quando tiramos e depois vestimos nossos óculos, isso parece se resumir a dois eventos: (1) tirar os óculos e (2) botar os óculos. No entanto, podemos inferir, pelo postulado da continuidade espaço-temporal, que existem, entre esses dois eventos, conexões intermediárias contínuas entre vários outros eventos contíguos uns aos outros no espaço-tempo que se conectam, em duas porções do espaço-tempo, ao evento (1) e ao evento (2), formando o constructo lógico que é o indivíduo do senso comum.

O postulado da estrutura:

Quando um grupo de eventos complexos estruturalmente semelhantes se posicionam ao redor de um centro em regiões não muito separadas, usualmente é o caso que todos eles pertencem a linhas causais tendo suas origens num evento com a mesma estrutura no centro. (RUSSELL, 1992, parte 6, cap. 9, p. 511, tradução nossa⁹⁷)

O que essa lei quer dizer? Imaginemos um teatro cheio de pessoas assistindo uma peça de ballet performada por uma única bailarina. A peça de ballet é, nesse caso, o evento central. Isto porque ele reúne diversos outros eventos mais ou menos parecidos e mais ou menos no mesmo local, como, por exemplo, as percepções das pessoas que assistem à peça. Nesse caso, a performance da dançarina que estaria dançando o ballet seria o evento ancestral comum. Ou seja, com a performance da dançarina, evento ancestral comum, criou-se o evento central “peça de teatro” que atraiu diversos outros eventos similares, no caso as percepções das pessoas que assistem. A razão pela qual admite-se esse postulado é porque ele, se aceito, nos permitirá assumir que há algo no mundo externo que é a causa de nossas percepções.

O postulado da analogia:

Dadas duas classes de eventos A e B, e dado que sempre que A e B podem ser observados há razão para acreditar que A causa B, então se, num caso dado, A é observado, mas não há modo de observar se B ocorre ou não, é provável que B ocorra; e similarmente se B é observado, mas a presença ou ausência de A não pode ser observada. (RUSSELL, 1992, parte 6, cap. 9, p. 511–512, tradução nossa⁹⁸)

Mas e como essas leis todas funcionam? Maclean nos dá um exemplo.

⁹⁶ “[...] deny ‘action at a distance’” (RUSSELL, 1992, part 6, chap. 9, p. 509).

⁹⁷ “When a number of structurally similar complex events are ranged about a centre in regions not widely separated, it is usually the case that all belong to causal lines having their origin in an event of the same structure at the centre” (RUSSELL, 1992, part 6, chap. 9, p. 511).

⁹⁸ “Given Two classes of events A and B, and given that, whenever both A and B can be observed, there is no reason to believe that A causes B, the if, in a given case, A is observed, but there is no way of observing whether B occurs or not, it is probable that B occurs; and similarly if B is observed, but the presence or absence of A cannot be observed” (RUSSELL, 1992, part 6, chap. 9, p. 511–512).

Suponha que eu tenha a percepção de uma laranja, L(10) em um local específico da mesa da cozinha, digamos no lado esquerdo da mesa. Baseado na lei da quase-permanência, eu infiro que há uma grande probabilidade que eu irei ter percepções L(11), L(12), ... , L(n) que serão similares ao L(10) se eu não mudar a minha posição e nenhuma outra circunstância. Baseado no postulado estrutural e no postulado das linhas causais, eu infiro que deve haver uma laranja física transiente L(1), que causou L(10), e que tem uma estrutura espaço temporal similar à L(10). Parece que a estrutura é o que sustenta a linha causal entre a laranja transiente física L(1) e a minha laranja perceptual, L(10). Suponhamos que depois de perceber L(10), eu escuto o telefone tocar e vou lá atender. Depois disso, eu volto para a cozinha e vejo L(11). Com o postulado da quase-permanência e a continuidade espaço temporal, eu infiro que “A laranja” deve ter permanecido ali durante aquele tempo. E depois, eu concluo que L(10) é a mesma “coisa” (particular ordinário) que L(11), que é, pertencente a mesma série de particulares transientes que L(11). (MACLEAN, 2014, p. 81–82, tradução nossa⁹⁹, tradução adaptada)

5.8. Russell respondendo objeções de Van Cleve

Nesta parte do trabalho nos dediquemos agora a um ensaio sobre como poderia ser uma possível resposta de Russell para as objeções de Van Cleve.

Objeção: *feixes enquanto conjuntos*. Se uma coisa singular é apenas um conjunto de propriedades, então qualquer conjunto é uma coisa singular (cf. VAN CLEVE, 1985, p. 95).

Possível resposta de Russell: Indivíduos não são conjuntos, são complexos de qualidades copresentes em uma porção espaçotemporal. É verdade que se tratarmos indivíduos como conjuntos quaisquer propriedades poderiam formar indivíduos, entretanto indivíduos não são conjuntos, são algo a mais e por ser algo a mais, são restritos.

Objeção: *eternidade do feixe*. Se uma coisa singular fosse um conjunto de propriedades, ela seria eterna (cf. VAN CLEVE, 1985, p. 95–96).

Possível resposta de Russell: Esta objeção pressupõe que propriedades são transcendentais, mas propriedades são imanentes. Se as propriedades fossem transcendentais,

⁹⁹ “Suppose I have a percept of an orange, L10, sitting on the left -hand side corner of the kitchen table. Based on the law of quasi-permanence, I infer that there is a great likelihood that I will have percepts O(11), ... , O(n) similar to O(10) if I do not change my position and anything else about the circumstances. Based on the structural postulate and the postulate of causal lines, I infer that there must be a transient physical orange, O(1), which causes O(10), and which has a similar spatio-temporal structure to O(10). It seems that structure is what grounds the causal line between the transient physical orange O(1) and my perceptual orange, O(10). Suppose after perceiving O(10), I hear the phone ringing and answer it. Afterwards I go back to the kitchen only to see O(11). With the postulate of quasi-permanence and spatio-temporal continuity, I infer that ‘the orange’ must have been sitting where it was all along. And therefore, I conclude that O(10) is the same ‘thing’ (ordinary particular) as O(11), that is, belongs to the same series of transient particulars as O(11)” (MACLEAN, 2014, p. 81–82).

de fato elas seriam eternas, mas como as propriedades são imanentes, elas possuem temporalidade, elas possuem a capacidade de poder deixar de existir. Como um feixe é formado por propriedades imanentes, então o feixe também pode deixar de existir, ou seja, não é eterno.

Objeção: *problema da mudança*. Um indivíduo, tal como descrito pela teoria do feixe, é incapaz de mudança (cf. VAN CLEVE, 1985, p. 96).

Possível resposta de Russell: é verdade que o feixe de qualidades que se dá numa porção do espaço-tempo não muda. no entanto, um particular do senso comum é uma série de particulares transientes ou momentâneos, e pode se dar mudança de propriedades entre um e outro desses particulares momentâneos – permanece a mesma “coisa” se há similaridade suficiente entre o que se dá numa porção do espaço-tempo e outra porção vizinha do espaço-tempo (postulado da quase-permanência). Assim sendo, um indivíduo do senso comum é capaz de mudança.

Objeção: *essencialidade*. Se adotamos a teoria do feixe, então cada propriedade de uma coisa singular seria essencial (cf. VAN CLEVE, 1985, p. 96).

Possível resposta de Russell. É preciso fazer distinções. Em primeiro lugar, é contingente que numa porção do espaço-tempo se dê uma certa copresença de qualidades. Ou seja, não há nada de essencial na presença de certa qualidade num momento, num lugar. Tendo dito isso, se numa porção do espaço-tempo se dá a copresença das qualidades *F*, *G* e *H*, então *F*, *G* e *H* são essenciais para a identidade do feixe que dá nessa porção de espaço-tempo. Disso não segue que quem conhece apenas pelas propriedades *F* e *G* um indivíduo constituído pelas propriedades *F*, *G* e *H* conheça também, *a priori* ou analiticamente, a propriedade *H*.

Objeção: *identidade do indiscerníveis*. Se adotamos a teoria do feixe, o mesmo indivíduo (o mesmo feixe de propriedades) pode se dar em dois pontos do espaço-tempo (cf. VAN CLEVE, 1985, p. 96).

Possível resposta de Russell. Isso não é uma objeção, é uma característica da teoria. Não há impedimento *a priori* a uma história cíclica do universo (cf. RUSSELL, 1992, parte 4, cap. 8, p. 312; RUSSELL, 1995, cap. 6, p. 102).

5.9. Considerações finais

Ao longo deste capítulo tratamos sucintamente de estudar o ponto de vista de Russell, ao longo de sua carreira, sobre universais e particulares. Vimos, em um primeiro momento, que Russell, em seus primeiros trabalhos, assumia uma postura sobre universais transcendentais mais próxima de Platão. Vimos também que Russell era simpático, no começo, com a ideia de eventos como entidades similares ao substrato, como entes primitivamente individuadores. Entretanto, ao longo do estudo podemos perceber que no decorrer de sua vida Russell abandonou tanto a ontologia de universais transcendentais quanto a ideia de eventos como entidades primitivamente individuadoras.

A mudança de Russell ocorre para a direção do realismo imanente com a teoria do feixe. Realismo imanente, uma vez que Russell passou a acreditar nos universais como entidades físicas plurais, presentes em vários lugares do mundo ao mesmo tempo. Russell, além do realismo imanente, também acreditava na teoria do feixe, uma vez que ele acreditava que um indivíduo nada mais é do que a coinstanciação de suas propriedades. Os eventos, para Russell, na verdade eram feixes de feixes de universais e por isso não precisavam mais estar em um nível fundamental de *grounding* metafísico.

Ainda nesse capítulo, tentamos tratar um pouco sobre o problema da diversidade numérica apresentada ao teórico do feixe: como dois seres com exatamente as mesmas propriedades são dois seres e não um só. Vimos que essa resposta é fácil de ser dada pelo teórico do substrato: o que dá a individualidade é o substrato, como cada ser possui o seu substrato, são dois e não um só. Entretanto, vimos como esse problema pode ser desafiador ao teórico do feixe uma vez que supostamente seria difícil ao teórico do feixe individuar somente usando propriedades.

Além disso tratamos, mais para o final deste trabalho, com o chamado problema da analiticidade. Vimos que o problema da analiticidade é um questionamento daqueles que acreditam no substrato ao teórico do feixe no que diz respeito a possíveis problemas do discurso sujeito-predicado devido a uma suposta falta de juízos sintéticos. Russell nos mostra, nesse caso, que as propriedades que constituem um feixe são contingentes, e que do conhecimento de parte das propriedades de um feixe não segue conhecimento *a priori* das outras propriedades que o constituem.

Um fato interessante sobre Russell e os universais é que mesmo os autores contemporâneos, os que vieram depois de Russell, não conseguiram lidar com esses problemas de uma forma tão clara e objetiva quanto Russell conseguiu. A leitura de Russell foi de grande importância nessa pesquisa uma vez que além de nos mostrar que é possível sim fazer uma ontologia sem indivíduos no *grounding* metafísico é possível responder às mais diversas críticas com clareza e poucas dificuldades.

Considerações Finais

Chegamos finalmente às considerações finais, nesta parte da dissertação faremos comentários e apresentaremos os resultados obtidos ao longo dos capítulos por nós trabalhados.

Começamos pelo capítulo primeiro, sobre Locke e Hume. Nesta parte apresentamos a ideia de Locke sobre indivíduos e também apresentamos a ideia de Hume sobre o *self*. Com relação a essas duas teorias, optamos pela de Hume. É importante notar que disso não se segue que provamos, neste trabalho, que a teoria de Locke é falsa. Isto porque, não nos propomos a atacar diretamente a teoria do substrato, o que nos propomos foi escolher entre as duas teorias e para tal feito nos utilizamos de um critério por nós visto como um bom critério, que é o princípio da parcimônia. Mostramos que a teoria de Hume é mais parcimoniosa e por isso optamos por ela em relação à teoria tradicional do indivíduo. Também ainda sobre Hume mostramos que ele apresenta a ideia de indivíduo como feixe de qualidades sem substrato, mas não chega a trabalhar ela tão bem a ponto de desenvolver a teoria do feixe mais a fundo. De certo modo, como ele foi um dos primeiros a surgir com essa ideia, ele é por nós considerado um dos pais da teoria, uma prototeoria do feixe.

No segundo capítulo tratamos de maneira breve sobre propriedades. Foram por nós apresentados critérios para definição de identidade e natureza de propriedades. Quanto ao critério da identidade optamos por assumir uma posição mais pluralista com relação ao que forma a identidade de uma propriedade, ou seja, aceitamos que mais de um critério pode ser utilizado. Dentre todos, talvez o por nós preferido seria o critério da causalidade. Isso porque ele fecha bem com a nossa ideia de natureza de propriedades. Quanto à natureza das propriedades apresentamos três critérios e nos posicionamos no seguinte seguinte sentido: Uma propriedade está dentro do espaço-tempo é repetível e é um poder. Não temos plena certeza se isso que afirmamos é o correto, mas no momento e diante das alternativas optamos

por essa escolha. Entretanto, existem outras opções, também muito boas e que podem sim serem válidas, como por exemplo, tomar a natureza de uma propriedade como um tropo.

No terceiro capítulo, remetente às quatro versões da teoria do feixe, mostramos as quatro versões e as objeções de Van Cleve sobre elas. Mostramos que a primeira versão é uma versão por nós compreendida quase que uma versão do senso comum, que é a versão conjuntista. Não consideramos essa uma boa versão da metáfora do feixe pelos motivos apresentados por Van Cleve. Quando apresentamos a segunda versão, a versão com a ideia de uma interação entre as propriedades mostramos que ela resolve algumas objeções de Van Cleve, mas não todas. Um ponto importante dessa versão é a ideia de relação entre propriedades. A última versão de Van Cleve da teoria do feixe (a terceira) e a quarta versão, apresentada por Casullo, possui pontos muito interessantes.

Na terceira versão da teoria do feixe, um ponto importante é a ideia de que da coinstanciação de propriedades não se formam indivíduos. A ideia central dessa versão é que o que nós compreendemos como indivíduos do senso comum são na verdade *traduções* de feixes de universais, e não que das coinstâncias de feixes *criam-se* indivíduos. Mostramos também que essa versão é aparentemente problemática, uma vez que ao comprarmos ela estamos nos comprometendo com a ideia de uma realidade metafísica vazia de indivíduos. Mais a frente quando tratamos de Russell podemos salvar os indivíduos através de um critério epistemológico, mas isso não aparece no artigo de Van Cleve.

A quarta versão, apresentada por Casullo, é muito interessante pelo fato de que é adicionado o fator temporal para a constituição de indivíduos. Conforme mostramos, a quarta versão, se a interpretamos corretamente, é a versão em que um indivíduo não é um feixe, mas sim que o feixe faz parte do indivíduo. Um indivíduo segundo a quarta versão seria um feixe de feixes, ou em outras palavras um indivíduo seria composto pela união de várias fatias espaço temporais e cada fatia seria formada por um feixe de propriedades. Veremos que também a versão de Russell resolve alguns problemas dessa ao adicionar a noção de eventos ao *grounding* metafísico.

A pergunta que fazemos quando pensamos sobre esse artigo é seguinte: existe uma melhor versão da teoria do feixe? Sabemos que existem versões piores como por exemplo a primeira e a segunda, entretanto quando comparamos a terceira com a quarta fica em aberto uma resposta. Russell meio que apresenta um meio termo entre essas duas versões, veremos mais à frente.

E o problema da identidade dos indiscerníveis apresentado no quarto capítulo, o que podemos dizer sobre? Sobre isso existem três pontos que julgamos interessante o comentário. O primeiro ponto é que esse exemplo das esferas de Black pode ser interpretado como uma falácia de petição de princípio, ou seja, ao apresentar a questão Black a faz de um modo que ela já supõe que a teoria do feixe está errada. Quando ele diz que: “suponha que existam duas esferas com exatamente as mesmas propriedades...” ele já está dizendo que são duas esferas o que não é aceito pelo teórico do feixe. O segundo ponto a ser por nós ressaltado é que esse exemplo seria um exemplo impossível se levarmos em consideração a teoria do espaço de Leibniz. Leibniz acreditava que o espaço não existe independentemente de ter coisas nele, para Leibniz só há espaço aonde houver coisas. No caso quando Black diz que aquela realidade possui somente duas esferas a uma determinada distância uma da outra, fica a pergunta: o que há entre as duas esferas? Se você considerar o espaço como uma entidade que depende da existência das coisas então a resposta é *nada*. Nesse sentido, o único espaço que haveria seria o espaço onde estão as esferas então não teria como uma estar a uma determinada distância da outra, por isso o exemplo é impossível. Um terceiro ponto ainda sobre o problema da identidade dos indiscerníveis é que esse problema não é um problema para o teórico do feixe, e sim uma característica da teoria do feixe com universais imanentes. Para um teórico do feixe dos universais imanentes é perfeitamente possível que um feixe se repita a uma determinada distância de si mesmo, uma vez que um feixe é formado somente pela co-instanciação de universais e universais possuem na sua própria natureza a capacidade de estar em mais de um local ao mesmo tempo. Na verdade, nesse caso, não haveria duas esferas iguais, haveria uma esfera só em dois lugares diferentes.

E o capítulo cinco, sobre Russell, o que aprendemos com ele? Vimos que Russell ao longo de sua carreira mudou de opinião em diversos assuntos. Por exemplo, ele deixou de acreditar em universais abstratos para a crença em universais imanentes. Também Russell abandonou a espécie de ideia substratista dos eventos quando abriu mão deles em um nível ontológico fundamental. De certo modo, Van Cleve e Casullo se assemelham a Russell cada um a seu modo. A teoria de Van Cleve se assemelha a Russell porque assim como Russell, Van Cleve acredita que a estrutura mais básica da realidade é formada por propriedades e somente isso. A diferença entre a versão da teoria do feixe de Van Cleve e a teoria do feixe de Russell se dá no segundo “andar” ontológico. Para Van Cleve não se formam indivíduos da co-instanciação de propriedades e para Russell sim. Mas e como são os indivíduos de Russell? Nessa parte é a parte que nós entendemos como uma aproximação da teoria de

Russell com a teoria de Casullo. Para Casullo um indivíduo é um feixe de feixe, ou seja, uma espécie de soma de uma sequência de partes espaço-temporais. Russell em sua teoria vê os indivíduos de modo semelhante, os indivíduos em Russell seriam eventos e cada evento seria formado pela união de co-instâncias de universais imanentes. Entendemos o modelo de Russell como um modelo intermediário entre as teorias de Van Cleve e Casullo.

Para Russell, um indivíduo do senso comum é formado pela soma de todas as suas porções espaçotemporais. Cada porção seria formada por feixes de qualidades imanentes repetíveis, em uma determinada relação de co-instanciação. A essas porções espaço-temporais, Russell dava o nome de particulares transientes. Um indivíduo, assim como nós entendemos, os do senso comum são a soma de todos os particulares transientes e essa soma seria possível através dos postulados apresentados na epistemologia dos feixes.

Nesta parte, através de alguns postulados apresentados por Russell, podemos lidar bem com o fato de que não existem entidades individuais nos níveis mais básicos da realidade. Isto é, através dos postulados de Russell temos uma apresentação de um modelo de como, mesmo sem o compromisso ontológico com indivíduos, em um nível mais básico da realidade, podemos fazer asserções verdadeiras sobre os mesmos. Ademais, o realismo de Russell não é um realismo desconstrutivo assim como é a terceira versão, que se desfaz completamente da ideia de indivíduo. Para Russell a realidade é formada tanto por indivíduos (eventos) quanto por universais (espaço temporais) de modo que ele não via como possível descrever a realidade corretamente sem usar esses dois tipos de entidades.

Referências

- ARMSTRONG, D. **Nominalism and Realism, Volume 1: Universals and Scientific Realism**. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.
- AUDI, P. **Property Identity**. *Philosophy Compass*, 2016.
- BLACK, M. The identity of indiscernibles. *Mind*, v. 61, n. 242, p. 153–164, 1952.
- BOLTON, M. B. Substances, substrata, and names of substances in Locke’s Essay. *The Philosophical Review*, v. 85, n. 4, p. 488–513, 1976.
- BRANQUINHO, J. Lei da identidade. In: BRANQUINHO, J.; MURCHO, D.; GOMES, N. G. (Eds.). **Enciclopédia de termos lógico-filosóficos**. São Paulo: Martins Fontes, 2006. p. 437–438.
- CASULLO, A. **A Fourth Version of the Bundle Theory**. *Philosophical Studies* 54 (1988): 125-39.
- DIEBE, E. P. Pedro Abelardo professor: o ensino de filosofia no século XII. *Clareira*, v. 1, n. 1, p. 18–30, 2014.
- HAKKARAINEN, Jani. 2011. “Hume’s argument for the ontological independence of simple properties”. *Metaphysica* 12 (2): 197–212. doi:10.1007/s12133-011-0087-1.
- HUME, D. **Tratado da Natureza Humana**. Tradução de Déborah Danowski. São Paulo: Ed. Unesp/Imprensa Oficial do Estado, 2000.
- LEIBNIZ, G. W. **Novos ensaios sobre o entendimento humano**. Tradução de Adelino Cardoso. Lisboa: Edições Colibri, 2004.
- LEVIN, J. Functionalism. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/win2016/entries/functionalist/>>. Acesso em: 20 jan. 2017. Publicado em 3 jul. 2013.
- LEWIS, D. New work for a theory of universals. *Australasian Journal of Philosophy*, v. 61, n. 4, p. 343–377, 2 dez. 1983.

LEWIS, D. **Philosophical papers II**. Oxford: Blackwell, 1986.

LOCKE, J. **Ensaio acerca do entendimento humano**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

MCCANN, E. Locke's theory of substance under attack! **Philosophical Studies**, v. 106, n. 1–2, p. 87–105, 2001.

NEY, A. **Metaphysics: an introduction**. London and New York: Routledge, 2014.

PLATÃO. **Parmênides**. Tradução de Maura Iglésias e Fernando Rodrigues. 3. ed. Rio de Janeiro e São Paulo: Editora PUC-Rio e Editora Loyola, 2008.

MACLEAN, G. K. **Bertrand Russell's Bundle Theory of Particulars**. London: Bloomsbury, 2014.

MARTIN, C. B.; HEIL, J. The ontological turn. **Midwest Studies In Philosophy**, v. 23, n. 1, p. 34–60, 1999.

MOORE, G. E. Some judgments of perception. **Proceedings of the Aristotelian Society**, v. 19, n. 1, p. 1–29, 1919. DOI:10.1093/aristotelian/19.1.1.

MUMFORD, S. Laws and dispositions. In **The Routledge companion to metaphysics**, organizado por Robin Le Poidevin, Peter Simons, Andrew McGonical e Ross P. Cameron, p. 471–80. London: Routledge, 2009.

NEY, A. **Methaphysics: an introduction**. Routledge, 2013.

O'LEARY-HAWTHORNE, J. The bundle theory of substance and the identity of indiscernibles. **Analysis**, v. 55, n. 3, p. 191–196, 1995.

PARFIT, D. **Reasons and persons**. Oxford: Clarendon Press, 1987.

PAUL, L. A. Logical parts. **Noûs**, v. 36, n. 4, p. 578–596, 2002. DOI: 10.1111/1468-0068.00402.

RICKLESS, S. C. Plato's Parmenides. **Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/entries/plato-parmenides/>>. Acesso em: 20 jan. 2017. Publicado em 30 jul. 2015.

RUSSELL, B. **An inquiry into meaning and truth**. London: Routledge, 1995.

RUSSELL, B. **Human Knowledge**: Its Scope and Limits. New York: Routledge, 1992.

RUSSELL, B. **On the relations of universals and particulars**. Proceedings of the Aristotelian Society 12: 1–24, 1911.

RUSSELL, B. **The principles of Mathematics (1903)**. 2. ed. New York: W. W. Norton, 1938.

RUSSELL, B. **The philosophy of Leibniz**. London: Routledge, 1997.

RUSSELL, B. **The problem of universals**. In Russell on metaphysics: selections from the writings of Bertrand Russell, organizado por Stephen Mumford, 143–60. London: Routledge. 2003.

SANFORD, D. H. Determinates vs. determinables. **Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/entries/determinate-determinables/>>. Acesso em: 18 jan. 2017. Publicado em 22 fev. 2011.

SHAFER, J. **On what grounds what**. Oxford, 2009.

SIDER, T. Bare particulars. **Philosophical Perspectives**, v. 20, n. 1, p. 387–397, dez. 2006.

VAN CLEVE, J. Three Versions of the Bundle Theory. **Philosophical Studies**, v. 47, p. 95–107, 1985.

WILLIAMS, D. C. On the elements of being: I. **The Review of Metaphysics**, v. 7, n. 1, p. 3–18, 1953.

ZIMMERMAN, D. W. Distinct indiscernibles and the bundle theory. **Mind**, v. 106, n. 422, p. 305–309, 1997.